



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

**O POTENCIAL INTERPRETATIVO DOS ARTEFATOS
CERÂMICOS:
A TRADIÇÃO TUPIGUARANI NA AMAZÔNIA**

ELIANE DA SILVA SOUSA

Belém

2009

ELIANE DA SILVA SOUSA

**O POTENCIAL INTERPRETATIVO DOS ARTEFATOS CERÂMICOS:
A TRADIÇÃO TUPIGUARANI NA AMAZÔNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof Dra. DENISE PAHL SCHAAN

Belém

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Sousa, Eliane da Silva

O potencial interpretativo dos artefatos cerâmicos: a tradição tupiguarani na Amazônia / Eliane da Silva Sousa; orientadora, Denise Pahl Schaan. – 2009.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2009.

1. Índios tupi - Amazônia - Cerâmica. 2. Língua tupi-guarani - Amazônia . 3. Índios da América do Sul - Amazônia - Cerâmica. I. Título.

Para muitas pessoas, um dos aspectos mais fascinantes da arqueologia, é que ela une o abismo que separa as artes das ciências. (...) A razão principal para essa união é o caráter dual da cultura material. Os artefatos estudados pelos arqueólogos nos falam sobre histórias, mas não na linguagem do historiador. O arqueólogo lida com coisas e não palavras. Cultura material é o produto do propósito humano e é também um material que segue as leis do mundo não humano. O termo por si só captura a dualidade do ‘material’ e da ‘cultura’ (HODDER, 1995:11).

RESUMO

Essa dissertação discute as interpretações a respeito dos vestígios arqueológicos relacionados aos povos da família linguística Tupi-guarani, vestígios esses que foram reunidos em uma mesma tradição arqueológica denominada Tupiguarani. A partir da releitura das fontes etnohistóricas e etnográficas que embasaram as interpretações arqueológicas, é questionado o caráter normativo da concepção de cultura que se encontra por trás da concepção do Tupi-Guarani como um modelo de sociedade que resiste ao tempo e aos deslocamentos espaciais que sempre caracterizaram aqueles povos. Uma vez que fontes etnohistóricas e etnográficas foram utilizadas para justificar a continuidade histórica entre os Tupi-Guarani arqueológicos e os etnohistóricos e etnográficos – examinando-se padrão de assentamento, mobilidade espacial, correlação entre língua e cultura material e identidade étnica -, são analisados os usos dessas fontes e discutidos resultados obtidos. A partir do exame de estudos arqueológicos na Amazônia questiona-se a suposta homogeneidade e imutabilidade da cultura Tupi no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Tradição Tupiguarani, família linguística Tupi-Guarani, cultura material, grupo étnico, mobilidade espacial

ABSTRACT

This dissertation discusses the archaeological interpretation of material culture remains related to Tupi-guarani linguistic family; such vestiges were classified as belonging to an archaeological tradition named Tupiguarani. A criticism of the normative approach of culture that supported such interpretations (and conceived the tupi-guarani as resilient to change) departs from a review of the ethnohistorical and ethnographic sources that supported them. Since the ethnohistorical and ethnographic accounts were employed to justify a historical continuity between the archaeological and historical Tupi-Guarani – considering settlement patterns, spatial mobility, correspondence between language, material culture, and ethnic identity – the use of such sources are analyzed and the achieved results are discussed. From the examination of archaeological studies in Amazonia, the supposed homogeneity and immutability of Tupi culture in time and space is challenged.

Keywords: Tupiguarani tradition, Tupi-Guarani linguistic family, material culture, ethnic group, spatial mobility.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou o desenvolvimento da dissertação.

À minha orientadora Denise Pahl Schaan, pela forma de orientar sempre disposta à troca idéias, mas me deixando livre para expressar meu ponto de vista, e por sempre acreditar no meu potencial. A ela destino meu respeito e admiração.

À professora Jane Felipe Beltrão, pelo imenso apoio, desde o início do curso e pelo carinho que sempre me dedicou. A convivência com ela é um enorme aprendizado.

Ao professor Sergio Baptista da Silva da UFRGS, pela forma carinhosa com que me recebeu em sala de aula. A participação na disciplina por ele ministrada foi muito importante para o meu aprendizado das culturas e cosmologias indígenas.

Aos professores Angélica Maués e Flávio Leonel da Silveira pela leitura da dissertação e importantes contribuições teóricas.

Aos amigos da turma do mestrado, companheiros de aflições e anseios, Maria do Socorro Lacerda e José Mendes de Andrade (Zezinho) pela grande amizade e por sempre estarem dispostos a discutir temas ligados à etnologia e cuja paixão pelo conhecimento dos povos indígenas me inspirou.

À Keila de Sousa Aguiar pelo seu companheirismo e generosidade e por ter me ajudado a superar a solidão e a saudade da família quando fomos fazer intercâmbio em Porto Alegre.

Aos demais colegas de mestrado, Ivana de Oliveira Gomes e Silva, John da Silva Araujo e Ângela Paiva pela importantíssima troca de experiência intelectual.

Aos amigos do DEAN, Almires, Francilene, Gilmar, Rosane e Wladirson pelas conversas acadêmicas que muito me ajudaram na reflexão do trabalho, assim como, a Keyla Fabiana Paiva por generosamente ter feito a revisão ortográfica do texto e á amiga Ana Santos da biblioteca do NAEA por ter feito a revisão das referências bibliográficas.

Às minhas amigas da Arqueologia e Hannah Nascimento e Cássia Rosa, por compartilharem comigo o amor pela arqueologia. Em especial Ana Carolina Luz por ter feito

de última hora os mapas com as rotas dos Tupi. Obrigada por ter passado a noite em claro Carol!

Aos secretários do PPGCS Rosângela e Paulo por me ajudarem a resolver os assuntos burocráticos da dissertação. À dona Marina e Dona Ana pela forma carinhosa na qual sempre me trataram, me ajudando abrindo a sala de informática e me oferecendo um cafezinho quando o sono queria vencer minha vontade de estudar.

A Leonardo Itakaiuna, por me ajudar na tradução dos textos em inglês, pelo amor, enorme paciência e dedicação. Obrigada por me fazer tão feliz!

Especialmente aos meus pais Antônio e Vilma e aos meus quatro irmãos, que mesmo de longe sempre me apoiaram em tudo que faço, mesmo sem saber direito o que é mesmo que uma antropóloga faz.

E a minha avó Edna Pinto (Mãezinha), por sempre torcer por mim em tudo que faço.

E acima de tudo a Deus por iluminar meus passos e me ajudar em todos os momentos da minha vida.

Obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT.....	6
AGRADECIMENTOS.....	8
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1.....	16
CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE ÉTNICA TUPI-GUARANI NA	
ARQUEOLOGIA BRASILEIRA	16
1. 1. A Etnologia Tupinambá e Guarani	16
1. 2. A “invenção” do Tupiguarani.....	21
1. 3. As Bases Teóricas da Arqueologia Tupiguarani.....	26
1. 4. A origem e as rotas percorridas pelos Tupi-Guarani	29
1. 5. Limitações das teorias a respeito da expansão Tupi-guarani.....	43
1. 6. Língua, etnia e cultura material	46
CAPÍTULO 2.....	54
EM BUSCA DOS CAMINHOS DOS TUPI: O USO DE FONTES HISTÓRICAS E	
ETNOGRÁFICAS.....	54
2. 1. Os relatos dos cronistas.....	57
2. 1. 1. As primeiras sínteses a respeito dos Tupinambá: Alfred Métraux e Florestan Fernandes.....	59
2. 1. 2. A utilização dos cronistas nos estudos arqueológicos	67
2. 2. Analogias etnográficas	74
2.2.1. O uso de analogias na arqueologia brasileira	77
CAPÍTULO 3.....	83
A CRIAÇÃO DE UMA CATEGORIA “TUPI” NA ARQUEOLOGIA E SUA	
REPRODUÇÃO NAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARÁ.....	83
3.1. Continuidades e rupturas na arqueologia Tupi.....	83
3. 2. Os Tupi do Médio-Baixo Tocantins.....	87
3. 2. 1. Pesquisas arqueológicas anteriores ao PRONAPABA	89
3. 2. 2. As pesquisas do PRONAPABA em Sítios Tupiguarani	89
3. 2. 3. Pesquisas atuais em sítios da tradição Tupiguarani no Estado do Pará.....	91
3. 2. 4. “Os Tupi do médio-baixo Tocantins são os Tupi do médio-baixo Tocantins”	93

3. 3. O que as pesquisas nos falam sobre a ocupação Tupi e suas variabilidades e continuidades?.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

LISTA DE SIGLAS

CEPA	Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas
IAP	Instituto Anchieta de Pesquisas
MAE-USP	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
UPPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é um estudo bibliográfico sobre as teorias que desde o século XIX até a atualidade vêm sendo propostas a respeito do centro de origem e das rotas de expansão das populações falantes da família lingüística Tupi-Guarani, do tronco Tupi, e sobre as diversas questões que elas suscitam com respeito a padrões de assentamento, mobilidade espacial, e relações entre grupo étnico, língua e cultura material.

Neste trabalho o meu campo foram os livros, mais especificamente, as idéias neles contidas, os conceitos científicos ou pseudocientíficos, fruto da época e das correntes de pensamento nas quais os autores se inserem. Idéias essas que, mesmo modificadas, podem se manter por mais de cem anos, como os conceitos de degeneração indígena presentes em autores do século XIX como Karl F. P. von Martius (1838), D'Orbigny (1839); Karl Von Den Steinen (1886); Paul Ehrenreich (1891), e que se repetiram a partir de um viés ecológico determinista no século XX na obra de Betty Meggers (Noelli & Ferreira, 2007)¹, além da repercussão dessas teorias nos trabalhos atuais a respeito dos Proto-Tupi-Guarani (ancestrais dos Tupi-Guarani contemporâneos).

Por tratar-se do estudo de sociedades pretéritas e suas complexas relações sócio-culturais, esse trabalho requer uma abordagem interdisciplinar, dialogando com a antropologia e a arqueologia. Não se trata simplesmente de questionar os autores que falaram a partir das concepções teóricas de sua época, mas de afirmar que, com os dados arqueológicos e sua complementação com informações fornecidas pela etnobiologia, estudo dos solos e a lingüística, é possível uma releitura das teorias a respeito das expansões Tupi

¹NOELLI, F. S & FERREIRA, L.M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciência, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez, 2007.

pré-coloniais sem repetir o erro de atribuir características muito gerais e homogêneas a povos com culturas e histórias muito distintas, desprezando as especificidades dessas populações.

Dessa forma, meu campo não é aquele onde se desvela objetos soterrados, mas sim idéias há muito enraizadas no pensamento arqueológico brasileiro, com o objetivo de repensá-las; para tal, acredito que o estudo das sociedades indígenas atuais são essenciais, não para se fazerem comparações diretas e simplistas, porém para possibilitar a criação de modelo de continuidades e mudanças culturais das sociedades pretéritas, que nos ajudará a entender quão complexas eram as relações sociais no passado.

Esse trabalho não deixa de ser um estudo da cultura material, todavia, dos objetos que ganharam voz ao transformarem-se em textos pelos arqueólogos, ao interpretá-los para a reconstituição da história das populações Tupi pretéritas, feitas a partir de uma visão ética e não êmica, e, portanto, sujeita a leituras diversas e a contradições.

Através dos estudos dos cronistas e das teorias a respeito dos Tupi do período pré-colonial e colonial, feitas a partir desses relatos, passei a percorrer nas entrelinhas dos textos, um itinerário de viagem, a minha própria viagem enquanto antropóloga que dialoga com a arqueologia.

Meu interesse em estudar os modelos teóricos criados para os Tupi surgiu a partir do contato com a cultura material, mais especificamente com o material cerâmico classificado como pertencente à tradição arqueológica Tupiguarani², tanto em campo quanto em laboratório durante estágio na área de arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Porém minha experiência com os vestígios arqueológicos limitava-se a um estudo empírico, que, no entanto, me despertou para as discussões teóricas a respeito das populações que produziram essa cultura material.

Antes de qualquer coisa, gostaria de salientar que não pretendo definir um centro de origem ou traçar rotas de migração dos falantes Tupi-Guarani, nem com base em dados

² Com a implantação do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) convencionou-se que o nome dessa tradição ceramista seria escrito em uma só palavra (sem hífen) com o objetivo de distinguir a categoria arqueológica dos povos falantes da família lingüística Tupi- Guarani (grafada com hífen) do tronco Tupi a qual ela se refere (Brochado *et al*, 1969). Dessa forma, quando nesse trabalho uso a grafia Tupiguarani refiro-me à tradição arqueológica e quando estou aludindo aos falantes da língua Tupi, o utilizo o termo Tupi-Guarani.

arqueológicos disponíveis, muito menos a partir do relato de cronistas dos séculos XVI e XVII, até porque, como discutirei ao longo da dissertação, tal procedimento acarreta uma série de problemas teóricos e metodológicos. Acredito que não dispomos de dados suficientes para responder tal questão, que só será esclarecida a partir de pesquisas sistemáticas ao longo de toda a costa brasileira, empreendimento que requer o envolvimento de muitos pesquisadores.

Passarei agora a apresentar a estrutura da dissertação, organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo intitulado “Cultura material e identidade étnica Tupi-Guarani na Arqueologia brasileira” começo traçando o histórico do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, fazendo uma discussão a respeito das correntes de pensamento nas quais ele se insere, com o objetivo de entender como, a partir de perspectivas evolucionistas e difusionistas, foram construídas as teorias sobre os Tupi pré-coloniais, analisando a repetição de conceitos do início do século XIX na segunda metade do século XX. Em seguida, analiso as teorias a respeito do centro de origem e rotas de expansão dos falantes da família lingüística Tupi-Guarani, destacando alguns problemas teórico-metodológicos desses pressupostos. Para finalizar o capítulo, discuto a correlação entre língua, etnia e cultura material na arqueologia brasileira, tendo por estudo de caso a relação da Tradição Arqueológica Tupiguarani com os falantes da família lingüística Tupi-Guarani.

No segundo capítulo “Em busca dos caminhos dos Tupi: o uso de fontes históricas e etnográficas”, problematizo acerca da utilização de fontes históricas e etnográficas para complementar os dados arqueológicos sobre os Tupi do período pré-colonial, discutindo a questão da correlação de vestígios arqueológicos com populações conhecidas etnograficamente e os problemas teóricos e metodológicos dessas abordagens, que podem levar o pesquisador tanto a cometer anacronismos quanto à análise unificadora de populações que se percebem e são percebidas como etnicamente diferentes.

No terceiro capítulo, intitulado “A criação de uma categoria “Tupi” na arqueologia e sua reprodução nas pesquisas arqueológicas no Pará”, analiso os trabalhos arqueológicos a respeito dos falantes da família lingüística Tupi-Guarani do período pré-colonial, procurando mostrar que os sítios e a cultura material da região Amazônica, especificamente do Pará, foram estudados muito mais a partir de comparações tendo em vista semelhanças com a tradição Tupiguarani do que pelas características peculiares dos vestígios e suas diferenças regionais. Procurou-se, dessa forma, enquadrar os resquícios arqueológicos em fases e

tradições bem delimitadas. Pretendo, a partir da discussão sobre a as continuidades e variabilidade nos conjuntos dos artefatos cerâmicos e sua ligação com a criação e manutenção das identidades étnicas, questionar as classificações generalizantes.

Capítulo 1

CULTURA MATERIAL E IDENTIDADE ÉTNICA TUPI-GUARANI NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

“A bibliografia da etnologia Guarani apresenta-se como um rio semântico com águas de muitas fontes, caudal de múltiplos sentidos, reflexos de várias imagens” (Bartolomeu Melià, 1987:18)³.

1. 1. A Etnologia Tupinambá e Guarani⁴

Por ocasião da chegada dos europeus à América do Sul, as línguas do tronco Tupi eram faladas quase que ininterruptamente ao longo de todo o litoral Atlântico, desde a desembocadura do rio Amazonas e do rio Pará até o estuário do rio Prata, cobrindo uma extensão de mais de seis mil quilômetros. No sentido leste-oeste, os falantes da língua Tupi estendiam-se desde o Atlântico até os Andes, cobrindo uma distância de quase 1.500 quilômetros (Brochado, 1989)⁵. Uma dispersão dessa magnitude foi interpretada como resultado de extensas migrações dos falantes do tronco Tupi.

Segundo Brochado (1989), de acordo com evidências lingüísticas, os Guarani e os Tupinambá teriam percorrido diferentes rotas de expansão: os Tupinambá descendo ao longo da costa Atlântica, a partir da foz do rio Amazonas, e os Guarani ocupando o sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai, declinando do médio Amazonas ao longo do rio Madeira e do rio Guaporé.

De todos os grupos indígenas que habitaram o Brasil no século XVI foram os Tupi (Tupinambá e Guarani) que obtiveram maior atenção por parte dos europeus, justamente por serem estes índios os ocupantes de maior parte do litoral invadido pelos colonizadores. Tornaram-se conhecidos pelo nome genérico de Tupinambás os índios que ocupavam os

³MELIÀ, B. **O Guarani; uma bibliografia etnológica**. Porto Alegre, PUC-BCE, Santo Angelo, Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987. 448p.

⁴Restringi-me à bibliografia sobre os Tupinambá e os Guarani pelo fato dos estudos (etnológicos e arqueológicos) para esses grupos são mais numerosos, se comparados aos falantes das demais línguas da Família Tupi-Guarani do tronco Tupi.

⁵BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição Policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n.27, p. 65-82,1989.

territórios litorâneos do Maranhão, Pará, Bahia e Rio de Janeiro e que possuíam entre si uma acentuada unidade lingüística e cultural (Fernandes, 1963)⁶. Os habitantes do litoral Sul, por sua vez, receberam a denominação de Guarani. O limite geográfico da área ocupada pelos Tupinambá e pelos Guarani, segundo Scatamacchia (1989)⁷, localizava-se na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

Entre as línguas que compõem a família lingüística Tupi-Guarani podemos citar: Tupinambá (extinta), Guarani, Parakaña, Kagwahiv, Tapirapé, Kayabi, Araweté, entre outros (Rodrigues, 1964)⁸.

Os Tupinambá foram observados diretamente por diversos cronistas como André Thevet (1558)⁹, Jean de Lery (1578)¹⁰, Hans Staden (1557)¹¹, Yves D'Evreux (1614)¹², José de Anchieta (1554)¹³, Pero Vaz de Caminha (1500)¹⁴, Fernão Cardim (1584)¹⁵, Gabriel Soares de Souza (1578)¹⁶, Pero de Magalhães Gândavo (1576)¹⁷ dentre outros (Laraia, 1986)¹⁸. Extintos desde o século XVII, os Tupinambá foram eternizados na literatura antropológica, através da procura, entre os Tupi contemporâneos, de traços ou elementos semelhantes aos descritos pelos cronistas coloniais. Etnograficamente mais ricos que outros grupos Tupi encontrados no início do século XVI, ou seja, os Tupinambá suscitaram um maior número de relatos pelos cronistas do período colonial. Por esse motivo têm lugar primordial nos modelos

⁶ FERNANDES, F. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

⁷ SCATAMACCHIA, M. C. M. Arqueologia e etno-história: Cronistas do século XVI. **Dédalo**, São Paulo, publicações avulsas, vol.1. p.135-9, 1989.

⁸ Para a classificação lingüística do tronco Tupi, C.f. RODRIGUES, A. D. A classificação do tronco lingüístico Tupi. IN **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol.11, n. 12, 99-104, 1964.

⁹ THEVET, A. **As singularidades da França Antártica**. Editora da Universidade de São Paulo, 1974 (1558).

¹⁰ LERY, J. **Viajem à terra do Brasil. Belo Horizonte**. Ed. Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1980 (1578).

¹¹ STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Editora da universidade de São Paulo, 1974 (1557).

¹² D'EVREUX, I. **Viajem ao norte do Brasil. Viagem ao norte do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca de escritores Maranhenses, 1929. 136 pp.

¹³ ANCHIETA, J. **Cartas informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933 (1554).

¹⁴ CAMINHA, Pero Vaz de. A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio Grande do Sul, Ed. Silvio Frota, LPM Ed., 1985 (1500).

¹⁵ CARDIM, F. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978. (1625)

¹⁶ SOUSA, G.S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Ed. Nacional, 1971(1578).

¹⁷ GANDAVO, P. V. M. **Tratado da terra do Brasil. História da província de Santa cruz**. Caderno nº 2. São Paulo, Obelisco, 1964 (1576).

¹⁸ LARAIA, R.B. **Tupi: índios do Brasil atual**. São Paulo: FFCLH/USP, 1986.

comparativos Tupi (antigos ou atuais) a ponto de serem trazidos a um presente etnográfico no qual são colocados numa continuidade – temporal - com outros grupos Tupi contemporâneos, de modo que são vistos como o modelo por excelência de sociedade Tupi.

Em relação à etnologia brasileira, no início do século XX a ênfase dada aos Tupi está presente no pensamento social brasileiro, tanto em estudos etnólogos como lingüísticos, abordando a problemática Tupi, em estudos da cultura material, religião e mitologia, com relevância nos estudos de migração, contato e aculturação, quando podemos citar Curt Nimuendajú (1987)¹⁹, *As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani* e Alfred Métraux (1927)²⁰, *Migrations historiques des Tupi-Guarani*. Em relação às monografias mais importantes dos anos 1930 aos anos 1960 sobre os Tupi, pode-se citar os trabalhos de Florestan Fernandes sobre a organização social dos Tupinambá (1946,1971), os de Egon Schaden (1962[1952])²¹, em torno da mitologia e cosmologia Guarani, e os de Charles Wagley e Eduardo Galvão(1949[1961])²² sobre a mudança cultural entre os Tenetehara, grupo Tupi (Laraia, 1986).

Nos anos de 1970, Roque Laraia (1986) formulou um modelo ideal Tupi, tendo por base o sistema de relações de parentesco, além de aspectos da organização social, ambiente físico em que habitavam, organização economia, organização política, crenças e mitos. Nos anos posteriores, é possível observar uma ênfase na continuidade entre os Tupinambá e Guarani históricos, por um lado, e os Tupi contemporâneos, por outro, em trabalhos como os de Pierre Clastres (1978) e Heléne Clastres (1978), Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha (1986)²³, que retomaram os Tupinambá como modelo ideal para suas análises da cosmologia Tupi. Essa ligação entre povos pretéritos e atuais também será bastante recorrente nos estudos dos sítios arqueológicos classificados como Tupiguarani²⁴.

¹⁹ NIMUENDAJÚ. C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**, São Paulo, Hucitec.1987.

²⁰ MÉTRAUX. A. Migrations historiques des Tupi-guarani In: **Journal de la Société de Américanistes**, n.s., Paris, n.19, 1-45, 1927.

²¹ SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

²² WAGLEY, C. & GALVÃO, E. **Os Índios Tenetehara**, MEC, 1961.

²³ CARNEIRO DA CUNHA, M. & VIVEIROS DE CASTRO. E. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. **Anuário Antropológico**. n.85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

²⁴ O termo Tupiguarani (sem hífen) refere-se à tradição ceramista criada no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas (PRONAPA) para classificar os sítios dos antepassados dos falantes do Tupi-Guarani, pelo fato das informações etno-históricas estabelecem ligação entre as evidências arqueológicas e os Tupi e Guarani ao longo de todo o litoral brasileiro (Brochado et all, 1968, PRONAPA, 1970).

Em relação aos Guaraní, Aryon Rodrigues inclui dentro desse conjunto, o *Mbyá*, o *Xetá*, o *Ñandeva*, o *Kaiwá*, o *Guaraní Paraguai*, o *Guayakí*, o *Tapieté*, o *Chiguano* e o *Izoceño* que constituem subconjunto de línguas da família Tupi-Guarani com características próprias que as distinguem das demais (Rodrigues 1984: 37-38)²⁵.

Segundo Bartomeu Melià (1987), foram os Guaraní que suscitaram maior número de estudos e referências bibliográficas, em virtude da continuidade histórica entre os Guaraní do período pré-colonial, colonial e os atuais. O autor classificou a bibliografia Guaraní em cinco categorias: etnologia de conquista, etnologia missionária, etnologia dos viajantes, etnologia antropológica e etnologia etno-histórica.

A *etnologia de conquista* engloba as primeiras notícias sobre os Guaraní em decorrência das expedições no Rio de la Plata e a conquista do Paraguai. Nesse momento, o espanhol que entra em contato com o Guaraní é alguém que está de passagem. Nessa categoria dois autores se destacam: Ulrich Schmidl (1567)²⁶ e Alvar Núñez Cabeza de Vaca (1555)²⁷. Embora breves e esquemáticos, esses relatos apresentam aspectos fundamentais do modo de ser deste povo, como: as características físicas (se baixo, encorpado ou forte); recursos alimentícios; rituais de guerra, armas e a antropofagia; dados relativos à organização social, forma das aldeias, função dos caciques e elementos de demografia.

A segunda categoria identificada por Melià é a *etnologia missionária*. A imagem que jesuítas e franciscanos tiveram dos Guaraní, diferenciou-se da visão dos conquistadores espanhóis pela intenção dos padres em converter os índios. Nessas narrativas, o modo de ser guaraní é julgado pela distância e o contraste com a ética cristã vivida ao modo espanhol da época. A peculiaridade desses escritos é que quase todos eles registram uma situação de primeiro contato num movimento de “descobrimento” que cobre mais de um século.

Graças aos jesuítas conta-se com dados precisos a respeito da demografia guaraní, da poligamia, do parentesco, do espaço onde viviam e se organizavam social e culturalmente, as formas de chefia e o sistema religioso. Segundo Melià, entre todos os clérigos Antonio Ruiz

²⁵ RODRIGUES, A. D. Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani. IN **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 27-28, 1984.

²⁶ SCHIMDL, U. & FEDERMANN, N. **Alemanes en America**. Madrid: Historia 16, 1986 (1567).

²⁷ CABEZA DE VACA, A. N. **Naufragios y comentarios**. Madrid: Historia 16, 1984. (1555).

de Montoya é o melhor conhecedor da cultura Guarani, *O tesouro de la lengua Guarani*²⁸ contém a maior quantidade de dados etnográficos já coletada. O fenômeno do profetismo guarani que já foi documentado pelos primeiros memorialistas e cronistas da conquista recebem na literatura jesuítica novos e importante dados a partir do confronto entre religiosos e feiticeiros.

A terceira categoria literária foi denominada *etnologia dos viajantes*, que é dividida em dois grupos: demarcadores e viajantes. Em relação aos primeiros, as informações são fortuitas por ocasião da demarcação de limites entre os territórios de Portugal e Espanha. Destacam-se os escritos de Félix de Azara (1746-1821)²⁹. Quanto aos viajantes propriamente ditos, o nome mais significativo é de Johann Rudolph Rengger,³⁰ que percorre as terras do Paraguai em 1820 e 1821. Para Melià (1987), o relato desse autor aproxima-se de uma etnografia moderna, devido ao fato desse viajante localizar e denominar os vários tipos por ele observados, além de descrever aspectos físicos e comportamentais de homens e mulheres.

A característica dessa etnologia de viajantes é a relação de distância cultural frente aos ameríndios, tidos como não evoluídos e decaídos. As expressões freqüentemente utilizadas para referi-los são: “longínquo”, “exótico”, “primitivo”, “selvagem”, “raro”, até mesmo “ridículo”.

A quarta categoria classificada como *etnologia antropológica* é composta por autores como Curt Nimuendajú e León Cadogan (1948,1949,1950,1951)³¹ dois importantes pesquisadores dos Guarani. A partir da publicação do trabalho de Nimuendajú, *As lendas de criação e destruição do mundo entre os Apapocúva-Guarani*, em 1914³², foi introduzido nos estudos antropológicos o tema da “terra sem mal”. Essa obra influenciou profundamente

²⁸ MONTOYA, A. R. de. **Tesoro de la Lengua Guarani**. Viena-Paris, 1876.

²⁹ AZARA, D. F. de. **Apuntamientos para la Historia Natural de los Quadrúpedos delParaguay y Rio de la Plata**. Madri: Imprensa de la Liuda de Ibarra, 1802.

³⁰ RENGGER, J. R. **Naturgeschichte der Sagethiere von Paraguay**. Basel, Buchandling, 1830.

³¹ CADOGAN, L. El concepto Guarani del “Alma”. Su interpretación semántica. **Folia Lingüística Americana**. EX, v. 1, n. 1, p. 31–34, 1952.

_____. La encaración y la concepción; la muerte y la resurrección en la poseía sagrada “Esotérica” de los Jeguaka-Va Tenondé Porã-Gué (Mbyá-Guarani) del Guairá, Paraguay. **Revista do Museu Paulista**. Nova Série. v. 4, 1950, p. 233–246.

_____. Síntesis de la Medicina Racional y Mística Mbyá-Guarani. v. 9. **América Indígena**. México: Instituto Indigenista Interamericano, n. 1, p. 21-35, 1949.

_____. Los índios Jeguaká Tenondé (Mbyá) del Guairá, Paraguay. **América Indígena**. México: Instituto Indigenista Interamericano, vol. 8 p. 130-139. 1948.

³² NIMUENDAJÚ, C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

importantes autores que posteriormente escreveram esses povos. Em relação aos trabalhos de Cadogan, os conhecimentos do autor sobre a cultura Guarani foram utilizados de forma engajada a serviço da causa indígena.

Segundo Melià, a construção de uma etnologia Guarani em termos acadêmicos ocorre com a obra de Egon Schaden, em *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, cujo principal mérito é o fato do autor ter “captado que a religião constitui o núcleo de resistência da cultura Guarani em face das forças desintegradoras” (Melià, 1987: 43).

A última categoria é a *etnologia etno-histórica*, composta por autores que utilizaram documentos textuais e dados arqueológicos. As pesquisas arqueológicas sobre os Guarani iniciaram-se no século XIX, mas até os anos 1960 os trabalhos realizados no Brasil não se desenvolveram muito. Os achados arqueológicos foram inseridos na tradição arqueológica Tupiguarani. Nesse período, o maior número de análises era feito por arqueólogos pertencentes ao Instituto Anchietao de Pesquisas (IAP), no Rio Grande do Sul, com destaque para as pesquisas de Rohr (1966; 1969)³³, Schmitz (1957; 1958; 1959; 1968; 1970 e 1970)³⁴. Porém, segundo Melià, em termos arqueológicos, o trabalho mais completo sobre os Guarani, sobretudo a respeito das “migrações”, é a tese de José Proenza Brochado, *An Ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South América* de (1984)³⁵.

1. 2. A “invenção” do Tupiguarani

Do ponto de vista da arqueologia, os grupos do tronco Tupi foram relacionados a uma tradição ceramista denominada Tupiguarani (sem hífen), como forma de estabelecer a diferença com os falantes Tupi-Guarani atuais. Tal denominação teve início no contexto de

³³ ROHR, J. A. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. **Pesquisas**, São Leopoldo, RS, 1966.

— O Sítio Arqueológico de Armação do Sul. **Pesquisas**. São Leopoldo, RS, 1969.

— Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes. **Pesquisas** n° 19. São Leopoldo, RS, 1969.

— Os Sítios Arqueológicos do Município de Jaguaruna. **Pesquisa** n° 22 São Leopoldo, RS, 1969.

³⁴ SCHMITZ, P. I. Um paradeiro guaraní no Alto Uruguai. **Pesquisas**, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.1 p.122-142, 1957.

— .A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. **Pesquisas**, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.3, p 267-324,1959.

— .Grandes complexos de Estudos Leopoldinenses cerâmica indígena no sul do Brasil. **Pesquisas**, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietao de Pesquisas, v.18, p.127-140, 1968.

— .Indústrias líticas en el sur de Brasil. **São Leopoldo**, v.14, n.47, 103-129, 1978.

³⁵ BOCHADO. J. P. An Ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South América. 1984. Tese (doutorado) - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1984.

atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), entre 1965 e 1970. Nessa tradição arqueológica foram enquadrados todos os vestígios de grupos ceramistas da costa brasileira, sem que se fossem feitas distinções entre os grupos pretéritos que os produziram, concebendo as populações do litoral como um grande bloco cultural homogêneo.

O PRONAPA é considerado um marco na arqueologia brasileira devido ao fato de ter promovido a sistematização das pesquisas científicas em arqueologia no país. Idealizado pelos pesquisadores norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, da Smithsonian Institution, esse programa teve por objetivo criar um modelo cronológico do desenvolvimento cultural da época pré-colonial, de maneira que os dados coletados pudessem oferecer informações a respeito de rotas de migração de populações e difusão de traços culturais. Os estudos iniciais concentraram-se na região costeira, à época pouco conhecida em termos arqueológicos (Evans, 1967)³⁶.

O referido programa desenvolveu-se a partir do desencadeamento de uma série de fatores iniciados por ocasião do 31º Congresso Anual de Americanistas, realizado na cidade de São Paulo em 1954. Nesse congresso, Betty Meggers e Clifford Evans realizaram uma conferência, na qual expuseram as interpretações obtidas nas pesquisas realizadas na Amazônia, referentes à arqueologia do território do Amapá e das ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana (Evans, 1967).

Meggers e Evans foram alunos do antropólogo norte-americano Julian Steward que, pautado numa teoria neo-evolucionista, classificou as populações da América do Sul em quatro tipos em função do nível de complexidade e da localização geográfica destas populações. Segundo essa classificação, a floresta Amazônica em sua história pré-colonial teria sido habitada por “povos de floresta tropical”, caracterizados por aldeias semi-permanentes, economia baseada na agricultura de coivara, carência de instituições sociopolíticas e relações baseadas em laços de parentesco (Fausto, 2000)³⁷.

Segundo Steward, teria ocorrido um movimento migratório de populações do nível “circuncaraíba”³⁸ que, saindo da Colômbia, atingiram o litoral Atlântico e, ao chegar a foz do

³⁶ EVANS, C. Introdução. In: SIMÕES, M. (Ed.). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do primeiro ano** (1965-1966). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967: 7-13.

³⁷ FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

³⁸ De acordo com esse modelo, sociedade culturalmente mais avançados que os povos de floresta tropical.

Orenoco teriam se separado em dois grupos: o primeiro migrou para as Antilhas, onde conseguiu manter seu padrão cultural; o outro seguiu pelo litoral das Guianas e, ao chegar a foz do Amazonas, teria sido incapaz de manter uma agricultura intensiva devido à pobreza dos solos, o que levou esses povos a abandonarem características tais como chefia institucionalizada, cultos complexos e estacionarem no nível de floresta tropical (Fausto, 2000; Prous, 1992³⁹).

No período em que buscavam dados arqueológicos no Marajó que comprovassem as teorias de Steward, Meggers e Evans foram convidados pelo diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a ministrarem um curso de treinamento para arqueólogos brasileiros. O curso, porém, só aconteceu em 1964, ocasião na qual foi realizado naquele estado um seminário de ensino em teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação de cerâmicas. Para o curso foram convidados 12 pesquisadores, oriundos de sete estados brasileiros⁴⁰ (Evans, 1967; Brochado *et al*, 1969)⁴¹.

A idéia de implantação de um programa de âmbito nacional, formado por um grupo de pesquisadores brasileiros treinados em um único sistema teórico-metodológico de análise e interpretação de dados arqueológicos, especialmente de culturas ceramistas, surgiu a partir das discussões realizadas no seminário realizado no Paraná. Na ocasião foram discutidos os processos de padronização para análise e descrição dos vestígios arqueológicos e proposta a elaboração de um glossário de termos arqueológicos que resultou na *Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica*, publicada em 1966 pelo CEPA e pela Universidade do Paraná (Chmyz, 1966)⁴².

Com o objetivo de garantir a padronização do trabalho de campo, da coleta de informações, análise e classificação para a posterior comparação entre regiões, foi divulgado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em 1965 o *Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil* (1965) de autoria de Clifford Evans & Betty Meggers. Nesse guia, foram descritos

³⁹ PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 1992: 405-390.

⁴⁰ As pesquisas concentraram-se nos estados de: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte e para a o estudo da Bacia Amazônia foi convidado Mário Simões do Museu Paraense Emílio Goeldi (Evans, 1967).

⁴¹ BROCHADO, J. P.; CALDERÓN, V.; CHMYZ, I.; DIAS, O.; EVANS, C.; MARANCA, S.; MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T.; NASSER, N.; PEROTA, C.; PIAZZA, W.; RAUTH, J. & SIMÕES, M. **Arqueologia brasileira em 1968**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

⁴² CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966. 34p. (Manuais de Arqueologia, 1).

os tipos de catálogos a serem utilizados em campo e no laboratório, o método de coletar informações e de elaborar croquis de sítios arqueológicos, bem como o sistema de corte-estratigráfico⁴³ e o modo de fazer coleções sistemáticas do material de todos os sítios, ao invés de escavações intensivas em apenas alguns deles.

Devido ao sucesso do PRONAPA e o desconhecimento arqueológico da região Amazônica, fazia-se necessário a criação de uma seqüência cultural também para essa região. Para isso, foi criado em 1976 o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA). Foram selecionadas 21 áreas da bacia do rio Amazonas, principalmente na margem direita dos tributários desse rio, para o desenvolvimento de trabalhos de campo na região nos mesmos moldes teórico-metodológicos dos realizados a nível nacional por Meggers e Evans.

O instrumento principal para análise quantitativa da cerâmica, e que serviu de guia aos trabalhos arqueológicos do PRONAPA e do PRONAPABA, foi o método Ford. Os princípios básicos deste método foram publicados por James Ford no manual *Método cuantitativo para establecer cronologias culturales*⁴⁴ (1962) e no manual *Como interpretar a linguagem da cerâmica*⁴⁵ (1970) de autoria de Meggers e Evans.

Nas pesquisas foram privilegiadas as coletas de superfície, ao invés de escavações intensivas, pois, segundo Evans (1967), os sítios arqueológicos no Brasil não possuíam espessura para escavações que utilizassem o método stratigráfico⁴⁶. Também deveriam ser feitos alguns cortes-estratigráficos de 1x1m, 1,5x1,5m ou 2x2m, escavados em níveis artificiais⁴⁷, com o objetivo de conseguir uma amostragem de fragmentos cerâmicos para que se calculasse a freqüência relativa dos tipos cerâmicos em cada nível. De acordo com essa metodologia, era necessário retirar no mínimo 100 fragmentos por nível escavado, em cortes com profundidade de 50 a 75 cm (Evans, 1967).

⁴³ Corte-estratigráfico: “Escavação parcial de um sítio arqueológico, por níveis e camadas, para verificação do seu conteúdo” (Chmyz, 1966: 129).

⁴⁴ FORD, J. A. **Método cuantitativo para establecer cronologias culturales**. Washington: Union Panamericana, 1962. 122 p.

⁴⁵ MEGGERS, B. J. & EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica: Manual para arqueólogos**. Washington, D.C., Smithsonian Institution, 1970.

⁴⁶ Estratigrafia: “Estudo das camadas ou estratos das camadas que aparecem superpostos num corte geológico. Em arqueologia, estudo dos sucessivos pisos de ocupação ou assoalhos culturais” (Souza, 1997: 51).

⁴⁷ Nível artificial: “Divisão artificial de um sítio arqueológico em profundidade” (Chmyz, 1966: 137).

A opção do PRONAPA por escavações rápidas e por coletas de superfície é justificada pelo fato de que, para Meggers e Evans, esta metodologia proporcionaria uma melhor idéia da área pesquisada do que a escavação de um único sítio. As escavações intensivas seriam deixadas para o futuro, após a análise e seriação do material já coletado, mas na verdade pesquisas mais detalhadas jamais foram feitas (Evans, 1967).

Em laboratório, depois de lavadas e numeradas, as amostras eram analisadas e classificadas em “tipos”, sendo depois contadas para efeitos estatísticos. O cálculo das proporções relativas dos tipos em cada nível estratigráfico possibilitaria perceber mudanças temporais, considerando-se o princípio geológico da sucessão das camadas, onde o material mais antigo localizava-se nos níveis inferiores e o mais recente nos níveis superiores. Usando uma técnica de seriação, os percentuais representando os diversos tipos cerâmicos⁴⁸ eram transferidos para tiras de papel milimetrado e intercalados num gráfico para a reconstrução de uma seqüência cronológica de mudanças do complexo cerâmico (Meggers & Evans, 1970).

No contexto de atuação do PRONAPA, as seqüências seriadas foram usadas tanto para estabelecer cronologias relativas quanto para intuir sobre movimentos populacionais. Um conjunto de tipos cerâmicos indicava uma “fase arqueológica”, definida como “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionados no tempo e no espaço, num ou mais sítios” (Chmyz 1966: 144). Já as tradições seriam formadas por várias fases, um “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” (Chmyz, 1966: 145). Na prática, entretanto, tais categorias deixaram de ser apenas instrumentos para lidar com artefatos e passaram a representar grupos sociais. As tradições foram criadas para dar conta da dispersão espacial de determinados traços culturais (principalmente representados pela cerâmica), enquanto as fases passaram a ser correlacionadas a grupos étnicos.

Segundo Dias (2007)⁴⁹, a partir de perspectivas histórico-culturais os conceitos de fases e tradições foram utilizados pelo PRONAPA para explicar como as mudanças nos artefatos ao longo do tempo representariam as identidades sociais das populações que os produziram. Em arqueologia, esses conceitos foram sistematizados na obra de Gordon Willey

⁴⁸ Tipo cerâmico seria constituído por “grupos de características comuns que distinguem determinados artefatos de outros semelhantes” (Chmyz, 1966: 131).

⁴⁹ DIAS, A. S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. IN **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, vol. 2, n. 1, janeiro-abril, 59-76, 2007.

e Phillips Philip (1958)⁵⁰, que defendem que a elaboração de fases e tradições a partir dos vestígios materiais representaria apenas uma das etapas metodológicas da pesquisa, uma vez que posteriormente os dados seriam interpretados à luz das teorias antropológicas para a compreensão de como as questões de fronteiras étnicas e identidades se manifestam no sítio arqueológico.

Porém, ao serem utilizados nas pesquisas do PRONAPA, a fase de interpretação teórica dos dados jamais foi alcançada. Os conceitos perderam seu significado original e foram utilizados no Brasil como finalidades últimas da pesquisa, e não como um meio para a descrição e sistematização dos dados a serem interpretados à luz da teoria antropológica, para a compreensão de como a cultura material se relaciona a aspectos de ordem organizacional, política, religiosa e de gênero, dentre outros, nas sociedades que os produziram (Dias, 2007).

No contexto do PRONAPA e do PRONAPABA, as pesquisas arqueológicas foram caracterizadas por um excessivo empirismo e por uma pobreza teórica na análise dos dados, sendo que a utilização dos conceitos de fases e tradições limitou-se a descrição de fenômenos de continuidade relacionados aos aspectos tipológicos. Nessa perspectiva, a disseminação espacial de tradições e fases foram interpretadas como difusão e a mudança de fase como migração ou substituição de um grupo pelo outro (Schaan,2007)⁵¹.

1. 3. As Bases Teóricas da Arqueologia Tupiguarani

Segundo Klaus Hilbert (2007)⁵², o PRONAPA e o PRONAPABA foram identificados, assim como os “pronapianos” constantemente ainda são, com o histórico-culturalismo, cujo maior expoente é o antropólogo Franz Boas (1858-1942). No entanto, Hilbert questiona essa identificação, argumentando que o rotulo de “culturalistas” não cabe aos Pronapianos, que segundo o autor, possuíam uma orientação no campo de evolucionismo cultural. A associação do programa criado por Meggers e Evans ao histórico-culturalismo, ocorre pelo fato desses pesquisadores combinarem tanto modelos difusionistas quanto evolucionistas em suas análises, uma vez que ambos servem para explicar mudanças culturais ao longo do tempo. A

⁵⁰ WILLEY, G.& PHILLIPS, F. **Method and theory American Archaeology**. Chicago: University of Chicago Press, 1958. 269p.

⁵¹ SCHAAN, D. P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além -e apesar- das fases e tradições. IN **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, vol. 2, n.1, janeiro-abril, p.77-89, 2007.

⁵² HILBERT, K. “Cavem Canem!”: Cuidado com os “pronapianos”. Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, vol. 2, n. 1, janeiro-abril, 117-130, 2007.

diferença entre as duas perspectivas está no fato do evolucionismo explicar mudança a partir de uma perspectiva linear e o histórico-culturalismo defender a difusão de idéias de um lugar para o outro como causa de mudanças culturais.

Dessa forma, a transição dos paradigmas difusionistas para o evolucionismo cultural foi gradual, por esse motivo, é possível perceber um amálgama das duas teorias na concepção teórica do PRONAPA, um exemplo é o uso pelos “pronapianos” do conceito de difusão desenvolvido por Franz Boas para explicar as causas das mudanças culturais.

Na arqueologia, os paradigmas do histórico-culturalismo estão intimamente relacionados ao advento do difusionismo no final do século XIX, que representou uma resposta às idéias evolucionistas, caracterizando-se pela utilização excessiva da idéia de empréstimos culturais, enfatizando a raridade das invenções. De acordo com essa corrente de pensamento, o local onde um traço cultural possui uma cronologia mais antiga seria o centro de invenção de uma cultura. Portanto, os conceitos de invenção, difusão e migração eram centrais para os difusionistas (Boas, 2005 [1920])⁵³.

Porém, embora Boas (2005 [1920]) reconhecesse a importância da difusão para entender os fenômenos culturais, ele acreditava que uma explicação da diversidade humana a partir da idéia só era válida se limitada a áreas próximas onde se pudessem reconstruir com segurança a história das transmissões de traços culturais entre diferentes sociedades.

Boas criticava as idéias evolucionistas, de que toda a humanidade participava de uma evolução geral e uniforme, tornando possível a aplicação de metodologias que pudessem fazer comparações entre povos, mesmo que estes estivessem distantes no tempo e no espaço. Em oposição ao método dedutivo e ao comparativismo dos evolucionistas, e acreditava ser necessário estudar cada sociedade a partir de suas especificidades culturais e do seu desenvolvimento histórico particular (Boas 2005[1920]).

Esse autor desenvolveu uma abordagem histórica pautada no estudo das diversas sociedades, buscando compreender os processos de difusão de determinados traços e normas entre diferentes culturas. Tal metodologia implica em uma abordagem normativa de cultura, na qual cada artefato é visto como expressão de idéias e normas compartilhadas por todos os

⁵³ BOAS, F. Os métodos da Antropologia. IN CASTRO, C. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005: 41-52. (1920).

membros da sociedade, sendo o comportamento humano determinado, em última instância, pela cultura.

Dessa forma, a arqueologia histórico-cultural pode ser caracterizada por um viés descritivo e classificatório de cunho empiricista, utilizando procedimentos como: correlação direta entre cultura material, língua e etnia, dando demasiada importância ao estabelecimento do centro de origem e rotas de migração, deixando de lado outros aspectos, como as questões de subsistência, padrões de assentamento e adaptabilidade dos grupos pesquisados (Trigger, 2004)⁵⁴.

Hilbert (2007) procura demonstrar que o histórico-culturalismo e o evolucionismo cultural são abordagens que também se complementam devido à maneira sincrônica de explicar as mudanças culturais. Segundo o autor, as conotações evolucionistas presentes nas abordagens de Meggers e Evans (1970) ficam evidentes quando se analisa o conceito de “tipo”, que é utilizado na metodologia do PRONAPA, semelhante ao utilizado pelos biólogos. Tal definição é pautada na premissa de que as entidades passariam a existir aumentariam em frequência, para declinarem e desaparecerem dando origem a outras. Dessa forma, acreditava-se que o padrão de mudança opera da mesma maneira tanto no fenômeno orgânico quanto no cultural.

Com a análise das bases teóricas e metodológicas do PRONAPA e do PRONAPABA, é possível constatar que esses programas caracterizavam-se por um excessivo empirismo em detrimento de uma interpretação teórica mais aprofundada dos dados coletados. Além disso, a metodologia utilizada em ambos, baseada em pequenas escavações-teste, deixando de lado as escavações mais detalhadas dos sítios arqueológicos, e o fato do maior número de sítios escavados localizarem-se na região sul e sudeste, leva-me a inferir que os dados disponíveis para a região Amazônica eram insuficientes para que se fizessem todas as deduções feitas a respeito do centro de origem e rotas de expansão dos Tupi.

A questão que coloco é: até que ponto a cultura material pode representar grupos étnicos? Ou posto de outra forma, como perceber elementos ligados à identidade étnica a partir dos vestígios deixados pelas populações do passado? Antes de refletir acerca das questões de etnicidade na arqueologia, farei uma abordagem dos modelos criados para

⁵⁴ TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

explicar o padrão de expansão dos grupos Tupi pré-coloniais, para a partir desses, discutir as perspectivas antropológicas sobre etnicidade.

1. 4. A origem e as rotas percorridas pelos Tupi-Guarani

Durante mais de um século e meio foram criadas várias proposições a respeito do centro de origem e das rotas percorridas pelos Tupi antes da conquista européia, de maneira a explicar sua expressiva distribuição sobre a América do Sul. Não há consenso, entretanto, sobre qual seria esse centro de origem, e se multiplicam as possíveis rotas, nem todas elas baseadas em dados reais e concretos (Noelli, 1996).

De acordo com Noelli (1993, 1996, 1998, 2008)⁵⁵, nas proposições não se chegou a um acordo nem sequer no que diz respeito à denominação desses movimentos, classificados por muitos autores como migrações. Segundo o mesmo autor, entretanto, migração não seria o termo mais adequado, por ser normalmente empregado para nomear movimentos de saída de uma localidade para outra, abandonando a região de origem. Esse tipo de movimentação teria sido promovido pelas populações Tupi apenas em momentos de pressão exercidos por outros povos e, sobretudo, durante o período de colonização européia. Aparentemente os movimentos que levaram à disseminação da cerâmica Tupiguarani teriam outras razões, tais como “crescimento demográfico, diversas modalidades sócio-políticas de fracionamento de aldeias, manejo agroflorestal, etc” (Noelli, 1996:10)⁵⁶.

Ao se traçar o histórico das teorias criadas a respeito da origem e das rotas percorridas pelos falantes da família lingüística Tupi-Guarani, o que é possível observar é que num primeiro momento os pressupostos foram embasados por dados históricos e etnológicos e num segundo por informações arqueológicas e lingüísticas.

⁵⁵ NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí)**. Dissertação de Mestrado. IFCH-PUCRS, Porto Alegre, 1993.

_____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de dispersão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, vol. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

_____. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and historical linguistics. **Antiquity** 72, p. 648-663, 1998.

_____. The Tupi Expansion. In: **Handbook of South American Archaeology**, edited by Helaine Silverman and William H. Isbell. Springer, New York, 2008: 659-670.

⁵⁶ Nesta dissertação, quanto eu estiver expressando meu ponto de vista, utilizo o termo expansão, por concordar com Noelli (1993, 1996), que este é o termo que melhor exprime os movimentos efetuados pelos Tupi.

Do final do século XIX ao XX, as proposições sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Proto-Tupi-Guarani envolveram uma discussão teórica mais ampla que diz respeito às maneiras pelas quais as populações pré-colombianas eram concebidas pelos pesquisadores. Ou seja, com base nas estimativas demográficas atuais para os povos indígenas, seus ancestrais foram concebidos como semi-sedentários, vivendo no meio da floresta tropical, com um baixo nível de desenvolvimento sócio-cultural devido às pressões negativas do meio, que as fizeram degenerar (Meggers, 1977)⁵⁷.

Dessa forma, ao serem encontrados vestígios materiais que indicavam um maior nível de complexificação social, as inovações eram vistas como resultantes do contato de populações provenientes de áreas consideradas próprias para o surgimento do que era chamado à época de “sociedades complexas”, sendo que a idéia de um desenvolvimento local da cultura material era descartada. Nesse sentido, essas populações mais “evoluídas”, ao entrarem em contato com o meio ambiente hostil da floresta tropical, viam seu desenvolvimento cultural decair, tornando-se culturas degeneradas.

De acordo com as idéias difusionistas, a grande dispersão territorial dos falantes do tronco Tupi, relatada pelos cronistas, foi interpretada como resultado de extensas migrações. As teorias sobre o centro de origem Tupi podem ser contextualizadas dentro dessas perspectivas.

A primeira hipótese para um centro de origem das migrações dos falantes das línguas Tupi-Guarani foi proposta por Karl F. P. von Martius (1838 [1845])⁵⁸, que aponta a região de origem como sendo ao sul da Amazônia, próxima aos rios Paraná e Paraguai. Baseado nos dados dos cronistas seiscentistas e setecentistas, esse autor deduziu que, devido a maior densidade das populações da bacia platina em relação as da costa brasileira e adjacências, as migrações seriam recentes e teriam partido de algum lugar entre o Paraguai e o sul da Bolívia, seguindo em direção ao sul e depois para o norte da costa brasileira (Noelli, 1993). Após a proposição de Martius (1838[1845]), outros centros de origem Tupi foram apontados. Assim, D’Orbigny (1839[1944])⁵⁹, defendia que seria entre o Paraguai e o Brasil, enquanto que Karl

⁵⁷ MEGGERS, B. J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁸ MARTIUS, K. F. *Etnografia americana: o passado e o futuro do homem americano*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, vol. 9, 1ª ed., 1905: 534-562. (1838)

⁵⁹ D’ORBIGNY, A. **El hombre americano considerado em SUS aspectos fisiológicos y Morales**. Buenos Aires, Editorial Futuro, 1944. (Traducción de Alfredo Cepeda)

Von Den Steinen (1886)⁶⁰, apontava as cabeceiras do rio Xingú, e, por sua vez, Paul Ehrenreich (1891)⁶¹, considerava como centro de “irradiação” as regiões do médio Paraná, Alto Paraguai e Bolívia (Noelli 1993, 1996)⁶².

Em relação às teorias difusionistas e evolucionistas, uma idéia recorrente, é que as “migrações” rumo à costa teriam ocorrido próximo ao período da conquista européia, obedecendo a um sentido sul e depois partindo em direção ao norte. Essa idéia será constantemente repetida de forma acrítica por autores posteriores.

Às idéias de Martius (1838 [1845]), D’Orbigny (1839 [1944]), Paul Ehrenreich (1891) entre outros, foi acrescentada uma conotação religiosa para as expansões dos Proto-Tupi-Guarani. No início do século XX Nimuendajú (1987 [1914]), refere-se às “migrações” de todos os membros da família lingüística Tupi-Guarani como um mesmo fenômeno, ou seja, “migrações” motivadas pela “busca da terra sem mal”, tema introduzido na literatura etnológica a partir do livro do referido autor, onde propunha que as “migrações” Tupi-Guarani seriam motivadas por questões religiosas.

“(…) Os fatos históricos só fazem confirmar o que os próprios índios sempre me asseguraram: a marcha para leste dos Guarani não se deveu à pressão das tribos inimigas; tão pouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná; ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização - mas exclusivamente ao medo da destruição do mundo e a esperança de ingressar na terra sem mal”(Nimuendajú, 1987[1914]:108).

Além de afirmar que as “migrações” dos Tupi-Guarani do início da invasão européia estavam relacionadas a aspectos da cosmologia Guarani, no capítulo *A demanda da terra sem mal* as “migrações” Guarani contemporâneas são vistas como uma continuação das práticas migratórias efetuadas pelos Tupinambá que ocuparam a costa brasileira num período imediatamente posterior à chegada dos europeus. Dessa forma, para Nimuendajú, os Guarani do início do século XX e os Tupinambá tinham a mesma origem cultural e possuíam motivações religiosas para se deslocarem. Ao refletir sobre esse pressuposto, o autor lança a

⁶⁰ VON DEN STEINEN, K. **Brasilien Expedition Zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884**. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1886.

⁶¹ EHRENREICH, P. Die Einteilung Verbreitung der Volerrstamme Brasiliens nach dem gegenwartigen Stande unsrer Kenntnisse. **Patermanns Mitteilungen**, Gothingen, 37: 81-91, 1891. pp. 114-24.

⁶² Para a localização dos demais centros de origens propostos ver tabela sobre as hipóteses do centro de origem Tupi.

seguinte questão, afirmando não ter competência para respondê-la e deixando essa tarefa para outros pesquisadores interessados no tema:

“Serão estas migrações dos Guarani no século XX os últimos estertores daquele movimento migratório que conduziu os Tupi-Guarani da época colonial a seus assentamentos ao longo da costa oriental?”(Nimuendajú, 1987[1914]:107).

Na obra citada, é possível perceber a influência de Martius (1867), principalmente no que diz respeito à idéia de que os Tupi-Guarani teriam chegado à costa brasileira em um período recente, próximo ao período da colonização européia. É marcante também a presença de idéias difusionistas e a problemática dos círculos culturais. E, como afirma Viveiros de Castro (1987)⁶³, há uma visível continuidade nas idéias de Von den Steinen e Ehrenreich no trabalho de Nimuendajú.

Contudo, como já foi observado, Nimuendajú inovou ao acrescentar uma motivação religiosa aos deslocamentos Tupi. Porém, a conclusão de que as fugas dos Guarani e os movimento quinhentistas e seiscentistas dos Tupinambá tiveram motivações idênticas é bastante questionável. Segundo Noelli (1993), tal afirmação foi marcada por uma leitura apressada dos cronistas, principalmente de Gabriel Soares de Souza (1578). Além disso, trata-se de um grande “equivoco” que começou a ser corrigido pela introdução do método de C14 de datação na pesquisa arqueológica e pelas pesquisas de Brochado (1984), para o qual os Tupinambá ocuparam lenta e paulatinamente o litoral brasileiro do norte para o Sul, entre a foz do rio Amazonas e a divisa litorânea atual entre São Paulo e Paraná.

Esse “equivoco” cometido por Nimuendajú, e reproduzido pelos demais pesquisadores em torno da temática, seria resultado do pouco domínio das narrativas quinhentistas sobre os Tupi da costa brasileira. Entretanto, essa limitação não tira o caráter inovador da obra ao associar as informações contidas nas crônicas com a sua etnografia sobre os Guarani. A idéia de que há uma continuação entre as migrações dos Tupinambá motivadas por questões cosmológicas e os deslocamentos dos Guarani atuais, pode ser observada nos trabalhos de Alfred Métraux (1927,1928)⁶⁴, cuja importância para a

⁶³ VIVEIROS DE CASTRO, E. Introdução. In: NIMUENDAJU, C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁶⁴ MÉTRAUX. Migrations historiques des Tupi-guarani In: **Journal de la Société de Américanistes**, n.s., Paris, n. 19, p. 1-45, 1927.

_____. **La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani**, Paris: 1928.

etnografia é sentida pelo fato de ter sido o primeiro antropólogo a sistematizar os dados dos cronistas quinhentistas e seiscentistas sobre os Tupinambá e os Guarani, e a articulá-los com as informações etnográficas, principalmente com o material produzido por Nimuendajú (Viveiros de Casto,1987).

A monografia de Nimuendajú sobre os Apapocúva-Guarani, onde defende a idéia de que os Tupinambá teriam chegado a costa brasileira pouco tempo antes da invasão portuguesa, motivados por questões religiosas, assim como o foram as migrações dos Guarani do século XX, influenciou toda uma geração posterior de pesquisadores que, partindo dessa inferência, hoje criticada, passaram a complementar as informações a respeito dos Tupi do período pré-colonial e colonial com os dados das etnografias contemporâneas desses povos.

Apoiando-se na etnografia de Nimuendajú (1987[1914]), Métraux, em sua obra *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, de 1927, apóia a hipótese de que as “migrações” Tupi-Guarani seriam um fenômeno anterior à conquista européia, profundamente relacionada à cosmologia Tupi e defende que a busca da “terra sem mal” foi o motor da expansão dos povos da família lingüística Tupi-Guarani pela costa brasileira (Viveiros de Castro, 1984,1985).

Em *La civilization matérielle des tribus Tupi-Guarani*, Métraux, partindo de uma perspectiva teórica difusionista, objetiva estabelecer a área original de dispersão da cultura Tupi-Guarani. Segundo ele, o centro de dispersão estaria em “uma área limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Paraguai, a leste pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira.” (Métraux, 1928:301).

Segundo Noelli (1993) o resultado mais importante do trabalho de Métraux é o de ter demonstrado detalhadamente a uniformidade da cultura material, das técnicas, de seu emprego e da própria uniformidade das estratégias de subsistências do tronco Tupi. Acredito que apesar de sua importância, ao demonstrar a uniformidade na cultura material Tupi-Guarani, Métraux contribuiu para que posteriormente artefatos provenientes de regiões e grupos distintos fosse chamado de tradição Tupiguarani (sem hífen), enquadrando num mesmo bloco vários povos, apesar de suas especificidades culturais e criando a idéia de uma cultura Tupi homogênea.

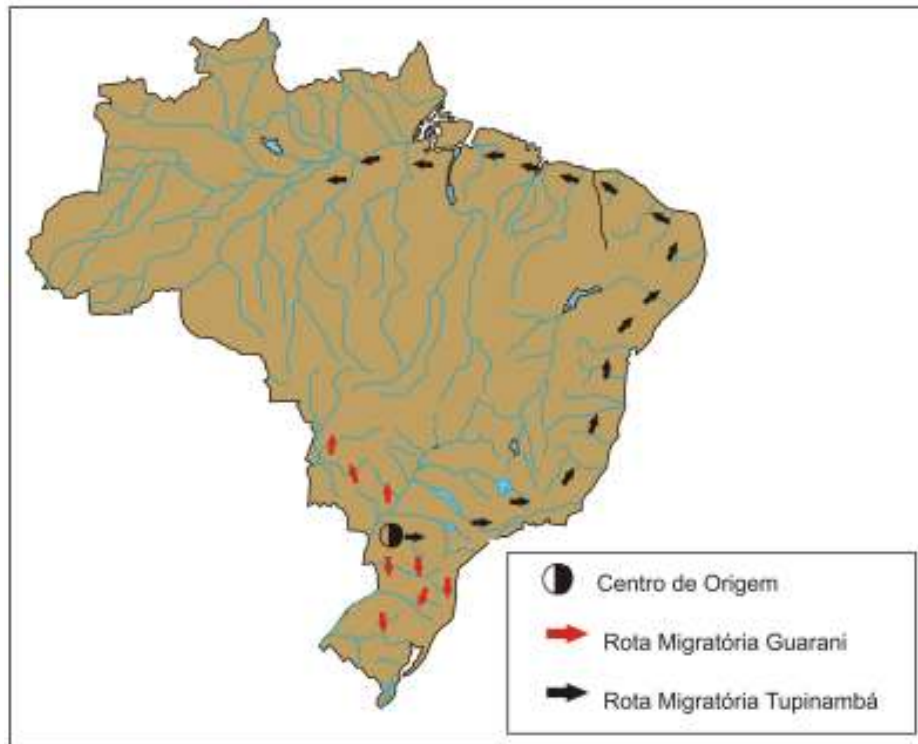


Figura 1 - Centro de origem Tupi conforme Métraux (1928, modificado Por Ana Carolina Luz (2009) a partir de Fausto, 1992).

Apesar de não serem comprovadas por datações radiocarbônicas, as idéias de Métraux marcaram profundamente o pensamento de Betty Meggers e as hipóteses adotadas pelo PRONAPA que, segundo Noelli (1998), mesmo tidas atualmente como obsoletas pela arqueologia, ainda resistem.

Dessa forma, é possível observar que, entre os anos de 1838 e 1946, as especulações eram desenvolvidas através de dados históricos, etnográficos e com base na localização histórica dos Tupi contemporâneos. As idéias desse período eram influenciadas pela teoria de degeneração racial e um evolucionismo determinista (Noelli, 2007).

As idéias de degeneração indígena eram pautadas no difusionismo, segundo o qual as inovações culturais locais seriam raras, de modo que as invenções seriam oriundas de alguns pólos, transmitidas através de contatos por meio de migrações de povos culturalmente mais evoluídos ou por meio da transmissão de idéias. Ainda segundo essa teoria, quando altas civilizações entravam em um ambiente adverso, sofreriam um processo de decadência cultural (Trigger, 2004). Tal processo teria ocorrido com os índios brasileiros segundo Martius (1907, 1905, 1844) e Varnhagen (1975[1854]), que os percebiam enquanto descendentes de migrantes de altas civilizações andinas que, em contato

com o ambiente da floresta tropical, haviam sofrido um processo de declínio. Desse modo, os índios brasileiros possuiriam um passado glorioso, mas que perderam seu status civilizacional.

Segundo Noelli (2007), o conceito de degeneração indígena arrastou-se pelo período republicano, indo encontrar eco no neo-evolucionismo de Julian Steward, que classificou as populações da América do Sul em áreas culturais, pautado pelo determinismo ambiental. A tipologia de bando, tribo, cacicado e estado, portanto, estariam relacionadas à ecologia, formando áreas culturais. De acordo com esse modelo, a floresta tropical seria um ambiente cuja adaptação estava reservada as tribos e não aos habitantes de culturas mais avançadas. Percebe-se, portanto, uma continuação das idéias estabelecidas no século XIX a respeito das populações indígenas, como enfatiza Noelli (2007).

As teorias sobre o centro de origem e rotas de migração Tupi, a partir dos anos de 1960, além dos dados históricos, foram respaldadas em dados arqueológicos e lingüísticos, o que pode ser constatado nas obras de Meggers e Evans (1973)⁶⁵, Lathrap (1975[1970])⁶⁶ e Brochado (1984).

As fontes de dados foram buscadas nos estudos lingüísticos sugeridos por Rodrigues (1964⁶⁷, 1984) e Lemle (1971)⁶⁸, bem como nas informações históricas fornecidas, principalmente por Alfred Métraux (1927, 1928), e em datações radiocarbônicas obtidas nas pesquisas realizadas durante a atuação do PRONAPA (Noelli, 2008).

Em 1972, com base nos resultados do PRONAPA, Meggers sugeriu ser a base dos Andes, no atual território da Bolívia, o ponto de origem da cerâmica Tupiguarani e que a dispersão dos falantes do Tupi-Guarani teria seguido um movimento de sul para o norte em 500 d.C. a partir do Paraná. Para Meggers (1972)⁶⁹, os Tupi provieram do norte, de grupos que descendiam das culturas nucleares, migrantes da base andina da Bolívia. Povoaram a várzea Amazônica, chegando posteriormente a costa Atlântica do Brasil. Tinham baixa

⁶⁵ MEGGERS, B.J. & EVANS. A reconstituição da pré-história Amazônica: Algumas Considerações Teóricas. **O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário**, Belém: MPEG, 1973: 51-69. (Publicações Avulsas)

⁶⁶ LATHRAP, D.W. **O alto Amazonas**. Lisboa: verbo, 1975.

⁶⁷ RODRIGUES, A. D. A classificação do tronco lingüístico Tupi, IN **Revista de Antropologia**. São Paulo, vol. 11, n. 1-2, 99-104, 1964.

⁶⁸ LEMLE, M. Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family. IN BENDOR-SAMUEL, D. **Tupi studies**, 1:107-29, Norman, Summer Institute of Linguistics, 1971.

⁶⁹ MEGGERS, B. J. **Prehistoric América**, Chicago: Aldine Publishing Press, 1972.

densidade demográfica, viviam em pequenas aldeias de casas comunais, politicamente independentes e suas relações eram mediadas pela guerra.

Contudo, em 1973, Meggers propõe outro ponto de origem - a bacia amazônica a leste do rio Madeira, ao considerar os argumentos de Rodrigues (1964, 1984) de que seria essa a localidade com maior concentração de famílias lingüísticas do tronco Tupi.

Nas proposições de Meggers acerca do centro de origem Tupi é visível a influência das idéias defendidas por Martius (1867) quanto ao centro de origem, bem como por Alfred Métraux (1928), a partir da sistematização dos relatos dos cronistas.

As pesquisas arqueológicas atuais não mais sustentam as proposições de Meggers e mostram, ao contrário, vestígios de populações numerosas vivendo em grandes aldeias, com alto grau de sedentarismo, com indícios para a existência de relações com outras aldeias. As pesquisas arqueológicas atuais em sítios arqueológicos Tupi serão contempladas no capítulo três, onde me detendo em especial nos estudos realizados na região Amazônica.

A idéia de que as populações amazônicas eram limitadas em seu desenvolvimento cultural devido às pressões negativas do ambiente de floresta tropical foram duramente criticadas por Donald Lathrap (1975[1970]). O autor via a Amazônia como um grande centro de inovações culturais, a partir da qual estilos cerâmicos e o cultivo da mandioca amarga teriam se expandido para outras regiões das Américas. Segundo ele, a Amazônia central seria o ponto de origem da tradição Policrômica Amazônica, que relaciona com as dispersões dos falantes do tronco Tupi, e a ocupação dos principais afluentes do rio Amazonas. A expansão desses povos a partir da Amazônia Central seria motivada pelas pressões resultantes do adensamento populacional da área onde teria se desenvolvido a agricultura e o sedentarismo, o que é conhecido como o “modelo cardíaco”, ou seja, a idéia de que a Amazônia central seria o coração e os rios seriam artérias bombeando sangue (povos e a cultura de floresta tropical) a partir desse ponto de origem. Percebe-se, portanto, que o próprio conceito de floresta tropical é bem diverso entre Lathrap e Meggers.

Assim, a origem Tupi deveria ser buscada no centro da bacia amazônica, ou seja, na confluência entre os rios Amazonas e Madeira. Para Lathrap (1975), a cerâmica da tradição

Policrômica seria uma derivação da tradição Barrancóide⁷⁰. Esse fato se provaria com base nas pesquisas de Peter Paul Hilbert (1968)⁷¹ no médio Amazonas, onde foram encontrados estilos cerâmicos tipicamente Barrancóides.

Para Lathrap (1975) a decoração da cerâmica coletada por P. P. Hilbert no rio Japurá possui motivos incisos e modelados tipicamente Barrancóide, porém a presença de decoração pintada na cerâmica seria um indício da transição da referida tradição para a cerâmica da tradição policrômica Amazônica. O autor afirma que as datas obtidas de 635 d. C. \pm 59 enquadra-se perfeitamente à situação que o estilo ocupa entre a tradição Barrancóide e a policrômica.

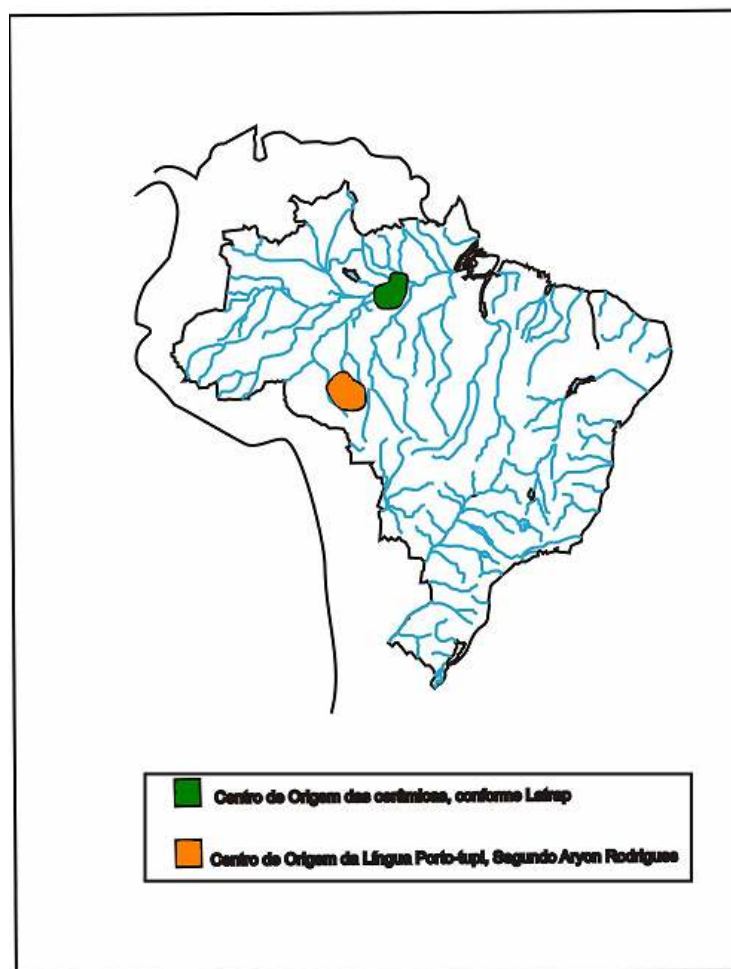


Figura 2 – Centro de Origem Tupi, conforme Donald Lathrap e Aron Rodrigues (Modificado por Ana Carolina Luz (2009) a partir de Lathrap, 1970)

⁷⁰ A tradição Barrancóide ou cerâmica inciso-modelada foi identificada pela primeira vez na planície alagada do baixo Orenoco (fase Barrancas). Acredita-se que esta cerâmica seja originária da Amazônia Central, sendo que a maior quantidade de exemplares desta cerâmica está na Venezuela e na Guiana. (Lathrap, 1975).

⁷¹ HILBERT, P.P. *Archaeologische Urnengraber am Mittleren Amazonas*, Marburger Studien zur Volkerkunde, n. 1, Berlin, 1968.

A tradição Policrômica Amazônica foi dividida por P. P. Hilbert (1968) em duas sub-tradições: Guarita e Miracanguera. A primeira se caracteriza por um conjunto de vasos simples, ausência de urnas funerárias antropomorfas e o uso do caraipé⁷² como antiplástico. A segunda manifesta um conjunto de vasos mais complexos, com formas triangulares, urnas antropomorfas e o cauxi⁷³ como antiplástico. Lathrap (1975) considera raras as semelhanças entre Guarita e Miracanguera.

Baseado nas proposições de Lathrap (1975[1970]) e em datações lingüísticas, Brochado (1984) sugeriu a cerâmica da tradição denominada “impropriamente” como Tupiguarani seria uma derivação da sub-tradição Guarita da Tradição Policrômica Amazônica.

Brochado (1984) dividiu a Tradição Tupiguarani em duas sub-tradições: Tupinambá e Guarani. O autor sugeriu que as migrações Tupinambá e Guarani teriam seguido por rotas migratórias opostas. A expansão Guarani teria sido feita no sentido norte para sul, desde a Amazônia até a foz do rio da Prata, pelos cursos dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Enquanto isso, a migração Tupinambá deu-se para leste, saindo pela foz do Amazonas e seguindo pelo litoral atlântico rumo ao sul, até São Paulo.

Esse autor também afirmou que a diferenciação do tronco Tupi teria ocorrido em 3.000 a.C, ou seja, há 5.000 anos A.P. Para a separação da família lingüística Tupi-Guarani, a estimativa seria de 500 a.C., mais ou menos 2.500 anos AP e não recentemente, como afirmavam os primeiros exploradores da região Amazônica (Brochado, 1989: 68).

De acordo com o modelo de Brochado:

“(…) o que se denominou impropriamente como tradição Tupiguarani são na realidade duas extensões distintas da tradição Policrômica Amazônica no leste da América do sul, dividida em duas sub-tradições que representam as cerâmicas produzidas pelos grupos tupi: Guarani e os Tupinambá, os quais tiveram histórias totalmente separadas durante os últimos dois mil anos” (Brochado: 1991: 85)⁷⁴.

⁷² Casca queimada e triturada de uma árvore rica em sílica.

⁷³ Espículas calcinadas de esponjas de água doce.

⁷⁴ BROCHADO, J.P. Um modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do sul. Anais do Iº Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, **Clio**, série arqueologia, Recife, n. 4, p.85-88, 1991.

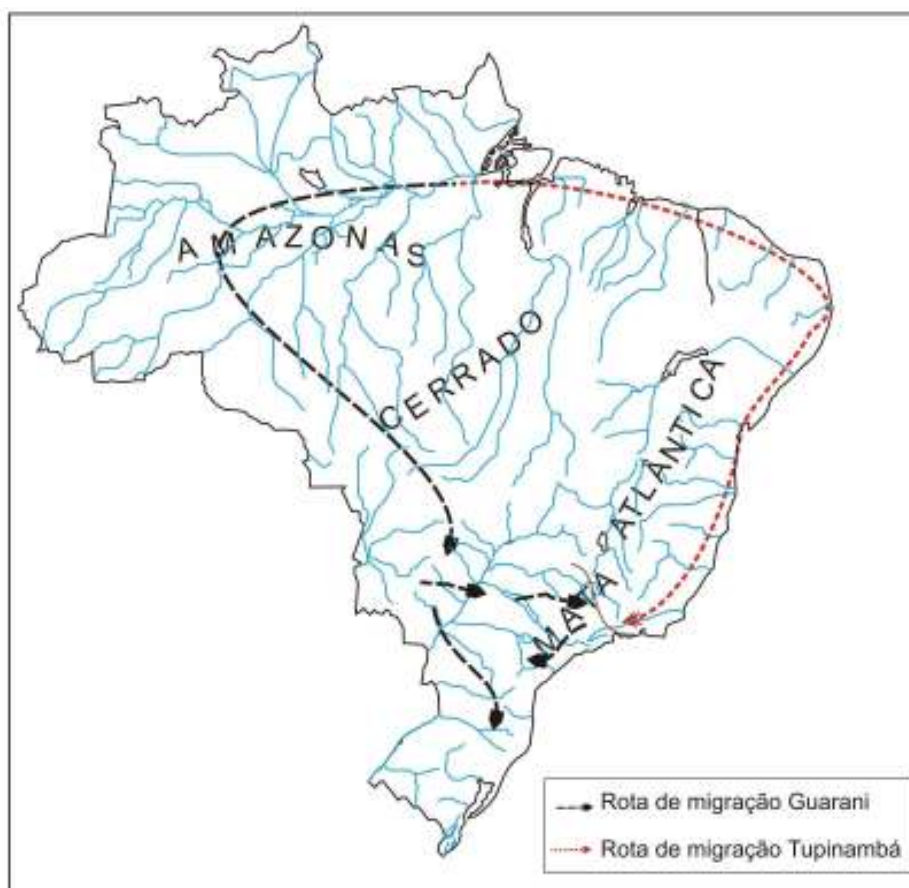


Figura 3 – Migrações Tupinambá e Guarani, conforme Brochado (Modificado por Ana Carolina Luz (2009) a partir de Brochado, 1984).

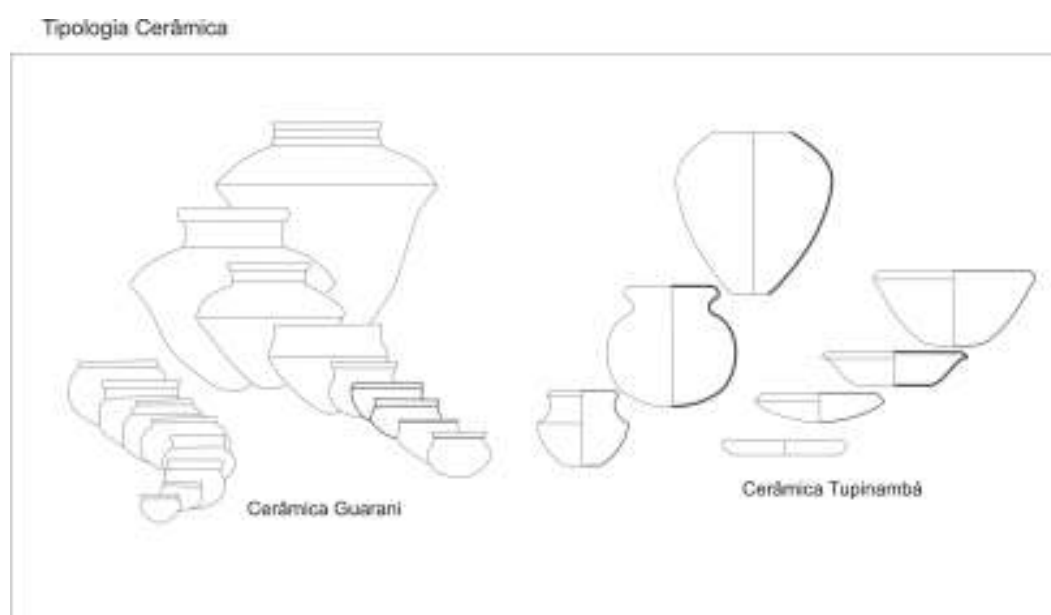


Figura 4 – Formas da Cerâmica (Modificado por Ana Carolina Luz (2009) a partir de Brochado, 1984).

Seguindo os pressupostos de Lathrap, Brochado sugeriu que a diferenciação da cerâmica Guarani em relação à sub-tradição Guarita ocorreu pela perda de técnicas decorativas como o modelado e a incisão, ocorrida durante a migração para fora da Amazônia em direção ao sul pelo rio Madeira, quando os Guarani, ao entrarem em contato com produtores ceramistas da Bolívia e do Peru, teriam conhecido novas formas de vasilhas. A datação para o início da subtradição Guarita estaria em 200 a.C. (Brochado, 1989).

Já a separação do Proto-Tupinambá seria consequência da transição da sub-tradição Guarita para Miracanguera. Esse desenvolvimento teria ocorrido no baixo Amazonas (Ilha de Marajó), onde a cerâmica teria chegado ao estágio de maior desenvolvimento artístico, expresso no estilo marajoara, afastando-se cada vez mais da cerâmica Barrancóide, adquirido assim formas sofisticadas e complexas.

Porém, a idéia de que a cerâmica da tradição Tupiguarani seria predecessora da cerâmica marajoara é contestada por Schaan (2007). A autora afirma que apesar de algumas semelhanças nas vasilhas identificadas por Lima, (2005)⁷⁵ no que diz respeito principalmente ao uso da pintura policrômica na cerâmica, no que tange os padrões de organização social-política, as sociedades Tupi e Marajoara são completamente distintas. Schaan (2007) com base em Viveiros de Castro (2002)⁷⁶ mostra que o padrão de organização social hierárquico da cultura marajoara difere do ethos igualitário Tupi. A organização social Tupi é fruto de um conjunto de escolhas políticas e que privilegiam certos valores (relações com base nos laços de parentesco) em detrimento de outros (organização com base em relações hierárquicas) (Viveiros de Castro, 2002).

Schaan enumera algumas características a fim de demonstrar que não é plausível a idéia de que há uma ligação étnica e lingüística entre os produtores da cerâmica Marajoara e Tupinambá. Entre ela podemos citar: o fato da organização das habitações em uma praça

⁷⁵ LIMA, T. A. Cerâmicas Tupiguarani e Marajoara; elementos estruturais comuns. **Ciência Hoje**. Vol. 36, n.213, p.30-33, 2005.

⁷⁶ VIVEIROS DE CASTRO, E. Imagens da Natureza e da sociedade. In: ___. **A inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo, Cosac & Naify, 2002: 317-345.

central, padrão típico dos sítios Tupi, não existir na sociedade marajoara; a presença de estratificação social na sociedade Marajoara ausente entre os Tupinambá; a sociedade Marajoara estava restrita a um único território e os Tupinambá apresentavam uma grande expansão territorial; os sítios Marajoara se caracterizam por ocupações contínuas, e nos sítios Tupinambá há indícios de freqüentes reocupações da mesma área, e por fim, o fato da cerâmica marajoara caracteriza-se por uma infinidade de técnicas decorativas, em contraste com a cerâmica Tupinambá que apresenta pouca variabilidade (Schaan, 2007).

Conforme o exemplo acima se percebe que o fato de duas sociedades produzirem artefatos semelhantes em alguns aspectos, não significa que a cultura material de uma derive da outra, uma vez que, artefatos semelhantes podem ser produzidos por sociedades totalmente distintas. Dessa forma, a tese de Brochado (1984) de que há uma ligação étnica e lingüística entre os membros das duas sociedades não é plausível.

O modelo de Brochado e de Lathrap também foi contestado por Heckenberger e seus colegas (Heckenberger *et al* 1998)⁷⁷, a partir de pesquisas realizadas no baixo curso dos rio Negro e Solimões. Os autores questionam a suposta origem das cerâmicas da tradição Policrômica na Amazônia central e sua relação com os falantes das línguas Proto-Tupi.

Também não é aceita a proposição segundo a qual a Tradição Policrômica amazônica (subtradição Guarita), constituiu-se a partir de mudanças ocorridas na cerâmica da tradição Barrancóide, entre 5.000 a.C e 500 A.D. Outra afirmação não-considerada é a limitação geográfica da cerâmica da subtradição Guarita à Amazônia central, imposta por produtores de cerâmicas mais recentes e sofisticadas como as da subtradição Miracanguera (Heckenberger *et al*, 1998).

Para Heckenberger *et al* (1998), a Tradição Policrômica não é muito mais antiga na Amazônia Central que em outras áreas, portanto não se pode afirmar seu surgimento nesta região. Segundo tais autores, a tradição policrômica surgiu tardiamente nessa área, cerca de 900 d.C. Os dados das pesquisas não indicaram que a expansão da cerâmica da subtradição Guarita da tradição Policrômica Amazônica tenha sido barrada pelo desenvolvimento da subtradição Miranguerra supostamente mais complexa. O que os autores observaram é que Guarita não é mais tardia e nem menos sofisticada que a cerâmica localizada no baixo

⁷⁷ HECKENBERGER, M. J; NEVES, E. & PETERSEN, J.B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 41, n. 1, p. 69-96, 1998.

Amazonas. Além disso, argumentam que a Tradição Barrancóide e a Tradição Policrômica Amazônica são totalmente distintas, não se tratando de um desenvolvimento da primeira para a segunda tradição ceramista.

Do exposto acima, observa-se que as proposições sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi carecem de justificativas demonstráveis e de ampliação de pesquisas sistemáticas em nível regional em que se considere de maneira complementar dados arqueológicos, lingüísticos e etnográficos para a obtenção de resultados consistentes.

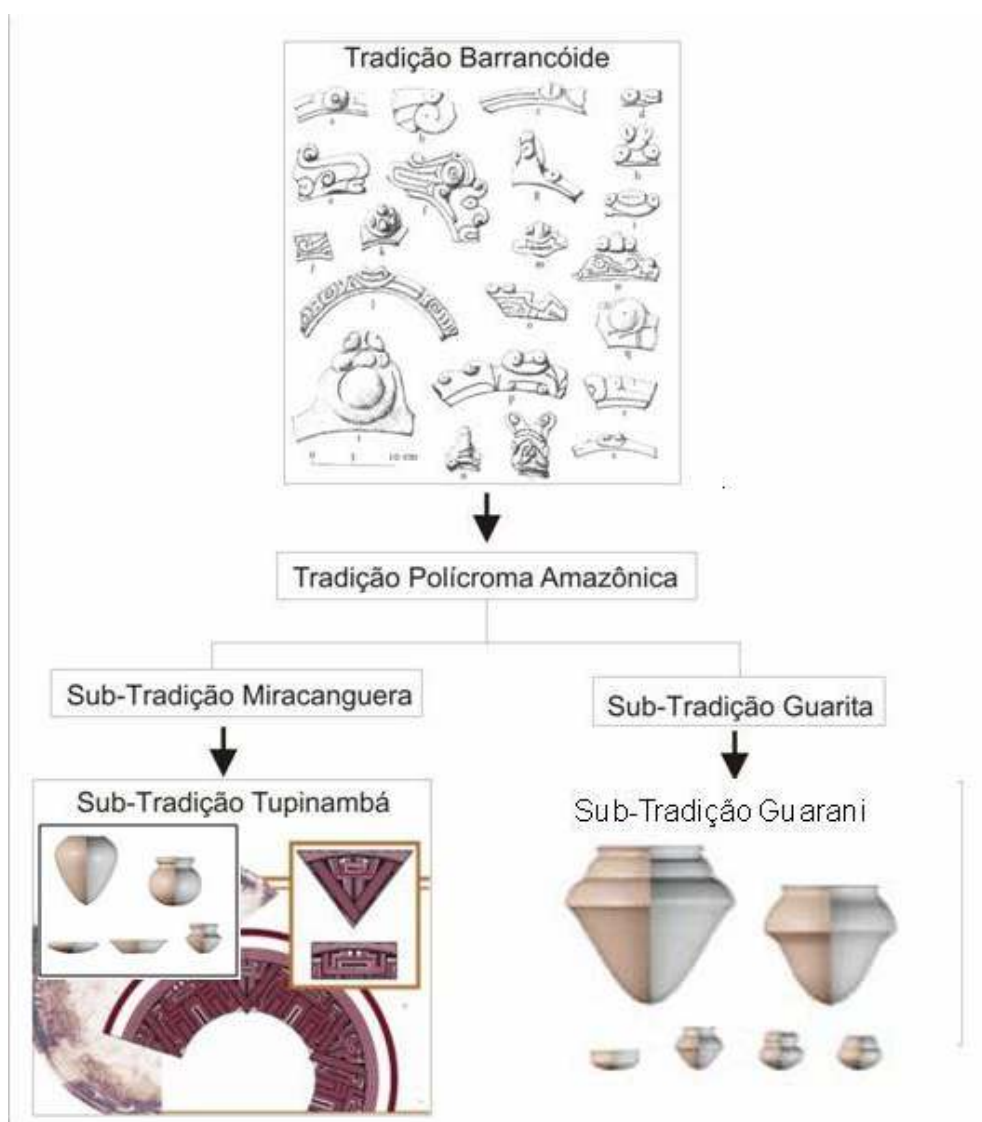


Figura 5 – O modelo de Lathrap (1970) e Brochado (1984)

Quadro I - Hipóteses sobre os centros de origem Tupi

Autor	Data	Centro de Origem
Karl F. Ph. Von Martius	1838	Entre o Paraguai e o sul da Bolívia
D'Orbigny	1839	Entre o Paraguai e o Brasil
Karl Von Den Steinen	1886	Cabeceira do rio Xingu
Paul Ehrenreich	1891	Médio Paraná, Alto Paraguai e Bolívia
Wilhelm Schimidt	1913	Cabeceira do rio Amazonas
Affonso A. de Freitas	1914	Entre os rios Madeira, Beni, Araguaia e o Lago Titicaca
Rodolfo Garcia	1922	Nascentes dos rios Paraguai e Paraná
Fritz Krause	1925	Entre os rios Napo e o Juruá
Alfred Métraux	1928	Limitada ao norte pelo rio Amazonas, ao sul pelo rio Paraguai, a leste pelo rio Tocantins e a oeste pelo rio Madeira.
Donald Lathrap	1970	Amazônia Central, entre os rios Amazonas e o Madeira
Betty Meggers	1972	Base dos Andes no atual território da Bolívia
Betty Meggers & Clifford Evans	1973	A leste do rio Madeira
José P. Brochado	1973	Limitada ao norte pelo rio Amazonas, ao sul pelo rio Paraguai, a leste pelo rio Tocantins e a oeste pelo rio Madeira
Branislava Susnik	1975	Planícies colombianas
José P. Brochado	1984	Amazônia Central
Pedro I. Schmitz	1985	A leste do rio Madeira
Ondemar Dias	1993	Sudeste brasileiro, entre os rios Paranapanema e Guaratiba
Francisco Noelli	1996	Amazônia Central
Hechenberger <i>et al</i>	1998	Fora da Amazônia Central

1. 5. Limitações das teorias a respeito da expansão Tupi-guarani

Um dos problemas das teorias a respeito do centro de origem e das rotas de expansão dos Tupi encontra-se na associação direta de um tipo de vestígio arqueológico, sobretudo cerâmico, com etnias da família lingüística Tupi-Guarani, sem se considerar as especificidades locais e regionais das populações que produziram os artefatos. Esse problema é causado principalmente pela metodologia de campo e laboratório utilizada pelo PRONAPA e PRONAPABA, que no contexto de atuação do programa fazia sentido, pois se para eles a cerâmica correspondia a um grupo cultural, não se fazia necessário escavar grandes superfícies.

Porém, para os problemas surgidos hoje, a partir de concepções teóricas diferentes, pois já não se correlaciona fases e tradições diretamente a um grupo étnico, os tipos de dados produzidos pelo PRONAPA com base em escavações rápidas e coleta superficial do material não possibilitam interpretações alternativas que levem conta padrão de assentamento, tempo de ocupação dos sítios e ritmos das expansões Tupi, ente outras questões.

Para além do problema teórico da associação feita entre os Proto-Tupi-Guarani com os sítios relacionados à tradição Tupiguarani, encontramos questões relacionadas à insuficiência dos dados coletados, uma vez em que, apesar do grande número de sítios pesquisados nos estados da região sul do país relacionados aos Proto-Guarani, os supostos Tupi-Guarani da região Amazônica são pouco conhecidos em termos arqueológicos. Esse fato impossibilita uma comparação dos dados de todas as áreas com a presença de sítios arqueológicos Tupi-Guarani, pois o número de sítios pesquisados por região é bastante desigual se considerarmos que a região sul do país teve um maior número de sítios pesquisados que o nordeste e a Amazônia. Dessa forma, as hipóteses sobre as rotas de expansão alicerçaram-se em uma amostra insuficiente.

Em relação às análises de laboratório, o material coletado, em especial a cerâmica, era analisado a partir do método quantitativo criado por James Ford (1962), cujo objetivo era a identificação dos tipos cerâmicos para se estabelecer cronologias culturais. Portanto, as metodologias de campo e laboratório não eram feitas com o objetivo de se entender como eram organizados as atividades cotidianas nos diferentes espaços dos sítios, como ao padrão de assentamento, forma de subsistência e mobilidade espacial das populações que produziram os vestígios.

No caso da tradição Tupiguarani, o elemento diagnóstico utilizado para a sua identificação foi a cerâmica que, não se deve esquecer, constitui apenas um dos elementos culturais produzidos e utilizados no cotidiano das populações pré-coloniais, não sendo dessa forma um elemento suficiente para se fazer inferências a respeito da origem dos Proto-Tupi-Guarani e de suas rotas de migração e, muito menos, para se fazer inferências sobre a pertença étnica de populações espalhadas por um vasto território. Assim, a cerâmica não deve ser analisada de forma isolada, mas sim levando-se em conta sua localização espacial e a relação que estabelece com outros vestígios, assim como os aspectos ambientais do entorno devem ser considerados nas análises.

Ao passamos para a análise das proposições de Lathrap (1975[1970]) e Brochado (1984) segundo os quais a tradição Tupiguarani teria se originado a partir do desenvolvimento da subtradição Guarita da Tradição Policrômica, observamos que o estabelecimento da origem e rotas de expansão dos produtores dos vestígios da tradição Tupiguarani e posteriormente das subtradições Guarani e Tupinambá estabelecida por Brochado (1984) foi feito com base na observação da decoração policrômica da cerâmica.

Porém, essa relação entre a tradição Tupiguarani e a Policrômica é bastante contestável, pelo fato da pintura policrômica ser recorrente em outras tradições arqueológicas. A policromia de uma cerâmica por se só não é suficiente para ser fazer correlação entre grupos étnicos. Pois mesmo grupos totalmente diferentes em termos de identidades sociais e étnicas podem apresentar cultura material semelhante devido à fatores ecológicos, ou seja, dois ou mais grupos podem conviver no mesmo habitat. As semelhanças entre a cultura material podem ocorrer, também devido a trocas entre diferentes povos. Portanto, a tese de Lathrap e Brochado de que a cerâmica Tupiguarani teria sua origem a partir de variações ocorridas na sub-tradição Guarita da Tradição policrômica, não pode ser comprovada, levando-se em conta apenas as semelhanças entre essas duas tradições.

Do exposto acima se pode constatar que, apesar de Lathrap ter inovado teoricamente ao propor que a Amazônia seria o pólo irradiador da agricultura e da cerâmica, não interpretando os vestígios dessa região como resultados do contato de povos provenientes de outras regiões, a metodologia a partir da qual ele fez as proposições (associação da cerâmica da tradição policrômica Amazônica com a cerâmica Tupiguarani) não difere da metodologia empregada pelo PRONAPA (Noelli, 1996).

Em relação a Brochado (1984), discípulo de Lathrap, vê-se que o autor dá um primeiro passo na desconstrução da imagem de uma cultura Tupi-Guarani homogênea, ao propor que a divisão da tradição Tupiguarani em duas sub-tradições – Tupinambá e Guarani, reconhecendo que há diferenças na cultura material. Porém, a associação direta dos vestígios materiais com os grupos étnicos é bastante problemática, quando se considera o caráter fluido e dinâmico das identidades étnicas e as estratégias utilizadas pelo grupo em relação a sua identidade (Cardoso de Oliveira, 1976)⁷⁸. Os grupos étnicos, de acordo com as circunstâncias das relações sociais com outros grupos, ora podem afirmar sua identidade, ora, em outros

⁷⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976: 1-31.

momentos, deixá-la latente; ou seja, sem negar sua identidade, os grupos podem não realçá-la, como resultado de uma estratégia em situação de contato (idem).

Dessa forma, com base no exposto até aqui, acredito ser necessária uma revisão das teorias a respeito dos grupos Tupi pré-coloniais, levando-se em conta os estudos antropológicos sobre etnicidade, do mesmo modo em que é preciso a ampliação de pesquisas sistemáticas a partir da qual se produza maior quantidade de dados a serem interpretados, tendo em mente um constante diálogo com a antropologia, etno-história e lingüística, objetivando a criação de modelos mais consistentes tanto em termos teóricos quanto metodológicos.

1. 6. Língua, etnia e cultura material

Dentre as tradições arqueológicas estabelecidas pelo PRONAPA, a tradição Tupiguarani diferencia-se pelo fato de ser a única a receber a denominação de uma família lingüística conhecida etnologicamente. Nos modelos sobre o centro de origem e rotas de expansão desses grupos é perceptível a correlação direta entre língua, etnia e cultura material. Alguns atributos como as técnicas decorativas da cerâmica, como o corrugado⁷⁹, ungulado⁸⁰, escovado⁸¹, inciso⁸², roletado⁸³ e a pintura vermelha e preta sobre engobo branco, foram diretamente relacionados aos grupos étnicos da família Tupi-Guarani, devido ao fato de seus falantes possuírem uma distribuição espacial equivalente a dos vestígios arqueológicos.

No que diz respeito a essa questão, Meggers e Evans (1973) advertem que para se fazer esse tipo de associação (relacionar uma família lingüística a uma tradição arqueológica) deve-se demonstrar que tal associação exista, tornando possível a utilização dos dados etnográficos na pesquisa arqueológica. Por isso, em relação à família Tupi-Guarani e à tradição arqueológica Tupiguarani, os autores consideraram relativamente seguro fazer esse

⁷⁹ “Corrugado: Tipo de decoração em que, depois da colocação de cada rolete, este é ligado ao anterior por meio de pressões mais ou menos regulares, espaçadas, executadas com as pontas dos dedos, em sentido perpendicular ou transversal ao vaso” (Souza, 1997: 40; Chmyz: 1966: 126-127).

⁸⁰ “Ungulado: Tipo de decoração que consiste em imprimir, com a ponta das unhas, marcas agrupadas em diversas posições, na superfície do vasilhame” (Chmyz: 1966: 146).

⁸¹ “Escovado: Tipo de decoração que consiste em passar na superfície ainda úmida do vasilhame, um instrumento com pontas múltiplas, guardando entre si certo paralelismo e profundidade” (Chmyz: 1966:130)

⁸² “Inciso: Tipo de decoração que consiste em incisões praticadas por meio de extremidades aguçadas de instrumentos variados, na superfície da cerâmica antes da queima” (Chmyz: 1966: 133).

⁸³ “Roletado: Tipo de decoração que consiste em conservar os roletes de convecção do vasilhame, sem pressionar e alisar a superfície externa” (Chmyz: 1966: 141).

tipo de associação, pelo fato do Tupi-Guarani ser a única família lingüística distribuída ao longo de toda a costa brasileira, e de apenas a tradição Tupiguarani possuir uma distribuição geográfica semelhante.

Outros autores, como Lathrap (1975[1970]), Brochado (1984) e Noelli (1996), por sua vez, defendem a continuidade histórica entre as populações pré-coloniais que produziram os vestígios arqueológicos da tradição Tupiguarani e as populações contemporâneas falantes das línguas da família lingüística Tupi-Guarani.

Brochado considera que “a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais” e que “as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, ao contrário, deliberadamente perseguidas” (Brochado, 1984: 01). A perspectiva teórico-metodológica de Brochado tem no diálogo entre a arqueologia, a antropologia e a etno-história, uma forma de reconstituir a história indígena com suas continuidades e permanências, mas também discontinuidades e mudanças socioculturais.

Assim, a trajetória dos grupos étnicos pré-coloniais, portadores de tecnologia ceramista, teria uma continuidade histórica e cultural em tempos coloniais ou até mesmo nos dias de hoje. Nesse caso, a língua e a cerâmica foram utilizados como parâmetro para identificação de grupos étnicos, estabelecidos como um mesmo bloco cultural genérico, monolítico e fossilizado no tempo e no espaço, supostamente identificado por fragmentos cerâmicos da tradição Tupiguarani, associada as línguas Guarani e Tupinambá de mesmo nome.

A utilização de analogias diretas entre cultura material, língua e grupo étnico desconsideram a auto-identificação dos grupos e suas diferentes formas de organização social, questões extremamente relevantes para a percepção da identidade étnica dos grupos estudados. Esse tipo de associação também vai de encontro aos debates atuais sobre etnicidade pautados nos aspectos relacionais e dinâmicos da mesma (Barth,2000 [1969]⁸⁴, Cardoso de Oliveira, 1976, Jones, 1997⁸⁵, Poutignat & Streiff-Fenart,1998⁸⁶).

⁸⁴ BARTH, F. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000: 25-57.

⁸⁵ JONES, S. Ethnicity and material culture IN **The archeology of ethnicity**. London & New York: Routledge, 1997: 106-127.

Segundo Barth (2000[1969]), o ponto central da análise não deve ser as diferentes manifestações culturais ou os limites territoriais, mas o sentido de pertencimento ao grupo, ou seja, a auto-atribuição e a atribuição por outros. Dessa forma, os grupos étnicos são representados por “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores” (Barth, 2000:27). O centro da investigação nos estudos dos grupos étnicos são as fronteiras sociais, e quando se investiga os grupos étnicos a partir dessa perspectiva o foco passa a ser os mecanismos de criação e manutenção dessas fronteiras e não demarcadores culturais.

Barth também procura romper com a idéia de que os grupos precisam manter-se isolados para conservar suas fronteiras étnicas, afirmando que essas permanecem apesar dos contatos e das trocas de informações com outras etnias. Dessa forma, as interações tornam mais evidentes as dicotomias e distinções entre os grupos e as diferenças culturais persistem mesmo quando ocorrem intercâmbios entre etnias diferentes (Barth, 2000[1969]).

A importância de Barth está no fato de que ele foi o grande iniciador das discussões em torno da etnicidade ocorridas a partir de 1969, rompendo com as idéias culturalistas em voga nos trabalhos antropológicos. Em suas proposições, a cultura deixa de ser o ponto central na distinção dos grupos étnicos, uma vez em que possuir uma mesma cultura não é visto como uma categoria chave para se atribuir a pertença a um grupo étnico, mas sim a atribuição e o pertencimento a um grupo étnico, e essa pertença somente pode ser verificada a partir de fatores socialmente relevantes para o grupo e não a partir de características culturais (Poutignat & Streiff- Fenart, 1998).

Os estudos de Barth pautados no caráter subjetivo e fluido de grupo étnico serviram de argumento aos arqueólogos insatisfeitos com a correlação direta feita entre cultura material e grupo étnico (Jones, 2007). Dessa forma, a idéia de raça, língua ou cultura foi superada para a identificação de grupos étnicos proposta por Barth (1998 [1969]). Assim, não faz sentido para os estudos arqueológicos continuarem atribuindo uma pertença étnica a partir da associação entre as características tecnológicas da cerâmica com uma família lingüística.

A etnicidade é uma forma de organização social baseada na auto-atribuição e na atribuição pelos outros, pautado na dicotomia Nós/Eles, que classifica as pessoas em função de sua suposta origem, validada na interação e ativação de signos culturais. Características

⁸⁶ POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 250p.

como língua, cultura e território deixaram de ser vistas como aspectos essenciais para se definir a pertença étnica e passaram a ser consideradas recursos utilizados pelos atores para delimitar sua fronteira étnica. Dessa forma, a ativação ou não de aspectos culturais para se constituir uma identidade étnica vai variar em função das circunstâncias históricas e das interações entre os grupos (Barth, 2000[1969]; (Poutignat & Streiff- Fenart, 1998).

Assim, tendo em vista a discussão sobre etnicidade o problema encontrado pelos arqueólogos é como a partir do registro arqueológico é possível tirar conclusões a respeito da pertença étnica das populações pretéritas que produziram esses vestígios? De acordo com Siân Jones (2007), as teorias de etnicidade proporcionaram um ceticismo, por parte dos arqueólogos quanto à possibilidade de se obter informações étnicas de uma sociedade pretérita a partir da cultura material.

Como uma alternativa a essa questão, Jones (1997) partindo de uma concepção pós-processualista enfatiza a importância do contexto cultural dos vestígios arqueológicos e leva em consideração a importância das interações sociais e o simbolismo entre os grupos e pessoas representados na cultura material, uma vez em que, para essa autora, a etnicidade é um produto de similaridades e diferenças nas condições que caracterizam uma dada situação histórica. A autora propõe que o conjunto da cultura material dos povos do passado deve ser entendida no contexto de construções de identidade cultural que são, muitas vezes, heterogêneas e contraditórias.

Porém, o problema da proposta de Jones (1997) é que, ao enfatizar a importância do contexto e da observação da inter-relação entre os vestígios de diferentes grupos étnicos e a concepção simbólica dada à cultura material para a demarcação de fronteiras étnicas, a autora não mostra o caminho para uma aplicação prática de sua teoria, sendo que de forma empírica a demarcação dos grupos étnicos do passado a partir da cultura material continua sem solução.

Ao se tratar de questões étnicas, o ponto que se coloca é: quais os critérios a serem utilizados na definição dos grupos, sobretudo no caso dos estudos sobre os Tupi-Guarani, levando em conta o caráter fluído e situacional dos grupos étnicos e a forma como são criados mecanismos para demarcar suas identidades, a partir das evidências arqueológicas e de registros textuais incompletos, como no caso das crônicas dos séculos XVI e XVII?

Além disso, ao analisar os cronistas para se criar proposições sobre os Proto-Tupi-Guarani, verifiquei a utilização de textos não muito precisos escritos pelos cronistas, viajantes

e etnólogos estrangeiros, usados sem cautela para complementar as informações contidas no registro arqueológico. A respeito da utilização de fontes etno-históricas e etnográficas para o estudo das populações de antes do contato com os portugueses, tratarei de forma mais detida no próximo capítulo.

O que é importante considerar nesse momento é que a discussão a respeito da utilização das teorias de etnicidade nos estudos arqueológicos é interessante para que se possa problematizar as teorias criadas para explicar o padrão e o ritmo das expansões Tupi-Guarani. Nelas, a partir de uma perspectiva histórico-culturalista e difusionista, as mudanças na cultura material eram entendidas como consequência de contatos entre etnias diferentes, que resultariam na destruição dos padrões culturais de um grupo por outro com uma cultura considerada superior.

Os problemas dos estudos de arqueologia relacionados aos Tupi-Guarani está no fato de que, para a determinação de uma identidade étnica, foi utilizado um determinado tipo de tecnologia ceramista, sem considerar a possibilidade de que outros grupos não Tupi-Guarani poderiam ter também utilizado a mesma tecnologia.

Levando em conta os aspectos bastante variantes dos signos utilizados para caracterizar uma pertença étnica nos estudos de cultura material, como é o caso da tradição arqueológica Tupiguarani, é importante considerar o fato de que grupos étnicos diferentes podem possuir categorias culturais semelhantes. Dessa forma, atributos tecnológicos e estilísticos da cerâmica não seriam suficientes para uma associação segura a um determinado grupo, como ocorreu com os falantes das línguas da família Tupi-Guarani.

Percebo que nos modelos criados para as sociedades Proto-Tupi-Guarani as escolhas estratégicas feitas em situações determinadas nas quais se abre, diante do indivíduo ou grupos, alternativas a serem escolhidas, não foram levadas em conta, nem tão pouco o caráter fluido da identidade étnica foi percebido como esforços que os indivíduos ou grupos fazem para garantirem a sua existência e visibilidade social (Cardoso de Oliveira, 1976).

Diante do exposto, percebe-se que nos modelos de expansão Tupi as diferenças étnicas e os processos de mudanças culturais não foram levados em conta, e os Tupi-Guarani foram vistos como um grande grupo cultural homogêneo e estático, sendo que os processos de interações com outros grupos étnicos e os mecanismos de manutenção de fronteiras e de diferencial cultural foram menosprezados.

A meu ver o uso de analogias históricas ou etnográficas diretas é algo inapropriado para a atribuição desta ou daquela identidade étnica às evidências arqueológicas de um passado pré-colonial. Por esse motivo é que se faz necessário superar o antigo paradigma histórico-cultural, qual seja, a de que a etnicidade ou a identidade étnica tem relação direta com a cultura e que essa pode ser lida pela cultura material como um conjunto, sem que se percebam as sutilezas e as pequenas mudanças que podem indicar outros caminhos de construção identitária. A etnicidade, pelo contrário, é um fenômeno dinâmico que emerge do interior dos grupos étnicos para a exterioridade, em situações de contato interculturais.

Quero ressaltar que não é meu objetivo criticar os estudos arqueológicos de períodos anteriores por não utilizarem abordagens sobre questões étnicas na arqueologia, até porque, estes estudos de etnicidade nas ciências humanas só tiveram força a partir de 1969 com os estudos de Fredrik Barth, e cada teoria deve ser analisada dentro da corrente teórica e do momento histórico em que foi produzida. Porém, as pesquisas atuais não devem mais se pautar em velhos pressupostos e precisam levar em conta o caráter dinâmico das concepções teóricas, deixando para trás antigas concepções e redefinindo as teorias a partir de novos pressupostos.

Dessa forma, as reflexões atuais e futuras sobre sítios arqueológicos da família Tupi-Guarani não devem deixar de considerar as questões de etnicidade em seu trabalho, pois a partir dessas questões é possível se entender a complexidade das relações sociais do passado.

Em minha opinião, não levar em conta esses aspectos étnicos nas reflexões arqueológicas é incorrer na repetição de conceitos utilizados desde o século XIX, passando pelos estudos de Betty Meggers, carregados de preconceitos raciais e uma visão colonizadora das populações tidas como menos evoluídas. Proposições essas ultrapassadas diante das novas tecnologias existentes na Arqueologia, como as datações radiocarbônicas, estudo do solo, as contribuições da antropologia biológica, dentre outros. Portanto, para não continuarmos utilizando conceitos feitos a partir de dados pouco fundamentados em dados científicos ou analisados de forma equivocada é preciso uma revisão teórico-metodológica das concepções, a partir de novos dados e utilização de conceitos pautados em pesquisas interdisciplinares na área de antropologia, arqueologia e história.

Dessa forma, se as pesquisas arqueológicas contemporâneas pretendem avançar em termos teórico-metodológicos, o primeiro passo a ser dado é deixar de lado as grandes generalizações e buscar entender as populações pré-coloniais produtoras dos vestígios

arqueológicos estudados dentro de seus contextos específicos, e não mais enquadrar os vestígios em tradições arqueológicas que colocam com um mesmo “pacote cultural” povos possivelmente diversos.

A criação do Tupi homogêneo na arqueologia brasileira é em grande parte resultado da metodologia de trabalho dos pesquisadores do PRONAPA, que agruparam arbitrariamente diversas sociedades sob o conceito “Tupiguarani”. Essa classificação colocou sobre a mesma definição culturas com diferenciações importantes e notáveis tanto em termos de cultura material quanto em relação a organização social e auto-identificação dessas populações.

Tanto no plano lingüístico, quanto no plano arqueológico, os grupos que habitavam o litoral foram relacionados a uma única família lingüística a partir de características muito gerais e abrangentes, sem se considerar a diversidade cultural destes povos. Dessa forma, os Tupi foram idealizados como um grande bloco cultural homogêneo, tanto nas teorias da lingüística, da arqueologia quanto da etnologia. Esse fato foi favorecido pela ampla dispersão geográfica deste grupo, permitindo a manutenção da imagem do Tupi uniforme, monolítico e estático presente no pensamento social brasileiro.

A idéia do Tupi uniforme contribuiu para que a arqueologia acadêmica estabelecesse a cerâmica como um elemento diagnóstico da cultura Tupiguarani e promovesse uma relação direta entre cultura material, língua e etnia. Nos trabalhos atuais, esta ligação feita no decorrer da história da arqueologia vem gerando intensos debates, a fim de se identificar as possibilidades de encontrar traços étnicos na cultura material. Considero que uma associação entre dados lingüísticos, etnográficos e arqueológicos, através do estabelecimento de correlações entre padrões de assentamento do passado e do presente, possa trazer importantes contribuições para a solução de problemas relativos à origem, expansão, modo de subsistência e padrões de assentamento dos Proto-Tupi.

Acredito ser necessário perceber que as teorias aqui questionadas possuem um caráter essencialmente materialista, de modo que objetos foram tratados a partir de seu aspecto funcional, desconsiderando os aspectos religiosos e mitológicos presentes na relação dos indivíduos com os artefatos.

Dessa forma, em relação à utilização das teorias atuais de etnicidade e a verificação dos padrões de continuidades e mudanças em contextos etnológicos para compreender os grupos do passado, considero como extremamente válido, pois acredito que possa nos auxiliar

na compreensão de que as relações das sociedades pré-coloniais, pré-capitalistas e não globalizadas eram tão complexas quanto às do presente. Porém, não concordo com a correlação direta entre cultura material, língua e grupo étnico que se encontra nas teorias sobre o centro de origem e das rotas de migração dos grupos Tupi, principalmente as pautadas no histórico-culturalismo. Ao não aceitar essa correlação, estou querendo enfatizar o caráter contextual e fluído dos grupos étnicos.

CAPÍTULO 2

EM BUSCA DOS CAMINHOS DOS TUPI: O USO DE FONTES HISTÓRICAS E ETNOGRÁFICAS

“(...) a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que os produziram, o mais importante terá se perdido. Assim, as conotações etnográficas das tradições e estilos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário perseguidas.” (Brochado, 1984: 1)⁸⁷.

Nesse capítulo pretendo discutir a relevância da utilização de fontes históricas e das analogias etnográficas para complementar as informações arqueológicas a respeito dos Tupi pré-coloniais. Acredito que o uso dessas fontes só se justifica se considerarmos, assim como Brochado (1984), uma continuidade entre as populações produtoras dos vestígios arqueológicos e as populações indígenas atuais. No caso da arqueologia Tupi, a correlação da tradição arqueológica Tupiguarani com os falantes da família lingüística Tupi-Guarani tem gerado um campo fértil para o uso das informações dos cronistas dos séculos XVI e XVII e das analogias etnográficas.

Em relação à correspondência entre os Tupi pré-coloniais e os atuais, não há como negar a grande quantidade de dados arqueológicos, lingüísticos e etnográficos que correlacionam os vestígios arqueológicos da tradição Tupiguarani com os indígenas habitantes da costa brasileira à época do contato. Portanto, acredito numa continuidade entre os Tupi do período pré-colonial, colonial e os povos Tupi contemporâneos. Porém, não concordo com a correlação direta entre cultura material e grupo étnico a partir de uma leitura simples e direta do passado através do presente. Assim, o uso das informações dos cronistas e das analogias etnográficas deve ser feita com cautela, pois a continuação histórica entre as populações pretéritas e as do presente não garante uma similaridade sociocultural entre elas.

⁸⁷ BROCHADO, J. P. *An Ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South América*. 1984. Tese (doutorado) - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1984.

Nessa perspectiva, é preciso estudar os povos Tupi sob o ponto de vista da “longa duração”⁸⁸, utilizando-se de fontes históricas, arqueológicas e etnográficas. Isso porque apesar das mudanças de caráter regional e ecológico sofridas por esses povos ao longo do seu processo de expansão territorial, muitos de seus traços culturais permaneceram imutáveis.

Este fato pode ser observado na cerâmica relacionada aos sítios Tupi que, apesar das especificidades regionais, mantém aspectos como antiplástico, decoração e forma constantes. Dessa forma, nos estudos dos povos Tupi é preciso levar em conta os processos históricos pelos quais passaram essas populações com o objetivo de compreender as mudanças e as permanências culturais ao longo do tempo.

Para tanto, o arqueólogo precisa ter em mente que os grupos étnicos não são estáticos no tempo e no espaço e, além disso, estão em constante contato com outros povos. No caso dos Tupi, a grande extensão territorial por eles atingida gerou mudanças regionais devido às diferentes paisagens ocupadas, porém apesar das especificidades locais, muitos traços da cultura Tupi mais gerais permaneceram.

Assim, uma vez que as similaridades na cultura material de povos Tupiguarani ao longo de toda a costa brasileira mantém-se inalterada durante vários séculos, as informações dos cronistas do período colonial e as analogias etnográficas passaram a desempenhar um importante papel no sentido de complementar as informações arqueológicas. Em razão da constante utilização desses dados por estudiosos da arqueologia Tupi, pretendo realizar neste capítulo uma discussão a respeito da validade da utilização desses dados procurando mostrar, além dos aspectos positivos, os problemas acarretados no uso direto de tais informações.

Para realizar tal discussão dividi o capítulo em duas partes. Na primeira analiso as obras que utilizaram os cronistas como fontes e, em seguida, os trabalhos baseados no uso de analogias etnográficas para o estudo dos Tupi pré-coloniais. No primeiro caso, discuto as obras de autores como: Alfred Métraux (1927, 1928)⁸⁹, Florestan Fernandes (1963, 1970,

88 A longa duração corresponde a estruturas duráveis, e não obstante todas as modificações que possam sofrer, alguns traços permanecem imutáveis, enquanto que em tornos deles ocorrem rupturas e modificações. Para Braudel os traços do capitalismo europeu correspondem a etapas de longa duração, pois ao longo de quatro séculos de vida econômica, apesar de todas as modificações pelo qual passou, muitos de seus aspectos iniciais permanecem intactos (BRAUDEL, 1978).

⁸⁹ MÉTRAUX. A. La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani. Paris: P. Geuthner, 1928.

_____. Migrations historiques des Tupi-guarani. *Journal de la Société de Américanistes*, Paris, n.19, p. 1-45, 1927.

1975)⁹⁰, Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (1981, 1990)⁹¹, Valéria Assis (1996)⁹² e Parssinen (2002)⁹³; e, no segundo caso, Francisco Noelli (1993) e Fabíola Silva (2002)⁹⁴.

Considero que as discussões contidas nas referidas obras não esgotam o tema, mas são suficientes para abordar as questões no presente trabalho, que dizem respeito às críticas teóricas e metodológicas das quais o uso de fontes seiscentistas, setecentistas e etnográficas foram alvo na arqueologia e o motivo dessas críticas. Dessa forma, procuro verificar o modo como essas fontes foram utilizadas e quais cuidados devem ser tomados ao utilizá-las para o entendimento das populações pré-coloniais.

Centrei minha atenção nas informações a respeito da mobilidade espacial e padrões de assentamento⁹⁵ dos falantes das línguas da família Tupi-Guarani pelo fato de que esses aspectos me ajudarão a refletir a respeito das teorias sobre o centro de origem e rotas de migração dos Proto-Tupi-Guarani e também pelo fato dos trabalhos arqueológicos a respeito dos Proto-Tupi-Guarani centrarem-se na questão da mobilidade e no padrão de organização espacial.

⁹⁰ FERNANDES, F. Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas. In: **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975:191-289.

_____. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Pioneira, 1970.

_____. **A organização social dos tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

⁹¹ SCATAMACCHIA, M. C. M. **A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: fontes arqueológicas e etno-históricas. 1990. Tese (Doutorado), USP/FFLCH, São Paulo, 1990.

_____. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani**. 1981. 301 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

⁹² ASSIS, V. S. **Da espacialidade Tupinambá**. 1996. Dissertação (Mestrado) - PUC-RS, Porto Alegre, 1996.

⁹³ PÄRSSINEN, M. Quando começou, realmente, a expansão Guarani em direção às Serras Andinas Orientais? **Revista de Arqueologia**, 18: 51-66, 2005.

⁹⁴ Os estudos em etnoarqueologia são bastante numerosos, porém, neste trabalho optei por analisar apenas aqueles que me servirão de exemplos de pesquisas na utilização de tal concepção teórica. Os trabalhos citados constituem referências no meio acadêmico quando se falam em estudos etnoarqueológico de povos Tupi. No caso da cerâmica dos Asurini do Xingu, analisei o trabalho de Silva (2000) e no caso dos Guarani analisei a dissertação de mestrado de Noelli (1993).

NOELLI, F.S. **Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí)**. Dissertação (Mestrado) - IFCH-PUCRS, Porto Alegre, 1993.

SILVA, F. **As tecnologias e seus significados: um estudo etnoarqueológico da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin do Catete**. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁹⁵ Padrão de assentamento é a “maneira como o homem se dispõe na passagem em que ele vive que engloba a distribuição e o tipo de construções utilizadas, e que reflete o tipo tecnológico do grupo, aspectos da organização e de sua interação com o meio ambiente” (Scatamacchia & Moscou, 1989: 38).

2. 1. Os relatos dos cronistas

A opinião dos pesquisadores quanto ao uso dos relatos dos cronistas para a obtenção de dados acerca das populações do período colonial é bastante ambígua. Ora é caracterizada por uma grande aceitação e pela expectativa de estabelecer um diálogo complementar entre as fontes históricas, etnográficas e arqueológicas; ora é assinalada pelo descrédito e distanciamento. Dessa forma, para alguns autores como Scatamacchia (1981, 1990) e Assis (1996), as informações dos cronistas podem ajudar na complementação dos dados obtidos nas escavações arqueológicas a respeito do padrão de assentamento e da espacialidade. Porém, autores como Pärssinen (2005) acreditam que a utilização dessas fontes não pode ajudar no entendimento das populações pretéritas, em razão das mudanças históricas e culturais causadas pelo contato com os europeus que alteraram drasticamente a organização sociopolítica e cultural desses povos.

A esse respeito, segundo Oliveira Filho (1987)⁹⁶, os aspectos positivos dos relatos dos cronistas estariam no fato de proporcionarem ao pesquisador uma dimensão histórica mais profunda em seu estudo, reunindo informações que transcendem muito a capacidade de observação dos etnólogos durante sua situação de campo e complementando os dados arqueológicos obtidos nas escavações dos sítios. Os aspectos negativos, por sua vez, estariam relacionados a uma descontinuidade radical entre as descrições dos viajantes e as exigências atuais da pesquisa acadêmica, ou seja, os cronistas não eram etnólogos e, portanto, não estariam capacitados para fazer observações aos moldes de uma etnografia.

Dentre essas fontes históricas utilizadas nos estudos dos Tupinambá, podemos citar cartas, relatos e crônicas seiscentistas e setecentistas como os relatos de Hans Staden (1554), que esteve prisioneiro por vários meses entre os Tupinambá do Rio de Janeiro; a Crônica Geral Colonial, cujas primeiras obras são as de Pero de Magalhães Gândavo (1557) e Gabriel Soares de Souza (1587); os cronistas da Companhia de Jesus, José de Anchieta (1554) e Fernão Cardim (1584), e as fontes relacionadas ao estabelecimento dos franceses no Brasil, como as obras de André Thevet (1558), Jean de Lery (1578), Claude D’Abeville (1614) e Yves D’Evreux (1614)⁹⁷.

⁹⁶ OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Elementos para uma Sociologia dos Viajantes. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987: 84-148.

⁹⁷ Os autores referidos acima escreveram sobre os primeiros contatos dos europeus com os Tupinambá. Não analisei as obras a respeito dos Guarani do período colonial, porque centrei minha atenção em trabalhos de autores que escreveram sobre o

Tendo em vista que as informações fornecidas pelos cronistas acima citados são utilizadas para complementar os dados obtidos em pesquisas arqueológicas, especialmente quanto ao padrão de assentamento e organização espacial das aldeias Tupinambá do período colonial, pretendo problematizar até que ponto as descrições dos cronistas constituem fontes seguras para se fazer inferências a respeito da organização social e da mobilidade espacial das populações pretéritas. Ou seja, em que medida as descrições dos cronistas podem ser tomadas como constituindo uma etnografia dos Tupinambá, passíveis de serem utilizadas pelo pesquisador de hoje para responder as atuais pesquisas referentes a esses povos habitantes da costa brasileira à época do contato com os europeus?

A respeito dessa questão, segundo João Pacheco de Oliveira Filho (1987), o principal motivo para a existência de dúvidas quanto à validade da utilização dos dados fornecidos pelos cronistas advém do fato de se tratarem de autores que escreveram em contextos históricos particulares, falando a partir de concepções teóricas próprias de sua época e, sobretudo, pelo fato das crônicas não serem fruto de preocupações etnográficas. Ao mesmo tempo é perceptível na literatura a grande utilização de cronistas, como se seus relatos constituíssem uma etnografia homogênea das populações indígenas pretéritas. No entanto, os diversos autores do período colonial tiveram contato com diferentes povos Tupinambá que habitaram a costa entre os séculos XVI e XVII e, portanto, as informações apresentam-se de forma bastante fragmentária, formando um somatório de dados colhidos por diferentes observadores em diferentes datas e locais.

Dessa forma, Oliveira Filho (1987) considera imprudente tomar-se como etnografia uma soma de dados esparsos, colhidos por vários observadores, em diferentes lugares e épocas, a respeito de povos pertencentes a etnias diversas, identificadas sob o rótulo genérico de Tupinambá, pelo fato de que, ao se fazer isso, se está atribuindo uma unidade entre os relatos, concebendo a sociedade estudada de forma atemporal, sem considerar as mudanças culturais vividas nas diferentes épocas, lugares e por diferentes povos.

Dessa forma, além de desconsiderar a variabilidade étnica, cultural e os diferentes processos históricos pelos quais as sociedades indígenas pré-coloniais e coloniais passaram, a utilização dos dados dos cronistas como uma grande massa homogênea de informações,

padrão de assentamento Tupinambá em arqueologia. Para um maior entendimento da bibliografia do período colonial a respeito dos Guarani remeto o leitor à obra de MELIÁ, B. **O Guarani; uma bibliografia etnológica**. Porto Alegre, PUC-BCE, Santo Angelo, Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1989. 448p.

acarreta outro problema. As informações dos cronistas não forneceriam dados suficientes para que se promovesse uma análise segundo os padrões requeridos atualmente pela etnografia, pois os dados são bastante fragmentários e coletados de forma arbitrária, sem nenhuma preocupação teórica (Oliveira Filho, 1987).

A respeito dessa problemática Oliveira Filho faz a seguinte indagação:

“Não seria uma extensão abusiva do tema falar de um conteúdo etnográfico da obra dos cronistas quando essa etnografia é, em primeiro lugar, o somatório de fatos escolhidos por diferentes observadores em datas e locais diferentes, e, em segundo, como regra geral não exige de quem a faz uma formação especializada?” (Oliveira Filho, 1987:87).

Segundo o autor, para que as pesquisas atuais se utilizem dos dados de cronistas é preciso ter em mente que a informação fora coletada de um determinado grupo num momento específico, de modo que é preciso contextualizar as informações no tempo e no espaço. O pesquisador não pode reunir informações de diferentes sociedades em diferentes épocas como se constituísse uma única sociedade, desconsiderando, dessa forma, as especificidades regionais, culturais e étnicas dos povos estudados.

As mais importantes sínteses sobre os dados fornecidos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII a respeito da cultura material e da organização social dos Tupinambá foram elaboradas por Alfred Métraux (1927, 1928) e Florestan Fernandes (1989, 1970). Em razão disso, a partir da problemática levantada por Oliveira Filho (1987) a respeito da relevância de se perceber as descrições dos cronistas como constituindo uma etnografia, pretendo analisar as obras dos autores acima citados com o objetivo de perceber de que forma foi feita o uso das fontes históricas do período colonial e, posteriormente, centrar-me nos questionamentos feitos a eles. Em seguida, passarei ao exame da utilização das fontes históricas pelos arqueólogos estudiosos da cultura Tupiguarani.

2. 1. 1. As primeiras sínteses a respeito dos Tupinambá: Alfred Métraux e Florestan Fernandes

A importância da obra de Alfred Métraux (1927, 1928) advém do fato desse autor ter sido o primeiro a utilizar dados etnográficos produzidos por Curt Nimuendajú sobre os Guarani para preencher as lacunas dos relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII a respeito

das migrações dos Tupinambá. Partindo de uma perspectiva teórico-metodológica inserida no culturalismo norte-americano, cujo objetivo era identificar rotas de migração e difusão dos grupos estudados e a identificação de áreas culturais, o autor pressupõe uma continuidade histórica e cultural entre esses povos.

Segundo Métraux, as migrações Tupinambá do litoral registradas por cronistas e missionários do período colonial ter-se-iam mantido mais ou menos idênticas até o século XX, já que foram identificados movimentos migratórios análogos entre os atuais povos Guarani. Portanto, articulando os dados etnográficos de Nimuendajú sobre a cultura material Guarani com as fontes dos séculos XVI e XVII, Métraux tentou recompor o quadro da cultura Tupinambá do período colonial, partindo do pressuposto de uma substancial identidade entre as duas sociedades.

A partir dos trabalhos de Alfred Métraux, grandemente influenciados por Nimuendajú, configurou-se nos estudos antropológicos e arqueológicos o que Pompa (2003)⁹⁸ chamou de “pecado original”, pois mesmo as pesquisas dedicadas exclusivamente aos Tupinambá não deixaram de utilizar informações dos Guarani contemporâneos, o mesmo acontecendo com os estudos a respeito dos Guarani, cujas migrações em busca da “terra sem mal” foram estudadas como uma continuidade das migrações históricas dos Tupinambá.

As críticas feitas a Métraux por Pompa (2003) advêm do fato dele ter negligenciado as diferenças produzidas pelos diversos e distintos processos históricos vividos pelos Tupinambá e pelos Guarani, a saber: exploração econômica, catequização, escravidão e epidemias, fruto de díspares respostas dadas por cada etnia aos impactos da colonização em diferentes regiões e épocas, enquadrando os Guarani e os Tupinambá em um mesmo bloco cultural homogêneo.

As informações a respeito dos Tupinambá analisadas por Métraux foram ampliadas a partir das publicações de duas obras de Florestan Fernandes, *A organização social dos Tupinambá* (1ª edição de 1949) e *A função social da guerra entre os Tupinambá* (1ª edição de 1952). Esses dois trabalhos são considerados monografias clássicas, sobretudo, por sua estrutura. O primeiro trabalho abrange a descrição da distribuição espacial, a análise do sistema de parentesco, do sistema político e faz uma análise das crenças religiosas. Já o segundo tem como objetivo o estudo da guerra na sociedade Tupinambá, possibilitando o

⁹⁸ POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: CNPq-Anpocs/Edusc, 2003. 444 p.

conhecimento desse povo, analisando a guerra como fenômeno social e cultural (Laraia, 1986).

Segundo Peirano (1984)⁹⁹, a obra de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá trata-se de um trabalho teórico, cujo objetivo foi realizar uma etnografia, na qual a pesquisa de campo do autor se deu a partir da utilização de 36 cronistas dos séculos XVI e XVII, do levantamento de 126 tópicos gerais sobre a organização social e 92 tópicos específicos sobre o sistema guerreiro. Para analisar os dados o autor utilizou fichas analíticas e quadros estatísticos com o objetivo de atingir uma visão globalizadora ou totalizadora das atividades sociais e, através do estudo das comunidades locais dos Tupinambá, chegar a uma explicação da civilização Tupi como um todo.

No caso de Florestan Fernandes, assim como em Métraux (1927, 1928) a escolha teórico-metodológica determinou o tratamento dado às fontes. Dessa forma, para realizar o empreendimento de estudar a sociedade Tupinambá em sua totalidade, o autor utilizou como referencial teórico o método de investigação funcionalista¹⁰⁰, cuja hipótese básica centrava-se na idéia de que

“(...) o sistema organizatório das sociedades e dos grupos sociais é constituído por ‘unidades integrativas’ vinculadas entre si por relações necessárias de coexistência e de interdependência”.

Ao analisar as duas monografias de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá, Peirano (1984) afirma que a obra desse autor caracteriza-se pela busca de captar a verdade das informações, o que a autora classificou de “realismo etnográfico”. Essa opinião também é compartilhada por Oliveira Filho (1987), para quem Fernandes concebe o relato dos cronistas não como uma forma de discurso, entre muitos outros possíveis, mas como uma descrição de uma realidade, concebendo o conhecimento como mero reflexo do real.

Dessa forma, as referidas monografias caracterizam-se pela estrutura narrativa de “etnografia total”, na busca de apreender todos os aspectos da sociedade estudada; pela

⁹⁹ PEIRANO, M.G.S. A antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. **Anuário antropológico/82**. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

¹⁰⁰ Para os funcionalistas a sociedade é um organismo onde as diferentes parcelas da mesma exercem um determinado papel necessário para o conjunto, ou seja, a função representa a satisfação de uma necessidade e o todo social é visto como uma totalidade orgânica, onde cada elemento tem uma tarefa a desempenhar dentro de uma aparelhagem instrumental (Laplantine, 2000).

máxima eliminação do etnógrafo no texto; e por uma ênfase em um denominador comum de forma a legitimar a cultura ou a sociedade como objeto de estudo - no caso dos Tupinambá, este elemento unificador seria a guerra.

Centrar-me-ei nesse momento em descrever a estrutura do livro *A organização dos Tupinambá*, pelo fato de que as análises espaciais feitas em arqueologia a partir dos cronistas (Assis, 1996; Scatamacchia, 1981, 1990; e Scatamacchia & Moscou, 1989)¹⁰¹, utilizaram como fonte esse trabalho.

No primeiro capítulo, Florestan Fernandes mostra a distribuição espacial dos grupos Tupi, descreve o contato com os invasores portugueses, as guerras entre os índios e contra os franceses e portugueses, bem como a migração Tupinambá para o interior, indicando a localização das tribos situadas no litoral do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará. O segundo capítulo trata da constituição dos grupos locais e sua organização espacial. No terceiro capítulo o autor analisa o sistema de parentesco, as regras de casamento e o tipo de organização familiar dominante, enquanto que no quarto capítulo discute o sistema de atribuição de status a partir do pertencimento a um grupo de idade. Por sua vez, o quinto capítulo trata do sistema político e o papel dos velhos na escolha dos chefes e dos líderes religiosos.

Os dados levantados por Métraux (1927, 1928) e Fernandes (1963, 1970) serviram de base para os demais trabalhos que escreveram sobre os Tupinambá. A partir desses estudos, as proposições criadas por seus autores tornaram-se dados objetivos para análises posteriores que se limitaram a citá-los, não procurando mais as fontes originais (Pompa, 2003).

Em relação às reflexões a respeito da validade de utilização dos cronistas, uma das mais importantes encontra-se no artigo *Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas*, de 1975, no qual Florestan Fernandes defende o emprego do método funcionalista na análise da sociedade Tupinambá. Esse artigo nos proporciona uma boa noção da concepção do autor a respeito do uso de dados históricos para o entendimento das sociedades pretéritas. Ao analisar as fontes coloniais, Fernandes afirma que nada impede o êxito da aplicação do método funcionalista à documentação histórica, devido ao fato do “grau de possibilidade dos dados ser comparável às informações obtidas pela observação direta” (Fernandes, 1975: 206).

¹⁰¹ SCATAMACCHIA, M. C. M. & MOSCOU, F. Análise do padrão de estabelecimento Tupi-Guarani fontes: etno-históricas e arqueológicas. *Revista de Antropologia*, Vol. 32. São Paulo: USP. 1989, pp.37-54.

Florestan Fernandes (1975) propõe duas etapas na análise da contribuição etnográfica dos cronistas seiscentistas e setecentistas: a primeira consiste no balanço quantitativo dos dados a respeito de um tema específico (no caso escolhido por ele, a guerra nas sociedades Tupinambá), ou seja, uma comparação e apreciação do conteúdo das diversas fontes. A segunda diz respeito à análise qualitativa, procurando apreender objetividade, a precisão e a sensibilidade dos cronistas. Essa segunda etapa da análise teria um caráter menos geral e passaria a considerar aspectos mais específicos encontrados nos diversos relatos. Dessa forma, somente ao recorrer a uma avaliação estatística e em seguida mais aprofundada dos temas abordados nas fontes primárias, é que se poderá julgar a validade do seu conteúdo etnográfico.

Através da análise qualitativa o autor constatou que “de fato, a documentação é extensa e rica, variada e coerente, embora o grau de profundidade esteja longe de ser uniforme, antes se modificando de acordo com o aspecto particular considerado” (Fernandes, 1975: 266). E após proceder a uma análise mais específica das fontes o autor conclui que

“(…) o instrumento de labor intelectual empregado pelos cronistas que escreveram sobre os Tupinambá constituía uma técnica suficientemente elaborada para comunicar quem pretendesse aplicá-la com rigor uma determinada atitude diante da realidade e uma forma definida de transmissão de experiências pessoais acumuladas” (Fernandes, 1975: 270).

Em relação às possibilidades de aplicação da interpretação funcionalista ao estudo da guerra na sociedade Tupinambá, Fernandes afirma que esse método tem por finalidade entender como as várias instituições políticas, econômicas, religiosas, dentre outras, estão organizadas e relacionadas umas com as outras, procurando descobrir os princípios responsáveis pela ordenação das relações sociais e regulamentação das atividades a partir de uma visão totalizadora da sociedade estudada.

Partindo desse princípio, o autor constata que as informações e as descrições dos cronistas possuem as condições essenciais para o emprego do método funcionalista, porque fornecem dados consistentes para a reconstrução das principais estruturas do sistema organizatório Tupinambá, como a guerra e o canibalismo, por exemplo.

Florestan Fernandes (1975) tomou como dado *a priori* que a unidade dos cronistas estava garantida pelos padrões narrativos, apresentando uma grande coincidência nos relatos,

defendendo a validade do uso dessas fontes. Porém, é preciso levar em consideração a coincidência nos temas abordados pelos cronistas pode ser fruto da circulação dos escritos entre eles, em razão de toda uma discussão feita no período colonial a respeito do “estado de natureza” dos índios da América, e não necessariamente de uma uniformização da organização social, cultural e religiosa dos povos observados.

Não devemos esquecer que os relatos dos cronistas retratam o momento do encontro entre duas alteridades radicais: o europeu e o nativo americano. Portanto, as diversas visões dos cronistas sobre os índios constantemente oscilava entre a idéia do bom e do mau selvagem, de acordo com a ideologia que se queria defender. A partir do encontro com o outro a Europa começa a se repensar e a questionar se o índio pertencia à humanidade e se possuía alma (Laplantine, 2000)¹⁰².

Acredito ser importante a consideração dessa conjuntura ao pensarmos as crônicas do período colonial. Os cronistas não eram etnólogos, pois não basta viajar e se surpreender com o que se vê para assim o ser. Contudo, é válido ressaltar que numerosos viajantes colocaram problemas com os quais os etnólogos se defrontaram, de modo que nesse período se dá o início da constituição de um saber pré- antropológico (Laplantine, 2000).

Dessa forma, a pretensa unidade nas informações dos cronistas esta relacionada ao repensar do homem europeu a partir do encontro com o Outro, o diferente, e com a reflexão a respeito da natureza humana ou selvagem desse Outro e não, necessariamente, com uma repetição real dos fenômenos observados.

Segundo Pompa (2003), essa uniformidade cultural dos povos Tupi, amplamente documentada pelos cronistas da época colonial, pode resultar de uma homogeneização dos dados produzidos sobre esses povos. Dessa forma, o fato das diversas narrativas enfatizarem sempre o mesmo tema e apresentarem as mesmas lacunas, pode estar relacionado à existência de plágio entre alguns autores, decorrendo disso uma grande semelhança nos aspectos enfatizados e das brechas sobre outras questões relacionadas aos Tupi.

Para além dessas questões, a suposta unidade entre os cronistas defendida por Floresta Fernandes (1975) como garantia da validade das informações é criticada por Oliveira Filho

102 LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

(1987), o qual acredita que para se atribuir certa coerência entre as fontes é necessário pensá-las como um tipo de produção específica realizada por atores sociais, de acordo com um conjunto de regras e expectativas sociais historicamente definidas. Seguindo a linha de raciocínio do autor, a garantia da homogeneidade dos relatos não seria o fato das observações terem sido feitas por um único sujeito, durante um período limitado de tempo (situação típica de uma etnografia), mas sim o fato de que todos os autores tenham passado por um processo específico de preparação capacitando-o a perceber fenômenos, a falar deles de forma específica e a propor similares interpretações dos fatos observados, ou seja, teriam que ter passado por um mesmo processo de formação profissional.

Segundo o autor, se nas descrições dos cronistas fossem percebidas entre todos os autores as mesmas teorias e normas para a descrição da sociedade Tupinambá, elas não poderiam ser vistas como assistemáticas e fragmentárias, mas formariam um conjunto de dados coerentes através do qual se teria acesso à organização política, cultural e religiosa da sociedade estudada. No entanto, ao analisar os viajantes que estiveram na região do alto rio Solimões no século XVIII, o autor pôde constatar que de modo algum poderíamos pensar em uma classe homogênea de viajantes, pois dentro dessa categoria universalizante de viajantes e cronistas há um universo bem diferenciado quanto às finalidades das viagens, as formas de financiá-las, os pré-requisitos para tornar-se um viajante e as recompensas oferecidas. Tendo em vista esses vários aspectos envolvidos na organização das viagens, Oliveira Filho (1987) identificou quatro categorias de viajantes em sua análise dos trabalhos sobre o alto Solimões no século XVIII, ilustradas no quadro a seguir.

A partir do Quadro II é possível perceber que a categoria viajante é bastante heterogênea. Com relação aos cronistas dos séculos XVI e XVII, o mesmo fato é observado, pois sob o rótulo de cronistas foram enquadrados representantes do governo português, missionários franciscanos, jesuítas e das demais ordens religiosas, dentre outros.

Quadro II - Viajantes do Alto Solimões, séc. XVIII (Oliveira Filho, 1987).

Tipo	Fonte de financiamento	Qualificação intelectual	Tipo de viagem	Lucros
Tipo I	Financiado pelo Estado, instituição científica, mecenas	Qualificação intelectual superior	Viagem composta por comissão científica	Prêmios e recompensas referentes à ascensão na carreira científica
Tipo II	Financiado pelo mercado de bens simbólicos (venda de coleções ou livros)	Qualificação intelectual inferior (diversificada)	Viagens individuais	Prêmios, Reconhecimento científico (pensão do Estado)
Tipo III	Financiado pela marinha, empresas de navegação	Formação geográfica com fins práticos	A composição da viagem pode ser individual ou com comissão	
Tipo IV	Autofinanciamento	Formação heterogênea	Viagens individuais	Prêmios e recompensas: progressão funcional. Prestígio

A partir da observação da diversidade dos atores sociais, dos diferentes papéis sociais por eles exercidos, das fontes de financiamento e das expectativas em relação às expedições, a pergunta que se coloca é: Como foi possível então, para Alfred Métraux e Florestan Fernandes propor a existência de uma unidade entre os diversos cronistas? A resposta é dada por Oliveira Filho (1987) sob a forma de crítica ao funcionalismo, declarando que o estabelecimento de uma unidade entre os cronistas torna-se possível pelo uso do método funcionalista, pois, como percebemos não deixa espaço para a variabilidade acima apontada.

“Para que o pesquisador atual possa dar uma utilização mais fecunda à literatura de viagem, é preciso justamente livrar-se de um quadro analítico de orientação funcionalista, fechado ao estudo das mudanças históricas e das diferenças regionais. É necessário que o investigador se conscientize que toda a informação positiva fornecida por um determinado cronista se refere ao grupo tal, na época tal” (Oliveira Filho, 1987:88).

A crítica de Oliveira Filho (1987) ao método funcionalista ocorre porque, de acordo com essa perspectiva teórica, as narrativas dos cronistas não são interpretadas como discurso, mas como mero reflexo do real observado, quando na verdade, também são um reflexo da

formação intelectual e das ideologias e do papel exercido na sociedade por cada cronista. Segundo o autor, para que antropólogos e arqueólogos possam utilizar os relatos dos cronistas é preciso percebê-los como uma forma de discurso relacionado a esquemas intelectuais e regras para a ordenação dos episódios observados, fatos esses interpretados a partir de conceitos e noções característicos de uma determinada época e de uma ideologia.

A partir das observações acima é possível perceber que de modo algum as etnografias dos viajantes formam uma unidade, mas isso não significa um impedimento a sua utilização. O pesquisador precisa ter em mente que os relatos de um dado cronista referente a um determinado povo numa época específica, obedece a diferentes ideologias e esquemas de financiamento, sendo necessário cautela para não elaborar interpretações generalizantes, nas quais as especificidades espaços-temporais dos grupos não eram consideradas.

2. 1. 2. A utilização dos cronistas nos estudos arqueológicos

Quanto à utilização das informações fornecidas pelos cronistas para complementar os dados arqueológicos sobre sítios Tupi, os autores são divergentes. Alguns defendem o seu uso, para compreensão do padrão de assentamento e da espacialidade dos sítios, enquanto outros pesquisadores resistem em utilizá-los principalmente em relação à questão de se determinar o centro de origem e as rotas de expansão dos Proto-Tupi-Guarani, pelo fato de que as informações fornecidas pelas fontes quinhentistas e seiscentistas a respeito das migrações desses povos não corresponderem às expansões ocorridas no período pré-colonial, mas por terem sido motivadas pelas fugas diante da invasão portuguesa.

Outro motivo para a resistência na utilização das fontes dos cronistas relaciona-se ao fato de que as datações atribuídas aos sítios Tupi-Guarani são bem mais antigas daquelas estipuladas pelos pesquisadores do PRONAPA em torno de 2.500 A.P (Noelli, 2008). Dessa forma, os dados do início da invasão portuguesa não seriam válidos para ajudar no estudo dos sítios arqueológicos antes do período colonial.

A esse respeito, a pesquisa de Martti Pärssinen (2005), a partir de sua pesquisa na Bolívia Oriental, nos oferece um bom exemplo de como é arriscado o uso acrítico de analogias diretas entre os vestígios arqueológicos e as informações de cronistas do período colonial. A partir de datações radiocarbônicas obtidas de sepultamentos funerários associados ao que o autor chamou de “tradição cultural Guarani” foi constatada uma permanência longa na região andina, de 400 d.C. até o período republicano. Segundo o autor, essas datações, que

indicam um período bastante recuado de ocupação da região, contradizem o modelo de migração segundo o qual os Guarani só teriam penetrado a área de fronteira Inca na Bolívia antes dos séculos XV ou XVI e não anteriormente, conforme mostraram as datações.

Dessa forma, a pesquisa de Pärssinen (2005) constatou que os modelos feitos com base em informações históricas do início da ocupação da invasão européia na América, ao serem testados a partir de dados arqueológicos provaram o quanto é duvidoso sua utilização de forma acrítica. A correlação direta dessas fontes com o material arqueológico muitas vezes desconsidera os processos históricos pelos quais as populações indígenas passaram antes da colonização européia, uma vez em que as datações dos sítios relacionados aos falantes Tupi-Guarani indicam essas populações já habitando os locais estudados há muito tempo antes dos cronistas e viajantes estarem no continente.

Isto posto, é necessário nos perguntarmos se o fato das fontes coloniais nos fornecerem informações de um período muito recente em relação as datações radiocarbônicas obtidas nos sítios invalidaria totalmente seu uso pelos arqueólogos? Entendo que a solução para essa questão não está em deixar de utilizar as fontes históricas para complementar os dados obtidos nas escavações, mas em empregá-los tendo em vista as dinâmicas históricas e culturais sofridas pelas populações em razão da colonização, realizando uma comparação entre os dados arqueológicos e históricos, a fim de se observar quais aspectos da organização das populações Tupi do período pré-colonial se modificaram e quais se mantiveram com o processo de colonização. Realizar tal exercício significa levar em consideração que as informações não devem ser utilizadas sem uma apreciação crítica das fontes e que não devem ser feitas analogias diretas, mas contextualizado o autor e o povo por ele estudado no tempo e no espaço. Dessa forma sim, o uso das fontes históricas torna-se viável.

Em relação à utilização das fontes históricas, Maria Mineiro Scatamacchia (1981, 1990) e Valéria Soares de Assis (1996) intentaram a partir das informações dos cronistas dos séculos XVI e XVII criar modelos teóricos da organização espacial dos Tupinambá a serem utilizados nas análises dos sítios arqueológicos relacionados a esse povo.

De acordo Scatamacchia, a utilização das fontes quinhentistas e seiscentistas é válida, mas o pesquisador precisa ter em mente que elas não estão isentas de juízos de valor. Portanto, aos serem analisadas, deve-se ter a mesma cautela necessária ao se avaliar uma informação fornecida por um interlocutor quando se faz uma pesquisa etnográfica, tendo em vista que a posição de uma pessoa representa os valores e as normas do grupo ao qual ela faz

parte (Scatamacchia, 1989)¹⁰³. Para a autora, as informações do início da ocupação européia podem ser relacionadas com os dados obtidos na escavação do sítio arqueológico com objetivo de se criar modelos de organização espacial.

A esse respeito, a autora afirma que:

“Se consideramos o cronista como informante, o que ele diz tem que ser analisado segundo sua postura ideológica, época de atuação, objetivo do relato, da mesma maneira que se faz em relação a qualquer informante” (Scatamacchia, 1989: 137).

Dessa forma, para a autora, os relatos dos cronistas oferecem informações importantes referentes à tradição Tupiguarani, indicando que os índios habitantes da costa brasileira possuíam similaridades culturais, porém também se observava alguns traços de diversidade, atestada pela unanimidade dos cronistas em estabelecer limites geográficos entre as áreas ocupadas pelos Tupinambá e pelos Guarani. Esta área limítrofe estaria localizada na região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo (Scatamacchia, 1989).

Em outro trabalho, Scatamacchia & Moscou (1989), apoiados por uma síntese dos dados arqueológicos Tupinambá elaborada por Scatamacchia (1981), procuraram demonstrar a possibilidade da utilização dos relatos dos cronistas nas interpretações dos sítios Tupinambá. A bibliografia utilizada compreende as crônicas e outros documentos dos séculos XVI e XVII, bem como registros arqueológicos dos sítios, onde, segundo os autores, o material pôde ser identificado seguramente como aqueles descritos pelos cronistas, denominado pelos arqueólogos do PRONAPA como Tradição Tupiguarani.

Scatamacchia & Moscou (1989) justificam a utilização concomitante desses dois tipos de fontes pelo fato de que os relatos dos cronistas podem complementar os registros arqueológicos e ajudar a interpretá-los, assim como, os dados da cultura material podem confirmar as informações dos cronistas. A pesquisa constatou que o padrão de assentamento descrito como típico dos Tupinambá - “sítios superficiais resultante de aldeias com curta permanência ocupando elevações de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, com sepultamentos em urnas praticados no próprio sítio habitação” (Scatamacchia & Moscou, 1989: 49), relaciona-se ao tipo de organização social desses povos, correspondendo às

¹⁰³ SCATAMACCHIA, M. C. M. Arqueologia e etno-história: Cronistas do século XVI. **Dédalo**, São Paulo, Publicações Avulsas, v.1. 1989. pp. 135-9.

descrições das fontes históricas. Além disso, estaria relacionado às questões cosmológicas indígenas, como a crença na “terra sem mal”.

Autores mais recentes, entretanto, constataram, ao contrário, uma ocupação prolongada de sítios Tupinambá¹⁰⁴. Essa constatação também foi feita para os sítios Guarani do período pré-colonial por Noelli (1993), indicando que esses povos permaneciam por muito tempo em suas aldeias e sua expansão ocorria de forma lenta, através da anexação de novos territórios aos antigos e obedecendo ao ritmo das atividades agrícolas.

Outra defensora da utilização da documentação histórica quinhentista e seiscentista, Valéria Assis (1996), em sua dissertação de mestrado *Da espacialidade Tupinambá*, assim como Scatamacchia, utilizou os relatos de cronistas para levantar informações a respeito da organização espacial desse povo. O objetivo da autora era elaborar um modelo de análise espacial de sítios arqueológicos Tupi a partir da compreensão da maneira como eram estabelecidas as atividades cotidianas nos diferentes espaços ocupados pelos Tupinambá.

Após uma breve discussão teórica referente às questões de espacialidade em arqueologia, a partir das análises de trabalhos que utilizaram os dados dos cronistas como fontes de informações, Assis (1996) avalia as contribuições dessas pesquisas. Os autores analisados foram: Maria da Conceição Beltrão (1976, 1978)¹⁰⁵, Conceição Beltrão e Roque Laraia (1969)¹⁰⁶, Maria Cristina Scatamacchia (1990 e 1996) e Maria Cristina Scatamacchia e Francisco Moscou (1987-1989).

Em sua análise a autora concluiu que as fontes quinhentistas e seiscentistas ainda não foram devidamente exploradas. No caso das pesquisas de Beltrão e Laraia, em sítios arqueológicos da Ilha do Governador (RJ), a autora considerou apressadas as conclusões contidas nas análises dos acampamentos de que “as descrições dos acampamentos estão ausentes dos trabalhos dos cronistas” (Beltrão e Laraia, 1969: 208). Segundo Assis (1996), os referidos autores chegaram a essa conclusão por desconhecerem os dados históricos sobre os Tupinambá. A autora também critica as conclusões dos trabalhos de Scatamacchia e Moscou

¹⁰⁴ Cf. Almeida, 2008; Marlon, 2008, Silveira *et al* (2008). Esses trabalhos serão analisados no próximo capítulo.

¹⁰⁵ BELTRÃO, M.C.M.C. Documentos sobre a pré-história dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1500-1953). **Coleção Museu Paulista. Série Arqueologia**. Vol. 2, São Paulo: USP, 1976. pp.13-79
_____. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 276p.

¹⁰⁶ BELTRÃO, M. C. M.C & LARAIA, R. B. O método arqueológico e interpretação etnográfica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Vol. XVII. Rio de Janeiro. P. 203-217. 1969.

(1989), para os quais as fontes continham poucos dados referentes à organização dos espaços internos das aldeias.

Após um balanço da produção acadêmica sobre os Tupinambá, Assis (1996) observa que detalhes e especificidades dessa espacialidade não foram enfocados, devido a análise incompleta de uma pequena fração de fontes. Em razão desse fato a autora realiza em sua dissertação uma análise mais completa de um maior número de cronistas, na qual conclui que, ao contrário do proposto nos trabalhos analisados em sua dissertação, os cronistas oferecem dados importantes para a criação de modelos espaciais a serem utilizados nas análises dos sítios arqueológicos dos Proto-Tupi.

No terceiro capítulo de sua dissertação, a autora apresenta o modelo que desenvolveu a partir da utilização do recurso de círculos concêntricos, sugerido por Leroi-Gourhan (1987[1965])¹⁰⁷, ao estudo de caso da espacialidade Tupinambá . De acordo com esse esquema,

“as sociedades agricultoras possuem um tipo de domínio do território que se traduz por círculos concêntricos, sendo que próximo do centro se encontraria os espaços mais modificados culturalmente e os círculos mais afastados seriam aqueles com menor influência da cultura e maior domínio da natureza” (Leroi-Gourhan, 1987[1965] *apud* Assis, 1996: 36).

A análise de Leroi-Gourhan (1987[1965]) apresenta uma perspectiva gradual, partindo de uma visão mais geral e ampla, abrangendo todo o espaço de domínio e progressivamente afunilando o olhar até aqueles espaços mais particulares e específicos. Dessa forma, os espaços foram classificados em: macro unidade espacial, micro unidade espacial, área de atividade, local de atividade especializada¹⁰⁸.

¹⁰⁷ LEROI-GOURHAN, A. Os símbolos da Sociedade. **O gesto e a palavra: memória e ritmos** (tradução Emanuel Godinho) Lisboa: Edições 70. 1987 (1965), pp. 121-173.

¹⁰⁸ 1- Macro unidade espacial: nesse nível é possível compreender de forma integrada os vários espaços que compõem o assentamento;

2- Micro unidade espacial: cada um dos diferentes assentamentos instalados em diferentes áreas do território que permitem a execução de áreas de atividades especializadas de exploração do ambiente, estando todas interligadas.

3- Área de atividade: locais especializados para realizar diferentes atividades;

4- Atividade especializada: espaços ainda mais particulares onde são desenvolvidas atividades específicas ou uma etapa da atividade que caracteriza a área. (Assis, 1996: 38-39).

Ao adaptar a metodologia dos círculos concêntricos à análise da espacialidade Tupinambá, Assis (1996) pôde ordenar as informações contidas nos cronistas estabelecendo que, de acordo com a organização espacial dessa sociedade, o centro dos círculos estaria representado pela aldeia e os círculos intermediários representariam os abrigos de caça, de pesca e do porto de canoas.

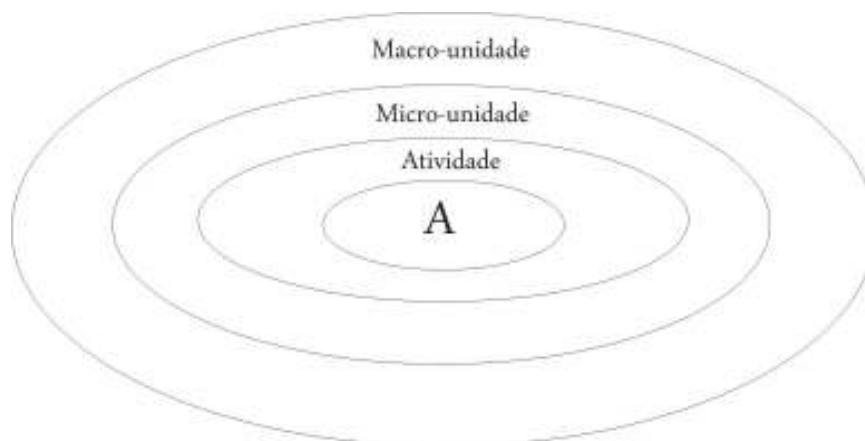


Figura 6 - Esquema de círculos concêntricos de Leroi-Gourhan, 1987[1965], reproduzido a partir de Assis (1996: 36).

Ao formar essa estrutura de análise, Assis (1996) tinha por objetivo entender como os Tupinambá organizavam seu espaço e, a partir de um modelo de análise dessa espacialidade, interpretar de forma mais rica os vestígios arqueológicos a eles associados.

Na perspectiva utilizada pela autora, os relatos dos cronistas dos séculos XVI e XVII constituiriam uma etnografia sobre os Tupinambá. Porém, correlacionando as formulações da autora com a discussão de Oliveira Filho (1989) a respeito de se considerar os relatos dos cronistas como constituindo uma única etnografia uniforme, pode-se constatar que a autora, a partir da temática da espacialidade, faz a junção de diversos fragmentos de textos desses autores para formar seu modelo homogêneo de espacialidade Tupinambá, sem levar em consideração que se trata de autores de épocas diferentes e com posturas sociais e políticas diferentes.

Por exemplo, ao falar da organização espacial da aldeia, suas várias áreas de atividades e as implicações que afetam a interpretação do registro arqueológico, Assis (1996) utiliza fragmentos dos textos de Caminha (1500), Bettendorf (1694) e Fernandes (1949).

Posteriormente, para tratar da organização espacial interna da casa, usa Staden (1557) e Bettendorf (1694).

As informações históricas dos cronistas e etnografias são relacionadas aos dados de um sítio arqueológico Tupinambá localizado no município de Colinas (ES), estudado por Slavetich (1966)¹⁰⁹, cuja área de dispersão do material arqueológico confere com o padrão médio da área residencial descrita nas informações históricas.

Percebe-se, portanto, que para tratar de um mesmo tema Assis (2006) usa vários autores de épocas e perspectivas diferentes, sem, no entanto, mostrar que os autores utilizados por ela falam de diferentes grupos Tupinambá, por exemplo, do Maranhão, do Rio de Janeiro, e não só de um único povo. Outro aspecto, é que a autora fala de épocas diferentes, de modo que há dados referentes ao século XVI, enquanto outros são do século XVII. Além disso, há cronistas que desempenham papel diferenciado na sociedade portuguesa, pois há religiosos, representantes do governo português, ou até mesmo de outras nações, como é o caso dos cronistas franceses.

Ao reunir em sua dissertação dados provenientes dos cronistas, de etnografias clássicas sobre os Tupi e alguns dados sobre um sítio identificado como Tupinambá, o objetivo da autora é compreender como as atividades descritas nas fontes poderiam ser reconhecidas e reconstituídas no registro arqueológico para a construção de um modelo de análise espacial válido para os demais sítios arqueológicos da tradição Tupiguarani. Não é meu objetivo criticar o modelo de espacialidade, mas a forma como ele foi construído, ou seja, sem pensar as dinâmicas dessa espacialidade e as especificidades regionais.

Dessa forma, foi possível observar o fato de que os modelos de análises propostos por Scatamacchia (1981, 1990) e Assis (1996) são feitos com base em informações pertencentes a contextos históricos, culturais, intelectuais e políticos diferenciados. Os autores utilizados também não representam um todo homogêneo e nem os Tupinambá são um só povo estático no tempo e no espaço.

Portanto, nas análises de dados arqueológicos e históricos é necessário ter em mente que o termo Tupinambá não corresponde a um único e grande povo indígena monolítico e fossilizado no tempo e no espaço, mas representa uma designação feita por pesquisadores a

¹⁰⁹ SLAVETICH, A.O. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**. Ano VI. n. 19. Pp. 45-64, 1966.

partir de uma perspectiva ética e não êmica, na qual os subgrupos e suas diferenças étnicas são desconsiderados.

Sobre a problemática de “como ler os cronistas”, acredito que a solução para não se cair em anacronismos e nem em modelos generalizantes, seria percebê-los não como dados que refletem a realidade, mas como textos pré-etnográficos, e valorizar mais do que o texto, o contexto e sua importância na produção de narrativas sobre o outro. Ou seja, ver os relatos dos cronistas constituindo-se como evidência da fronteira, reafirmada de dentro da experiência de ser estrangeiro.

O uso da leitura dos cronistas sem a sua devida relativização em relação ao colonialismo e ao etnocentrismo acaba por efetivá-los, ou seja, reproduzir no interior de trabalhos que pretendem ser críticos, as idéias que tentam superar. As intensas críticas às teorias etnocêntricas sobre a imagem do índio como o selvagem incivilizado, porém, não foram suficientes para desmistificar a autoridade incondicional dos relatos dos cronistas como fontes etnográficas e históricas. A falta de distanciamento crítico e do método dialético conduziram as obras produzidas no contexto da invasão do Brasil muito mais pelo seu valor literário. Ao produzir o discurso dos cronistas, afirma-se apenas o olhar do europeu.

Além da utilização de fontes históricas, a arqueologia Tupi se utiliza de analogias etnográficas. A esse respeito surge a questão: como utilizar dados etnográficos produzidos pelas sociedades indígenas para complementar os vestígios arqueológicos sem correr o risco de cair em anacronismo e sem fazer generalizações descontextualizadas, desconsiderando as especificidades culturais e históricas das sociedades que produziram os vestígios arqueológicos? É a respeito dessas questões que tratarei no tópico seguinte, observando como as continuidades entre as sociedades indígenas atuais e pretéritas são abordadas e quais os tipos de problemas que essas análises suscitam.

2. 2. Analogias etnográficas

Em estudos recentes sobre cultura material, os artefatos são pensados como tendo uma relação ativa com as pessoas e carregados de significados (Beaudry, *et al*, 1991)¹¹⁰. É possível verificar atualmente, na arqueologia brasileira, cada vez mais a utilização de analogias

¹¹⁰ BEAUDRY, M., L. COOK, L. and MROZOWSKI, S. Artifacts and active voices: material culture as social discourse. In: R. H. McGuirre e R. Paynter (Ed.). **The Archaeology of Inequality**. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1991: 150-91.

etnográficas para a compreensão da relação entre variabilidade nos artefatos e a afirmação de identidades étnicas (Silva, 2000, 2007)¹¹¹. Porém, o uso de analogias etnográficas tem recebido inúmeras críticas de autores como Wobst (1978)¹¹², Gould (1980)¹¹³ e Gould & Watson (1982)¹¹⁴. As críticas ao uso de inferências analógicas são feitas principalmente em relação a uma leitura simples e direta do passado a partir de uma imagem do presente.

Para Gould (1980) o uso da etnoarqueologia para descobrir analogias do passado pré-histórico é absolutamente enganosa, pois as informações obtidas do registro etnográfico são bastante limitadas quando usada para fins analógicos. Segundo David & Kramer (2002)¹¹⁵ a visão pessimista desse autor ocorre porque para ele as analogias são comparações por similaridades, resultando assim em tal restrição. Em contraste com essa visão, Wylie (1985)¹¹⁶ considera que as inferências analógicas devem levar em consideração não apenas as semelhanças entre fonte (observação etnográfica) e objeto (vestígios arqueológicos), mas precisam ser relacionais, ou seja, devem considerar, além das semelhanças entre os elementos comparados, as diferenças e os pontos não identificáveis.

No entanto, para que seja possível o uso de analogias relacionais a literatura padrão sobre analogia apresenta a noção de que os tipos continuados são o forte da inferência analógica, em contraste, com os que são baseados simplesmente em uma comparação formal por similaridades, através da busca da presença ou ausência de propriedades comparáveis. Dessa forma, quando houver uma descendência histórica entre as populações produtoras dos vestígios arqueológicos e as observadas a partir de estudos etnográficos há uma maior probabilidade de que existirão semelhanças entre elas, do que quando não houver tal relação

¹¹¹ SILVA, F. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Assurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n.1, p.91-103, jan./abr. 2007.

_____. **As tecnologias e seus significados**: um estudo etnoarqueológico da cerâmica dos Assurini do Xingú e da cestaria dos Kayapó-Xikrin do Cateté. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia, São Paulo, 2000.

¹¹² WOBST, H. M. The archaeo-ethnographic of hunter-gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. **American Antiquity**, n. 43, 1978.

¹¹³ GOULD, R. A. **Living archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

¹¹⁴ GOULD, R. A. ; WATSON, P. J. A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. **Journal of Anthropological Archaeology**. n.1, p.355-381, 1982.

¹¹⁵ DAVID, N.; Kramer, C. Teorizando a etnoarqueologia e a Analogia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, p.13-60, dezembro de 2002.

¹¹⁶ WYLIE, A. The reaction against analogy. **Advances in Archaeological Method and Theory**, n.8, p. 63-11, 1985.

de antecedente-descendente (Wylie, 1985). Seguindo essa lógica, no caso da arqueologia Tupiguarani, na qual se prega uma continuação da cultura material com os falantes da família lingüística Tupi-Guarani, o uso de inferências analógicas seriam perfeitamente viáveis.

De acordo com esse ponto de vista, a arqueologia deve ser entendida, assim como considerou Brochado (1984), uma forma de perceber a história indígena, supondo a existência de uma continuidade histórica e cultural entre as sociedades indígenas contemporâneas estudadas e as populações produtoras do registro arqueológico

Outra crítica em relação ao uso de analogias diz respeito à questão do tempo de duração da pesquisa etnográfica. pois, se o objetivo da arqueologia é explicar mudanças culturais a longo prazo, como pode o etnoarqueólogo a partir de observações etnográficas, feitas durante alguns meses ou anos, contribuir com informações arqueológicas a longo prazo?

No caso das analogias etnográficas entre a cultura material classificada como Tupiguarani e os falantes da família lingüística Tupi-Guarani, embora o pesquisador escolha uma determinada etnia pertencente a tal família lingüística, mesmo sua permanência em campo estendendo-se por décadas, o tempo não seria o bastante para se perceber processos de mudanças e permanências culturais iniciados com o processo de expansão espacial desses povos em um período estimado de 2.500 A.P.

A respeito dessa questão, para Wobst (1978) a escala local do trabalho de campo etnográfico não é capaz de lidar com a escala regional ou mais ampla das adaptações de coletores. O mesmo pode-se observar em relação ao estudo das expansões Tupi-Guarani, as quais atingiram uma enorme expansão territorial, gerando, por sua vez, modificações regionais entre os grupos que passaram a habitar em ambientes ecológicos diferentes.

Tendo em mente a constatação da limitação geográfica e temporal do trabalho etnográfico, basta nos perguntarmos se essa limitação tornaria inviável o uso de analogias no caso Tupi?

Como resposta a questão do tempo da pesquisa etnográfica em contraste com a profundidade temporal do registro arqueológico, David & Kramer (2002) afirmam que devemos aceitar o fato de que o potencial das analogias etnográficas para explicar processos de longo prazo serão bastante reduzidos. Porém, para os autores, as analogias são úteis no sentido de demonstrarem os efeitos dos mecanismos socioculturais e ambientais na cultura

material, possibilitando o desenvolvimento de modelos de processo de modificação envolvendo a produção material ao longo do tempo, serem testados em confronto com o registro arqueológico. Dessa forma, as analogias não consistirão em uma simples assimilação do passado pelo presente.

Considero que os registros histórico-etnográficos nos fornecessem elementos para ampliar nossa capacidade de construir o passado. A maneira de não se cair em anacronismos e em analogias simplistas é usá-los de forma crítica e contextualizada no tempo e no espaço, observando quais os tipos de fontes são mais favoráveis a determinado estudo de caso. Em relação à arqueologia Tupiguarani o uso de fontes históricas para a complementação dos dados arqueológicos trazem importantes contribuições. A crítica feita nesse trabalho à utilização dessas fontes refere-se ao emprego de maneira descontextualizado dos documentos e ao seu tratamento de forma uniforme, considerando as informações de todos os cronistas como uma só etnografia a respeito de um único povo Tupinambá possuidor de uma cultura uniforme e estática.

2.2.1. O uso de analogias na arqueologia brasileira

Um aspecto bastante abordado nos estudos etnoarqueológicos no Brasil é a procura por padrões de continuidades e de mudanças encontradas entre as sociedades indígenas do presente a fim de se fazer correlações com as populações pretéritas Wust (1992)¹¹⁷ entre os Bororo do Mato Grosso; Neves (1998)¹¹⁸ entre os Tucano da Amazônia Central, Robrahn-González (2000)¹¹⁹ entre os Chavante do Tocantins; e Heckenberger (2001, 2005)¹²⁰ no Alto Xingú, aplicam modelos etnoarqueológicos baseados em soluções estratégicas adotadas por comunidades indígenas atuais frente a fatores externos para a investigação de mudanças culturais semelhantes ocorridas no passado.

¹¹⁷ WÜST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: O caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. v.2, pp. 13-26, 1992.

¹¹⁸ NEVES, E.G. N. **Paths in the dark waters: Archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon**. Tesis Doctoral, Indiana University, 1998.

¹¹⁹ ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e metades clônicas : um exercício de análise no sítio Bonsucesso. Goiás. **Revista de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2000.

¹²⁰ HECKENBERGER, M, J. **The ecology of Power : culture, place, and personhood in the southern Amazon**, A.D. 1000-2000. Londres: Routledge, 2005.

_____. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 D.C. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Orgs). **Os povos do Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 2001: 21-62.

Segundo Robrahn-González (2004) ¹²¹ a procura por modelos de continuidade e mudanças culturais nas sociedades indígenas frente às estratégias do grupo em situações novas não significa perceber essas sociedades como homogêneas, desconsiderando as variações existentes no tempo e no espaço; ao contrário permitiria analisar as normas e valores históricos que resultam em uma dinâmica própria de desenvolvimento cultural, percebendo as populações indígenas como agentes de decisão tomando medidas específicas em diferentes situações. Dessa forma, a aplicação de modelos etnoarqueológicos baseados em soluções estratégicas adotadas pelos povos indígenas atuais frente a fatores externos e internos traria contribuições para o estudo de mudanças culturais semelhantes ocorridas no passado.

Em relação ao estudo de analogias etnográficas para o estudo das populações Tupi-Guarani, a dissertação de Francisco Noelli é uma referência no meio acadêmico. Nela o autor defende o uso de analogias etnográficas e etno-históricas pelo fato de considerar a existência de uma continuidade entre os povos da família Tupi-Guarani (no caso mais específico estudado por ele, Guarani) e, portanto, este autor sustenta a tese da reprodução da cultura material e dos demais elementos a ela relacionados:

“Como hipótese central desta dissertação sustenta-se que os Guarani reproduziram durante mais de 3.000 anos as mesmas características materiais de sua cultura, até as destruições e resignificações causadas pelo impacto das invasões européias nos séculos XVI e XVII” (Noelli, 1993:13).

O referido autor argumenta que os Guarani reproduziram sua cultura material e impunham sua ideologia perante as outras sociedades das regiões paulatinamente conquistadas, desde a Amazônia até a foz do rio Paraná, bem como das regiões limítrofes no leste e no Oeste (Noelli, 1993).

Portanto, a tese de Francisco Noelli baseia-se no princípio de que, ao adquirirem sua identidade étnica a partir da proto-família lingüística Tupi-Guarani, os Guarani atravessaram mais de três mil anos, até os primeiros contatos com os invasores vindos da Europa, reproduzindo fielmente sua cultura material e as técnicas de sua confecção e uso, sua

¹²¹ ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. El uso de La analogia em La etnoarqueologia brasileira. In: POLISTIS, G. & INCUAPA, **Teoria arqueológica em América del Sul**. Unicen, 2004. pp. 167-184.

subsistência, concomitantemente, a linguagem definidora desses objetos, técnicas e comportamentos.

Noelli adotou uma metodologia de trabalho na qual utiliza informações lingüísticas, tendo como fonte principal “O tesoro de la lengua Guarani” de Ruiz de Montoya (1639), e descrições etno-históricas e etnográficas dos autores dos séculos XVI e XVII, partindo do conceito de sociedades prescritivas de Marshall Sahlis (1990), aquelas onde nada é novo, e os acontecimentos são valorizados por suas similaridades com a ordem vigente, ou seja, tudo é efetivamente reprodução, e do conceito de *habitus* de Boudieu (1972), como as disposições duradouras para certas percepções e práticas tornadas parte do sentido de identidade individual.

Para o autor, a coesão e a persistência comum de muitos traços culturais Tupi refletem sua unidade ancestral pré-contato, portanto os usos de conceitos como longa duração, *habitus* e sociedades prescritivas se adequariam perfeitamente aos Guarani e seus demais parentes do mesmo tronco lingüístico e demonstram a existência de uma equivalência e complementaridade entre dados arqueológicos, históricos e lingüísticos.

Nessa perspectiva, os Guarani teriam a palavra e a cultura material como fundamento representativo para reproduzir sua existência, sendo esse vínculo fundamental para estabelecerem as bases necessárias à reprodução da ordem social Guarani (Melià, 1988). Para Bartomeu Melià, o dicionário de Montoya é um instrumento privilegiado para se estabelecer as relações entre língua e cultura material, pois o padre Jesuíta escreveu-o no início do contato com os Guarani, quando eles ainda mantinham sua cultura tradicional. Assim, os nomes dados à cultura material seriam bons elementos para a análise etnoarqueológica.

Seguindo a idéia de Melià (1988), Noelli, assim como Lathrap (1970), acredita que a língua e a cultura material mudariam no mesmo ritmo e constrói sua hipótese subsidiária de trabalho segundo a qual as palavras do discurso e da nominação das coisas sempre foram rigorosamente reproduzidas, sendo o *habitus* destas sociedades Guarani o bem reproduzir das palavras e das coisas.

Partindo da análise dos cronistas, o autor verificou padrões homogêneos de espacialidade e lingüisticamente uma antiguidade e rigidez lexical. Dessa forma, o pressuposto para demonstrar a hipótese central de seu trabalho, da repetição contínua da

cultura Guarani, apóia-se na analogia histórica direta, ou seja, a demonstração da continuidade cultural entre o pré-contato e o etnográfico.

Já comentei aqui os perigos de se estabelecer uma analogia direta entre as populações do período pré-colonial e as conhecidas etnograficamente e os problemas metodológicos causados pelas comparações diretas.

Não discordo da concepção de Noelli segundo a qual os Guarani reproduziram desde o período colonial aspectos de sua cultura material. Porém, o termo Guarani utilizado pelo autor evoca a idéia de um único e grande povo indígena monolítico, sem considerar o fato dessa expressão englobar os chamados subgrupos, esses sim, correspondem a grupos étnicos específicos que se identificam e são identificados como *Kaiowá*, *Mbyá* e *Ñandeva*.

As etnografias sobre as várias etnias Tupi nos oferecem instrumentos para pensar as diversidades das soluções estratégicas utilizadas pelos povos indígenas frente ao novo, considerando as diferenças entre os sub-grupos, as relações de reciprocidade, de expansão territorial, as relações sócio-culturais com os outros grupos e com os não indígenas e os fatores relacionados à variabilidade dos artefatos. Dessa forma, uma perspectiva etnoarqueológica nos ajuda a ter uma noção de como essas relações ocorriam com as populações pretéritas, no entanto, não fazendo correlações diretas, mas considerando as especificidades de cada etnia envolvida e as mudanças históricas e culturais.

Seguindo essa linha de pesquisa, os estudos de Silva (2000) entre os Assuri do Xingu e os Kayapó-Xikrin do Cateté mostram a variabilidade na cultura material relacionada a fatores como hierarquia social, idade, sexo e não somente ao contato com outras etnias. A autora procura demonstrar como a variabilidade nos artefatos está pautada nas noções de identidades étnica, social e individual, ou seja, as variações na forma e no estilo dos artefatos podem ser motivadas por fatores como as escolhas tecnológicas e fatores sociais e simbólicos.

Silva (2007) procurou demonstrar que entre os Assuri e os Xikrin a variabilidade na forma da cerâmica e na plumária resultam de escolhas tecnológicas, mas também é expressão da individualidade do artesão produtor do artefato e de fatores ligadas à organização social, cosmologias e dos costumes do grupo ao qual ele pertence. Dessa forma, a variação nos artefatos é motivada tanto por questões pragmáticas quanto simbólicas.

Estas análises sobre contextos etnográficos são importantes na arqueologia, sobretudo pelo fato de contribuírem para a discussão a respeito da criação de tipologias a partir da

variação dos atributos tecnológicos dos artefatos. Sobre esse assunto a referida autora chama a atenção para o fato de que na arqueologia brasileira os conceitos de fases e tradições são relacionados à padronização e diferenciação da cultura material. Dessa forma, os exemplos etnográficos trazem à tona a questão das possibilidades de classificação dos artefatos são bastantes variáveis e extremamente subjetivas, fazendo parte do significado atribuído por cada etnia aos artefatos.

Contudo, se a variação nos artefatos e as classificações feitas pelos grupos étnicos são subjetivas e fruto de fatores tanto pragmáticos, quanto sociais e simbólicos, para a arqueologia o fato de se criar tipologias, as quais resultarão em fases e tradições arqueológicas, é bastante complexo, pois no contexto arqueológico não é possível se ter acesso às classificações e significados étnicos das sociedades produtoras dos artefatos.

Levantei essa discussão acerca da variabilidade dos artefatos em contextos etnográficos e arqueológicos por considerar que ao identificar os falantes da família lingüística Tupi-Guarani com uma tradição arqueológica, no caso Tupiguarani, estes aspectos devem ser considerados. Dessa forma, acredito na contribuição dos estudos de etnoarqueologia como os de Silva (2000), não no sentido de se fazer analogias de forma direta entre as sociedades indígenas atuais e pretéritas, mas na reflexão de que ao se classificar um dado conjunto artefactual em uma fase ou tradição arqueológica devem-se considerar os significados múltiplos deste artefato para as populações que os produziram, refletindo na variação da forma dos vasilhames, na decoração e no estilo das peças.

Ao se considerar os aspectos de identidade étnica e de representações sociais concernentes aos artefatos não se correrá o risco de cair em generalizações, onde um determinado número de atributos como decoração, forma e antiplástico foram tidos como suficientes para se criar uma tradição arqueológica denominada Tupiguarani, relacionando-a com a família lingüística de mesmo nome, sem considerar as especificidades culturais, sociais e cosmológicas dos vários grupos dessa família, enquadrando todos num grande bloco cultural homogêneo.

Considero, de acordo com Brochado (1984), aceitável a consideração da continuação histórica entre os grupos Proto-Tupi-Guarani e atuais nas pesquisas arqueológicas. Porém, não concordo com o uso de analogias a partir de fontes históricas e etnográficas feitas de forma simplista, sem considerar o contexto no qual a fonte foi escrita e as especificidades,

culturais, sociais resultantes de experiências históricas particulares e ligadas às especificidades regionais.

No próximo capítulo discutirei de forma mais específica as pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia e as informações obtidas até então a respeito das continuidades e mudanças na cultura material Tupi, centrando minha atenção nas pesquisas desenvolvidas no estado do Pará.

CAPÍTULO 3

A CRIAÇÃO DE UMA CATEGORIA “TUPI” NA ARQUEOLOGIA E SUA REPRODUÇÃO NAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARÁ

“Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe” (Carneiro da Cunha, 1992: 11)¹²²

3.1. Continuidades e rupturas na arqueologia Tupi

A frase de Manuela Carneiro da Cunha expressa com exatidão a situação das pesquisas arqueológicas referentes aos falantes da família lingüística Tupi-Guarani na Amazônia e, mais especificamente no Estado do Pará, pois, apesar dos avanços, há muito ainda por pesquisar, ainda mais porque se sabe que o potencial arqueológico da região é significativo.

Nesse capítulo, a partir dos dados publicados referentes às pesquisas arqueológicas no Pará em sítios classificados como pertencentes à tradição Tupiguarani, pretendo continuar a discussão iniciada no primeiro capítulo, a respeito das interpretações sobre a pertença étnica das populações que produziram os vestígios arqueológicos classificados na referida tradição e sua continuidade com os Tupi atuais. Uma vez que na arqueologia brasileira as fronteiras étnicas são demarcadas no registro arqueológico a partir das fases e tradições, pretendo analisar a validade desses conceitos para classificar a cultura material das populações Tupi pré-coloniais.

Segundo Fredrik Barth,

“as diferenças culturais não constituem um critério para diferenciar as pessoas em termos de grupo étnico, mas são os membros da sociedade que selecionam alguns traços culturais e os tomam para determinar o pertencimento a um grupo étnico. (...) As características a serem efetivamente levadas em conta não

¹²² CARNEIRO DA CUNHA, M., (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

correspondem ao somatório das diferenças “objetivas”; são aquelas que os próprios atores consideram significativas” (Barth, 2000: 72)¹²³.

Partindo dessa premissa, levanto a questão: como determinar a pertença étnica de um povo a partir de seus vestígios arqueológicos? Pois, se os critérios culturais utilizados como sinais diacríticos de uma identidade étnica são categorias êmicas, ou seja, os atores usam características que além de subjetivas são bastante fluídas e circunstanciais, como pode o arqueólogo ter acesso a esses critérios de classificação a ponto de estipular que tal artefato pertence a um determinado grupo étnico?

O caso da arqueologia Tupi envolve, além desse problema, outra questão, pois os vestígios materiais referentes a esse povo foram enquadrados em uma tradição arqueológica que recebeu o mesmo nome de uma família lingüística. Dessa forma, supõe-se uma continuidade entre a cultura material de povos pretéritos e povos conhecidos etnograficamente. A suposta continuidade entre a cultura material da tradição Tupiguarani e os povos Tupi atuais, abre caminho para um campo rico no uso de analogias etnográficas e etno-históricas. A partir do estudo das razões que levam à ocorrência de variabilidade na cultura material e de como essas variantes são utilizadas para demarcar fronteiras étnicas no contexto etnográfico, seria possível o uso de inferências para a interpretação da variabilidade ou manutenção das características decorativas e morfológicas dos artefatos encontrados no contexto arqueológico.

O problema com o uso de analogias, como já vimos nos capítulos anteriores, é o fato de muitas vezes serem feitas correlações diretas entre os dados arqueológicos e as observações etnográficas. Na minha percepção, para não se cair no uso de comparações simplistas, uma alternativa é estudar a continuidade cultural a partir da perspectiva da “longa duração”, assim como pode ser observado nos estudos de Heckenberger (2001, 2005)¹²⁴ no Alto Xingu, onde o autor procura entender os diversos processos históricos causadores de mudanças ou permanências culturais, sociais e cosmológicas.

¹²³ BARTH, F. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000: 25-57.

¹²⁴ HECKENBERGER, M. J. **The ecology of Power : culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000**. Londres: Routledge, 2005.

_____. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 D.C. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Orgs). **Os povos do Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 2001: 21-62.

Segundo Braudel (1978)¹²⁵ a noção de longa duração carrega em si o conceito de estrutura que, na concepção da História, representa uma articulação de elementos duráveis, que não obstante todas as transformações e rupturas ocorridas ao longo do tempo, sentidas por uma infinidade de gerações de pessoas, permanecem imutáveis. Um exemplo desses elementos estruturais imutáveis ao longo do tempo são os quadros mentais, que segundo o referido autor, apresentam-se como prisões de longa duração, das quais dificilmente os homens conseguem se libertar.

É a partir dessa concepção que Heckenberger (2001, 2005) concebe a história dos povos do alto Xingu. Para o autor, a região foi habitada por povos Arawak a partir de 800-900 A.D, os quais possuem certas características culturais, tais como, hierarquia social, praça central, organização regional, agricultura de mandioca e pesca que se manteriam constante ao longo do tempo e não seriam alteradas pelos efeitos devastadores da invasão européia e do contato com a sociedade nacional, mas manter-se-iam imutáveis por constituir o *etos* do povo xinguano. Assim, para Heckenberger (2001, 2005), os atuais habitantes da região ainda possuem as mesmas peculiaridades que caracterizariam a sociedade xinguana no período pré-colonial: o sedentarismo, a tendência a hierarquização e a organização regional.

A partir da concepção de Braudel (1978) e Heckenberger (2001) de que as estruturas mentais, cosmológicas e culturais se mantêm constantes no tempo, apesar das mudanças e rupturas sofridas nos aspectos políticos, demográficos e econômicos, pretendo discutir a continuidade entre os Tupi pretéritos e atuais na perspectiva da *longa duração* procurando verificar quais os elementos da cultura Tupi são permanentes e quais estão sujeitos a mudanças.

Haveria um modelo cultural Tupi imutável, apesar das mudanças sentidas com o processo de expansão e das diversidades regionais ao longo do tempo? Antes de refletir a respeito dessa questão é preciso ter em vista que se trata de fatos envolvendo diferentes questões, pois no caso do Alto Xingu, a perspectiva da longa duração é feita em uma escala regional, já entre os Tupi as comparações e as suposições de que existe uma continuidade cultural são feitas entre várias etnias que compõem a família lingüística Tupi-Guarani que

¹²⁵ BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: **Escritos sobre a história**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1978: 41-78.

desde o período pré-colonial ocupam uma imensa extensão do territorial e não apenas uma área específica.

São, portanto, questões com amplitudes diferentes. No caso Tupi, devido à magnitude dos problemas relacionados, capazes de gerar diferentes enfoques, considero central a discussão de variabilidade na cultura material como demarcadores de fronteiras étnicas e das continuidades culturais de “longa duração” em uma escala regional para, a partir dessas, discutir as questões mais gerais que envolvem a problemática das expansões dos Proto-Tupi. Por esse motivo, as discussões serão centradas nas publicações referentes aos dados arqueológicos da região do médio-baixo rio Tocantins localizado no Estado do Pará.

Antes de passar para o estudo de caso, gostaria de salientar minha concepção a respeito dos estudos das populações produtoras da cultura material da tradição Tupiguarani na perspectiva da “longa duração”. Inserir a problemática das expansões Tupi nessa perspectiva significa procurar compreender os processos históricos e culturais que levaram às mudanças, principalmente no caso da cultura material, apesar da permanência e homogeneidade de alguns traços culturais, não significando, portanto, o estabelecimento de que a cultura das populações Tupi pretéritas são iguais a dos Tupi atuais.

Dessa forma, não desconsidero a continuidade entre os Tupi pretéritos e atuais, o que questiono é o caráter unificador do termo tradição Tupiguarani, pelo fato de se tratar de um conceito bastante geral que classifica diversas etnias que, apesar de características culturais muito semelhantes, possuem suas especificidades e diferenciações. Ou seja, dentro dessa tradição arqueológica encontram-se todas as etnias que compõem a família lingüística Tupi-Guarani do tronco Tupi e que, portanto, não se pensavam e não se pensam como um único povo, mas usavam suas características distintivas para a afirmação da identidade étnica.

Em relação ao uso de categorias generalizantes para classificar os vestígios pré-coloniais, a meu ver, a tese de Brochado (1984) pode ser considerada um grande divisor de águas no estudo da história cultural e da dispersão dos Proto-Tupi-Guarani, uma vez em que o referido autor, a partir de características diferentes da cerâmica, sub-dividiu a tradição Tupiguarani em Tupinambá e Guarani.

Contudo, mesmo dentro dessa sub-divisão temos que considerar que o termo Tupinambá refere-se aos numerosos povos que habitavam o litoral norte do Brasil até o atual Estado de São Paulo à época da conquista europeia do continente, e não diz respeito a um

grupo étnico especificamente. Além do mais, dentro da sub-divisão Guarani foram enquadrados os sub-grupos *Ñandeva*, *Mbyá* e *Kaiowá* que não possuem uma única e uniforme identidade étnica.

Dessa forma, a sub-divisão de Brochado não pôs um fim às generalizações, o que nos chama a atenção para o fato de haver a necessidade de se repensar qual a relevância de continuarmos enquadrando sítios arqueológicos na tradição arqueológica Tupiguarani que de acordo com a *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica* refere-se a “[...]uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida e pelo uso de tembetás”. (CHMYZ, 1966:08)¹²⁶.

A partir da definição de tradição Tupiguarani, questiona-se se seriam essas características suficientes para se estabelecer as noções de identidade étnica e identidade social das populações que produziram os vestígios. Não é meu objetivo realizar uma crítica ao PRONAPA devido às classificações dos vestígios arqueológicos em fases e tradições, uma vez que o uso dessas categorias serviu perfeitamente para alçar os objetivos propostos pelo programa de criação de uma seqüência cultural e cronológica para toda a costa brasileira. Questiono o fato de ainda hoje essas classificações serem usadas nas pesquisas em arqueologia, de modo que a cada “novo” sítio arqueológico encontrado, há o imperativo por parte dos pesquisadores em classificá-lo em alguma tradição arqueológica já estabelecida. Esse fato pode ser observado nas pesquisas arqueológicas realizadas no Pará. Passarei a analisá-las agora e, a partir delas, discutir a questão da continuidade cultural e da variabilidade nos artefatos como fatores relacionados à questões de ordem social e de identidade étnica.

3. 2. Os Tupi do Médio-Baixo Tocantins

Para entender os modelos de ocupação Tupi-Guarani na região Amazônica, e mais especificamente para o Pará, recorri a análise dos textos de Napoleão Figueiredo (1965)¹²⁷,

¹²⁶ CHMYZ, I. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966.34 p. (Manuais de Arqueologia, 1).

¹²⁷ FIGUEIREDO, N. A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Nova Série – Antropologia, Belém, n. 27, 17, 1965.

Mário Simões (1972, 1977)¹²⁸ e Simões *et al* (1973)¹²⁹ e de publicações feitas no âmbito da atuação do PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica). Também recorri aos trabalhos de pesquisadores participantes do Programa sobre sítios relacionados à tradição Tupiguarani, tais como Fernanda Araujo-Costa (1983)¹³⁰, Mário Simões e Fernanda Araujo-Costa (1987)¹³¹, bem como de publicações recentes, a saber: Edithe Perreira *et al* (2008)¹³², Maura Imazio da Silveira *et al* (2008)¹³³, Fernando Ozório de Almeida (2008)¹³⁴ e Marlon Prado (2008)¹³⁵.

A partir da bibliografia acima citada, pretendo traçar a história da ocupação Tupi no Estado do Pará, mais especificamente na região do baixo-médio Tocantins, local onde concentraram-se as pesquisas ou fragmentos dessa história e inserir os resultados das pesquisas em uma discussão mais ampla, a respeito das teorias referentes ao centro de origem e das rotas de expansão Tupi.

Para tanto, dividi as pesquisas relacionadas à tradição Tupiguarani em três períodos: Período pré-PRONAPABA, iniciado a partir da década de 1960 com as primeiras coleções cerâmicas coletadas no rio Itacaiúnas por Protásio Frikel, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em 1965; Período PRONAPABA que corresponde ao período de 1970 a 1980 e Período Pós-PRONAPABA, o qual engloba as pesquisas atuais em sítios Tupi na região.

¹²⁸ SIMÕES, M. F. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 7, n. 3, p. 165-188, 1977.

_____. **Fases arqueológicas brasileiras, 1950-1972**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi 1972. 26 p. (Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 18).

¹²⁹ SIMÕES, Mário F.; CORRÊA, Conceição G.; MACHADO, Ana Lúcia. Achados arqueológicos no Baixo Rio Fresco (Pará). In: SIMÕES, Mario F. (Ed.). **O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário**. Belém: CNPq. INPA. MPEG, 1973. p. 113-142. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 20).

¹³⁰ ARAÚJO-COSTA, F. **Projeto Baixo Tocantins: salvamento arqueológico na área de Tucuruí (PA)**. 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

¹³¹ SIMÕES, Mário F.; ARAÚJO COSTA, Fernanda. Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Tocantins (Pará). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n.1, p. 11-27, 1987.

¹³² PEREIRA, E.; SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. C. L.; COSTA, C. J. C. A.; MACHADO, C. L. A Tradição Tupiguarani na Amazônia. In: PROUS, A. & LIMA, T.A. (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Sigma, 2008: 49-66.

¹³³ SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. C. L.; OLIVEIRA, E.R.; LOSIER, L. Seqüência Cronológica de Ocupação na Área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 2008.

¹³⁴ ALMEIDA, F. O. **O complexo Tupi na Amazônia Oriental**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹³⁵ PRADO, M. Particularidades da Tradição Tupiguarani na Amazônia: o Sítio Bom Jesus2, na bacia do rio Tocantins, leste do Pará. Monografia de Especialização. Univesidade Federal do Pará, 2008.

3. 2. 1. Pesquisas arqueológicas anteriores ao PRONAPABA

O artigo de Napoleão Figueiredo (1965) contém uma descrição do material cerâmico coletado por Protásio Frikel, pesquisador do MPEG, na região do rio Itacaiúnas, afluente do rio Tocantins. Na análise foram estabelecidos três tipos cerâmicos a partir de diferenças de espessura e de decoração da cerâmica: Itacaiúnas simples, Caiteté simples e Itacaiúnas corrugado.

Para embasar seu pressuposto de que os vestígios arqueológicos coletados por Frikel são de origem Tupi, Figueiredo (1965) correlaciona esse material com os artefatos com decoração corrugada e pintura policrômica provenientes de Conceição do Araguaia descritos por Métraux (1928) como possuindo técnicas tipicamente Tupi e propõe que o material coletado em cinco sítios, localizados nas terras dos índios Xikrín, numa área de terra preta, pertencem aos Tupinambá vindos do Maranhão para o Tocantins no período colonial em busca da “terra sem mal”, empurrados pela expansão portuguesa.

Dessa forma, a partir das informações contidas em Métraux (1927, 1928, 1948)¹³⁶, Coudreau (1898)¹³⁷ e entrevistas aos índios Xikrín atuais habitantes da área dos sítios arqueológicos, o autor chega à conclusão de que o material cerâmico é proveniente de sítio de habitação e que a ocupação da área pelos fabricantes dessa cerâmica é tardia, posterior à colonização portuguesa que foi responsável por empurrar essa população de provável origem Tupi para o interior.

3. 2. 2. As pesquisas do PRONAPABA em Sítios Tupiguarani

As pesquisas do PRONAPABA coordenadas por Clifford Evans, Betty Meggers (Smithsonian Institution) e Mario Ferreira Simões (CNPq-MPEG) realizaram-se de 1976 a 1983 e foram divididas a partir de cinco áreas de atuação: baixo rio Tocantins, baixo rio Uatumã, baixo rio Urubu, médio rio Negro e baixo rio Madeira (Simões e Araujo-Costa, 1987).

¹³⁶ MÉTRAUX, A. The Tupinamba, In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948. v. 3, p. 95-133. (Bulletin 143).

_____. La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani. Paris: P. Geuthner, 1928.

_____. Migrations historiques des Tupi-guarani. **Journal de la Société de Américanistes**, Paris, n.19, p. 1-45, 1927.

¹³⁷ COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Volume 49. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1977: 165 pp.

Os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados nessas áreas foram publicados na *Revista de Arqueologia* e em *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*. O objetivo das pesquisas na região Amazônica era identificar novas fases arqueológicas e posteriormente relacioná-las às quatro tradições ceramistas identificadas por Meggers & Evans (1961) para a Amazônia: Hachurada Zonada, Borda Incisa, Polícroma e Incisa Ponteadas.

À medida em que os sítios arqueológicos eram pesquisados, o material cerâmico e lítico era classificado em uma das fases arqueológicas pré-estabelecida. Se a cerâmica, entretanto, apresentasse características que não se adequavam a das fases, era proposta a criação de uma nova fase. As fases eram correlacionadas com as tradições arqueológicas de ampla distribuição espacial já estabelecida pelo PRONAPA.

Essa metodologia foi utilizada nas pesquisas do baixo Tocantins, classificadas como pertencentes à área número dois de atuação do PRONAPABA. As escavações arqueológicas nessa região foram coordenadas por Mario Simões e Fernanda Araújo-Costa na década de 1980. As pesquisas na área resultaram na dissertação de mestrado “Projeto Baixo Tocantins: Salvamento Arqueológico na área de Tucuruí (PA)”, defendida por Araújo-Costa na Universidade de São Paulo no ano de 1983.

Na região do baixo Tocantins, entre as cidades de Marabá e Nazaré dos Patos, Simões e Araújo-Costa (1987) localizaram 37 sítios, agrupados em três fases arqueológicas, pertencentes à Tradição regional denominada Itacaiúnas, utilizando critérios como, tipo de sítio (divisão em sítio acampamento e sítio habitação) e características do material lítico e cerâmico (no caso da cerâmica observando decoração e forma dos vasilhames). Do sul para o norte, essas fases são: Tauari, Tucuruí e Tauá.

Cabe aqui apresentar as características dos sítios dessas fases.¹³⁸ A fase Tauari apresenta sítios localizados ao longo do rio Tocantins em área de capoeira e/ou roças, com material arqueológico coletado até 70 cm de profundidade. O material lítico é composto por artefatos lascados e polidos. As características gerais da cerâmica são o predomínio de

¹³⁸ Considerarei necessário descrever cada uma das fases para que o leitor tenha uma visão geral dos vestígios arqueológicos da região, a fim de facilitar a compreensão quando o texto abordar as comparações entre os sítios dessas fases com os sítios escavados em pesquisas atuais.

tempero mineral (areia fina), seguida de caraiapé e/ou carvão. A manufatura dos vasos tem por técnica o acordelado. As decorações utilizadas são engobo vermelho, pintura biocroma ou policroma, e decoração plástica, o corrugado e o inciso.

A fase Tucuruí contém sítios de habitação localizados às margens do rio Tocantins em áreas de capoeira e roças com ocupação de no máximo 90 cm. Os sítios apresentam artefatos lascados e polidos. A cerâmica é produzida pela técnica do acordelado, tendo como antiplástico a areia e o caraiapé. Há a presença de engobo vermelho, pintura policrômica, e como decoração plástica o inciso e o modelado.

A fase Tauá é constituída por sítios de habitação localizados às margens do rio Tocantins em áreas de capoeira e roças com ocupação de no máximo 70cm. Os sítios apresentam artefatos lascados e polidos. A cerâmica é produzida pela técnica do acordelado, o antiplástico utilizado é a areia e o caraiapé. Há a presença de engobo vermelho, pintura policroma, e apresenta como decoração plástica o inciso e o modelado.

As fases Tucuruí e Tauá são bastante semelhantes, as mudanças são perceptíveis apenas no percentual dos atributos. A fase Tauari é a que mais se distingue das demais. As datações obtidas indicam ocupação recente: 1150± d. C. para a fase Tauari, 1000 ± 70 d.C para a fase Tucuruí, sendo que a fase Tauá não foi datada.

O que se observa das pesquisas do PRONAPABA é que a partir de certo número de categorias de forma e decoração, as pesquisas procuraram enquadrar os sítios em uma dada tradição arqueológica. Segundo Simões e Araújo-Costa (1987), no trecho mais meridional a cerâmica apresenta traços identificados como pertencentes à Tradição Tupiguarani, mas à medida em que se desce o rio Tocantins a semelhança com a cerâmica dessa tradição arqueológica diminui.

3. 2. 3. Pesquisas atuais em sítios da tradição Tupiguarani no Estado do Pará

Nos últimos anos as pesquisas arqueológicas sobre a ocupação Tupi-Guarani no Pará ocorreram no âmbito da arqueologia de contrato, pesquisa que se tornou predominante na região. Dentre essas pesquisas mais recentes, há até o momento uma dissertação de mestrado (Almeida, 2008) e uma monografia de especialização (Prado, 2008), além de alguns poucos artigos.

Em relação às pesquisas feitas por contrato, desde 2000 o MPEG realiza pesquisas arqueológicas desenvolvidas em duas áreas localizadas no sudeste do Pará, na região da Serra dos Carajás: Serra do Sossego e Floresta Nacional Tapirapé-Àquirí.

Na área do Projeto Sossego foram identificados seis sítios arqueológicos e sete ocorrências. A maioria do material coletado nos sítios não possui decoração, nos fragmentos em que há decoração predomina a pintura vermelha, o corrugado e o inciso; o antiplástico identificado nos vasilhames foram areia e rocha triturada. Apenas um sítio encontra-se em bom estado de conservação, o PA-AT: Domingos, localizado à margem direita do rio Parauapebas. O sítio apresentou concentração de terra escura com até 30cm de profundidade com material cerâmico e lítico associados e a presença de vasilhames inteiros, sendo que um deles foi identificado como urna funerária. As datações obtidas para o sítio estimam o período de ocupação entre 1.300 ± 130 AP e 530 ± 55 AP (Pereira *et al* (2008).

Segundo Pereira *et al* (2008) os vestígios arqueológicos apresentam características que permitam classifica-los na tradição Tupiguarani, as datações dos sítios da região confirmariam essa hipótese, uma vez que coincidem com os sítios cerâmicos da região de Carajás e com a fase Itacaiúnas. As datações apresentadas para os sítios da Serra do Sossego são: 710 ± 70 AP e 590 ± 60 A.P (Sítio PA-AT-244: Pista de Pouso), 540 ± 55 AP e 260 ± 25 A.P (Sítio PA-AT-274: Estrada) e 670 ± 70 AP e 520 ± 55 A.P (Sítio PA-AT-252: Sequeirinho) (Pereira *et al*, 2008: 53).

Já Silveira *et al.* (2008) propõem a criação de uma seqüência cronológica da área do Projeto Salobo Metais S.A, situada na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, drenada pelo rio Itacaiúnas, tributário da margem esquerda do rio Tocantins, no município de Marabá, sudeste do Estado do Pará, integrando a grande região de Carajás. As datações indicadas para a área estão entre 6.000 AP e 200 AP, e indicando 6.000 anos de ocupações e reocupações.

Silveira *et al* (2008) apresenta uma análise preliminar das informações obtidas em campo, não contendo dados referentes ao material cerâmico, lítico e demais vestígios arqueológicos. Dentro da seqüência cronológica proposta a partir de datações realizadas na cerâmica e em amostras de carvão, foi feita uma divisão em três períodos: antigo, intermediário e tardio. Segundo as autoras, a ocupação da área ocorreu em três sub-bacias: igarapé Salobo, rio Cinzento e igarapé Mirim. Os sítios foram divididos em sítios de habitação e sítios acampamento.

Segundo Silveira *et al*, (2008: 13), “de maneira geral, o material cerâmico possui características tecnológicas e estilísticas que remetem à Tradição Tupiguarani”. As autoras acreditam que o estudo da ocupação da região pode trazer contribuições relevantes para a discussão mais geral a respeito dos deslocamentos dos Proto-Tupi-Guarani, questão que não é abordada no artigo. As autoras salientam que os resultados são iniciais e deixam para trabalhos futuros questões referentes à ocupação da região, a origem e à expansão dos grupos relacionados à tradição Tupiguarani, assim como a identificação e a caracterização da implantação dos sítios na paisagem, do padrão de assentamento e tipologia de sítios.

Mesmo tratando de uma análise preliminar e não contendo uma completa sistematização dos dados, para as autoras, a ocupação da área está relacionada à expansão dos falantes da família lingüística Tupi-Guarani. Essa inferência é feita com base nas semelhanças entre os vestígios arqueológicos encontrados por Figueiredo (1965) e em sítios de outras regiões do país não considerando as especificidades da área estudada. Assim, no artigo citado a preocupação central é a busca por estabelecimento de uma seqüência cronológica para a área estudada.

3. 2. 4. “Os Tupi do médio-baixo Tocantins são os Tupi do médio-baixo Tocantins”

A frase título desse tópico expressa a idéia defendida por Almeida (2008:194) a respeito das peculiaridades da tradição Tupiguarani na região do médio-baixo Tocantins. Segundo o autor, os sítios da região possuem cerâmicas e padrões de assentamento com características singulares, que os diferenciam dos demais sítios classificados na referida tradição, razão pela qual não podem ser classificados nas sub-tradições Tupinambá¹³⁹ e Guarani¹⁴⁰.

¹³⁹ Os artefatos cerâmicos dos Tupinambá eram confeccionados a partir da sobreposição dos roletes (acordelado) ou da técnica de modelagem. Com relação à forma, na subtradição Pintada os recipientes possuem formas mais abertas, quadrangulares e pouco profundas, além de formas ovóides. Há poucas vasilhas que têm as paredes carenadas. Com relação às técnicas de acabamento de superfície, entre os Tupinambá predominam os recipientes pintados especialmente em superfície interna. Nas superfícies externas, como nas grandes igaçabas, não há pintura, apenas o acabamento plástico. Também o número de vasilhames pequenos com acabamento de superfície envolvendo decoração plástica é menor. Com relação à pintura, os desenhos mais comuns envolvem formas circulares e espiraladas além de linhas retas (BROCHADO, 1977, 1991; SCHMITZ, 1991).

¹⁴⁰ Os vasilhames Guarani eram feitos a partir da técnica de sobreposição de roletes (“roletado” ou “acordelado”), mas algumas vezes, para recipientes muito pequenos, poderia ocorrer a técnica da modelagem. Quanto à técnica de acabamento de superfície, esta pode ser o alisamento (interno e externo), uma decoração plástica de vários tipos em superfície externa ou,

Almeida (2008) dividiu o trabalho em três escalas: uma escala micro, que diz respeito à análise do sítio Cavallo Branco e de seu material arqueológico; uma escala regional, referente à etno-história da região do baixo-médio Tocantins e uma escala macro, relacionada à inserção dos dados obtidos na problemática mais geral dos modelos criados a respeito das expansões dos falantes da família Tupi-Guarani.

A partir da caracterização da cerâmica do sítio Cavallo Branco o autor faz uma comparação com a cerâmica de outros sítios encontrados por ocasião do levantamento arqueológico da linha de transmissão Tucuruí-Açailândia na região do baixo médio-Tocantins. Foram localizados 31 sítios, mas a comparação é feita apenas entre os sítios Bela vista, Bom Jesus 2 e Nova Ipixuna 3.

As características peculiares da cerâmica do médio-baixo Tocantins, tais como uso da decoração corrugada apenas nas bordas dos vasos e a grande incidência da decoração incisa, são utilizadas para respaldar a tese de Almeida (2008) de que a cerâmica da região por ele estudada não se enquadra nos padrões da cerâmica Tupinambá nem Guarani. As decorações mais frequentes são o corrugado e o unglado, ou a combinação das duas. O autor não desconsidera a filiação do material do sítio Cavallo Branco com a tradição Tupiguarani, mas defende que as mudanças nos artefatos estariam relacionadas a padrões regionais.

Ao correlacionar as cerâmicas dos sítios Cavallo Branco, Bela vista, Bom Jesus 2 e Nova Ipixuna 3 com as fase Tauari, Tucuruí e Tauá, Almeida diz haver uma maior proximidade entre esses “novos” sítios e as fases criadas por Simões e Araújo-Costa (1987) e os classifica como pertencentes à fase Tauari. Os critérios utilizados pelo autor para essa inserção dizem respeito à coincidência na localização geográfica, uma vez que todos os sítios encontram-se na bacia do rio Tocantins, próximos à cidade de Marabá. Em relação à cerâmica, as semelhanças com a fase Tauari estão na presença de bordas vazadas, no predomínio do uso de minerais como antiplástico e na utilização da técnica de roletes para manufatura dos vasos em todos os sítios.

Dentre as fases criadas por Simões e Araújo-Costa (1987), a fase Tauari é a que possui mais semelhança, em termos das formas dos vasos e da decoração, com as características

ainda, um engobo e/ou pintura policrômica na superfície externa e/ou interna nos recipientes cerâmicos Guarani, predomina a plástica na parte externa. As vasilhas pintadas são em número menor, podendo a pintura ocorrer tanto em superfície interna quanto externa. Entre os desenhos, destacam-se os aspectos gráficos que envolvem figuras com formas geométricas, especialmente em superfícies externas. Também podem ocorrer em superfícies internas, porém aqui o número é menor, sendo mais comuns figuras com formas circulares ou espiraladas (Schmitz: 1991).

“Tupiguarani clássicas”, já em relação ao antiplástico e a espessura dos fragmentos, há uma diferenciação em relação à tradição Tupiguarani. Portanto, segundo Almeida, os elementos distintivos característicos da fase Tauari são elementos que diferenciam os Tupi da região do baixo-médio Tocantins dos povos do litoral, mas que os aproximam entre si em termos regionais.

Por meio das datações o autor supõe que o sítio Cavalo Branco foi uma antiga área de habitação e que as diferentes datações indicam mais de uma ocupação, apesar da estratigrafia mostrar indícios de apenas uma. A ocupação do sítio ocorreu entre os períodos 700 d.C a 1300 d.C.

As treze datações disponíveis para a área indicam que a ocupação da região data do período pré-colonial. Do total de datações, apenas três são de períodos próximos à chegada dos europeus (SI-4058, a aldeia Xikrim e a primeira datação do sítio Nova Ipixuna). São quatro as datações mais antigas 280±80 AP (PA-AT-19), 480 ±20 a.C (Bela Vista), 740±70 AP (Nova Ipixuna 3) e 725±65 AP (Cavalo Branco).

Quadro III – Datações de Sítios Tupi do Sudeste do Pará (Almeida, 2008).

Sítio	Data	Método	Fonte
Bela Vista	480+-20 a.C	C14	Scientia Consultoria
Cavalo Branco	725+-65 d.C	C14	Scientia Consultoria
PA-AT-19	280±70 d.C	C14	Figueiredo,1965
Nova Ipixuna 3	740+-70 d.C	C14	Scientia Consultoria
Fase Tucuruí	1000±70 d.C	C14	Araújo Costa,1983
Fase Tauari	1150±70 D.C	C14	Araújo Costa,1983
Cavalo Branco	1150+-60 d.C	C14	Scientia Consultoria
PA-AT-244	1.240 ±70 d.C	Termoluminescência	Pereira, 2007
Cavalo Branco	1270+-40 d.C	C14	Scientia Consultoria
PA-AT-252	1.280±70 d.C	Termoluminescência	Pereira, 2007
Aldeia Assurini	1300 d.C.	Termoluminescência	Silva et al. 2007
Grajaú	1320+-80 d.C.	C14	Scientia Consultoria
Cavalo Branco	1330+-70 d.C	C14	Scientia Consultoria
PA-AT-274	1410±55 d.C	Termoluminescência	Pereira, 2007
Aldeia Xikrín	1500 d.C	Termoluminescência	Silva et al. 2007
Nova Ipixuna 3 (NI3)	1560+-90 d.C	C14	Scientia Consultoria

No que diz respeito às rotas percorridas pelos Tupi e à ocupação do baixo-médio Tocantins, a partir de treze datações para a região, o autor indica como correta a hipótese de Urban (1996)¹⁴¹, Meggers (1974, 77, 79,82)¹⁴² e Schmitz (1991)¹⁴³ que indicam a parte sul da bacia do rio Amazonas como rota para os Tupi Amazônicos, que teriam se movido no sentido Oeste-Leste.

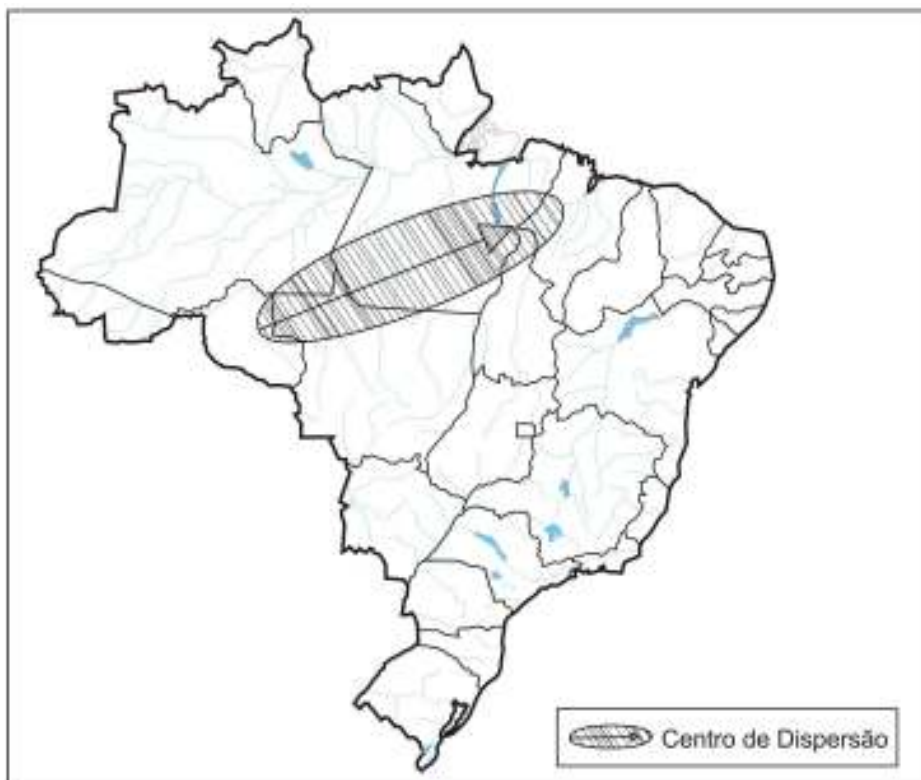


Figura 7 – Hipótese de expansão Tupi via região Sul da Bacia Amazônica (modificado por Ana Carolina Luz (2009) a partir de Almeida, 2008:110)

¹⁴¹ URBAN, G. On the geographical origins and dispersion of Tupian Languages. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.39, n. 2, p. 7-53, 1996.

¹⁴² MEGGERS, B. J. Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation. In: **diversification in the tropics**. Ghillelan Prance (Ed.), Columbia University Press, New York, 1982: 483-496.

_____. Climatic oscillation as a factor in prehistory Amazonia American. **Antiquity**, v.44, n.2, p. 252-266, 1979.

_____. Vegetation fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazonia: Some tentative correlations. **World Archeology**, v. 8, n.3, p.287-303, 1977.

MEGERS, B. J. **A reconstrução da pré-história Amazônica**. Universidade de São Paulo, 1974:1-19.

¹⁴³ SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani. In: KERN, A. A. (Org.). **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991: 295-330.

Segundo Almeida (2008:285):

“Vindos por terras ou rio secundários (Itacaiúnas) os Tupi teriam se fixado primeiro no entorno da serra de Carajás na primeira metade do primeiro milênio da era Cristã. Por volta de 1500 d.C os Tupi já estariam no médio Tocantins no entorno da atual cidade de Marabá. As datações em torno de 750dc confirmariam essa hipótese. Esse grupo se fixou no entorno da cidade de Marabá gerando um núcleo Tupi e de lá se expandiu para as demais áreas: A jusante desceriam o rio Tocantins, a montante seguiriam pelos rios Tocantins e Araguaia e para o Leste por terra ou rios secundários, adentrariam o interior maranhense”.

Em relação às teorias sobre as rotas de expansão, de acordo com o modelo criado por Métraux (1927), a região estudada por Almeida (2008) teria sido a última a ser ocupada, e sua colonização dataria do período pós-contato, em decorrência das fugas dos Tupi do litoral brasileiro pela ação das invasões portuguesas. O autor contesta a idéia de uma ocupação tardia para a região do Baixo-médio Tocantins e pressupõe que sua ocupação duraria cerca de 3.000 anos e que os Tupi não seriam descendentes dos Tupinambá, mas teriam atingido a região vindos do Oeste Amazônico. Por fim, tendo em vista as peculiaridades da ocupação dos sítios e da cerâmica da área, conclui que a variabilidade e flexibilidade desses grupos seriam responsáveis pela criação de um “Complexo Tupi da Amazônia Oriental”.

Seguindo a mesma linha de pensamento e metodologia de análise, Marlon Prado (2008) a partir do estudo da cerâmica do sítio arqueológico Bom Jesus 2, também localizado no baixo-médio Tocantins, próximo à cidade de Marabá, sudeste do Pará, corrobora a afirmação de Almeida (2008) de que a cerâmica da região apesar de filiada à Tradição Tupiguarani possui atributos particulares que a distingue da tradição Tupiguarani mesmo havendo uma filiação com o material dessa tradição arqueológica.

Segundo Prado (2008) em relação às especificidades da cerâmica do sítio Bom Jesus 2, a utilização do acordelado como técnica de manufatura é uma das características para a classificação do sítio na tradição Tupiguarani. Em relação ao antiplástico, foi observada a presença de quartzo e não de caco moído, antiplástico característico da tradição Tupiguarani. Por outro, lado, a utilização mesmo em baixa quantidade da decoração corrugado seria um indício de filiação àquela tradição arqueológica e a grande incidência de fragmentos incisos uma peculiaridade do sítio estudado.

3. 3. O que as pesquisas nos falam sobre a ocupação Tupi e suas variabilidades e continuidades?

As pesquisas feitas no âmbito da arqueologia de contrato, na Serra do Sossego (Pereira *et al*, 2008) e na Floresta Nacional Tapirapé-Aquirí (Pereira *et al*, 2008 e Silveira *et al*, 2008), apresentam dados publicados ainda bastante preliminares e que não permitem fazer muitas inferências a respeito das ocupações das áreas estudadas. Porém, mesmo contando com poucas informações, as autoras associam o material por elas estudado à tradição Tupiguarani, através das semelhanças que as datações e as características tecnológicas e decorativas da cerâmica apresentam com a fase Itacaiúnas, criada por Simões (1972) a partir dos estudos de Figueiredo (1965) e associada à referida tradição arqueológica.

Dessa forma, a partir das pesquisas em sítios classificados como pertencentes à tradição Tupiguarani no Pará é possível observar que mesmo nos trabalhos pós PRONAPA e PRONAPABA, a cada sítio escavado a busca por classificar os vestígios arqueológicos em fases e tradições arqueológicas já estabelecidas continua uma constante. Como já enfatizei, não critico o uso desses conceitos pelo PRONAPA e PRONAPABA, pois para os objetivos de criar uma seqüência cronologia para toda região litorânea e para a Bacia Amazônica, esses conceitos eram essenciais. O que considero problemático é a persistência por parte dos pesquisadores em continuar classificando sítios com base nessas categorias analíticas, pelo fato de que na época em que esses conceitos foram criados, as variações nos artefatos eram interpretadas a partir de uma perspectiva difusionista em termos de mudanças culturais ocasionadas pelo contato com povos vindos de outras regiões. Hoje sabemos que a variabilidade nos artefatos relaciona-se a outros fatores de ordem sociais, culturais e políticas.

Para os pesquisadores do PRONAPA e PRONAPABA, quando um dado conjunto de artefatos apresentava características bastante distintas das fases já existentes, o problema era resolvido através da criação de uma nova fase. Já nas pesquisas atuais a variabilidade nos artefatos é vista como representativas das peculiaridades que uma tradição arqueológica pode apresentar devido a variedades culturais motivadas por fatores regionais.

Pelo fato das pesquisas na Serra do Sossego e na Floresta Tapirapé-Aquirí apresentarem poucos dados referentes à cerâmica, concentrarei minha análise nas pesquisas de Almeida (2008) e Prado (2008) sobre a análise cerâmica dos sítios da região do baixo-médio Tocantins, com o objetivo de discutir como a variabilidade artefactual está ligada às questões de identidade étnica.

Em relação às pesquisas mais recentes, pode-se dizer que elas se diferenciam das antigas, tanto em relação à análise dos artefatos, quanto dos sítios, pois a ênfase já não é dada na busca apenas pelas semelhanças entre estilos cerâmicos e padrões de assentamentos, mas há também, uma procura por outros aspectos dos vestígios. Esse fato é perceptível nas pesquisas de Almeida (2008) e Prado (2008) para os quais os sítios analisados não se enquadram na tradição Tupiguarani e nem nas suas sub-divisões em Tupinambá e Guarani devido às particularidades que o material cerâmico apresentou.

Porém, mesmo enfatizando as características distintivas da cerâmica do sítio Cavalão Branco, Bom Jesus 2 e demais sítios da região, os autores têm a constante preocupação em relacionar, através de semelhanças e diferenças, o material com a cerâmica das fases Tauari, Tucuruí e Tauá, com o objetivo de inserir os sítios em uma delas. Dessa forma, após a comparação os “novos” sítios do baixo-médio Tocantins são classificados na fase Tauari a partir de critérios como: a presença de bordas vazadas, a utilização da técnica do acordelamento e o uso de minerais como antiplástico.

É perceptível nessas pesquisas que a classificação dos sítios nas fases já estabelecidas tem por objetivo ordenar os artefatos temporal e espacialmente. Porém, em que medida a divisão em fases e tradições serve para nos informar sobre as questões sociais e de fronteiras étnicas das populações que produziram os vestígios arqueológicos?

Na arqueologia os conceitos de fase e tradição foram utilizados para dar significado à variabilidade artefactual (Silva, 2007)¹⁴⁴. Porém, uma vez que toda classificação tipológica possui um caráter subjetivo, a ordenação é feita com base nas semelhanças e diferenças dos artefatos a partir da perspectiva do arqueólogo, o qual não tem acesso às categorias êmicas das pessoas que os produziram. Como, então, dar significado à variabilidade para entender os aspectos culturais, sociais e cosmológicos do passado nos quais estão pautadas essas diferenciações?

Segundo Silva (2007), “O arqueólogo precisa considerar os diferentes processos culturais que levam à variabilidade dos artefatos, dando luz ao seu significado” (Silva: 2007, 92). A autora usa os exemplos etnográficos dos Asurini do Xingu e dos Kayapó-Xikrin do Cateté para demonstrar que a variabilidade da cerâmica e da plumária, respectivamente,

¹⁴⁴ SILVA, F. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Assurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n.1, p.91-103, jan./abr. 2007.

possuem um caráter polissêmico, estando relacionada com fatores de ordem pragmática e simbólica.

Na cerâmica, a variação é produto das escolhas tecnológicas feitas pelas oleiras, a partir de uma gama de possibilidades dada pelo sistema cultural Asurini, assim como, pode estar relacionada à organização social em grupos domésticos, contribuindo para que a cerâmica de cada unidade doméstica tenha certa diferenciação que marque a identidade do grupo que produziu o artefato. Além disso, as vasilhas para os rituais sofrem uma variação de tamanho, ou seja, são maiores que as de uso cotidiano. O contato com a sociedade não indígena, também provoca mudanças na produção dos artefatos, devido à inserção de novas formas nos vasilhames e miniaturização das peças produzidas para a comercialização. Portanto, a variabilidade cerâmica entre os Asurini possui significados referentes às dimensões de ordem prática, social, simbólica e mostram a dinâmica das relações interculturais com a nossa sociedade (Silva, 2007).

No caso da plumária dos Kayapó-Xikrin, e mais especificamente das braçadeiras, além da criatividade individual dos artesões, a variabilidade está relacionada a questões de identidade cultural, pois as braçadeiras contêm características específicas do grupo e permitem a diferenciação cultural entre os artefatos de outros Kayapó, e dos diferentes povos indígenas. Por outro lado, a diferenciação nas braçadeiras está ligada a fatores de ordem social, pois permite distinguir os indivíduos em categorias de gênero, faixa etária, status sociais e relações de parentesco. Dessa forma, “quando um indivíduo usa um determinado tipo de braçadeira, ele passa a expressar uma determinada identidade social e a afirmar seu papel social e seu pertencimento a um determinado grupo de pessoas” (Silva, 2007: 97).

É possível constatar nos exemplos de Silva (2007), que as observações etnográficas nos mostram como a variabilidade dos artefatos está ligada às diferenciações étnicas e sociais do grupo. Portanto, se as características de distinção étnicas são subjetivas, como pode o pesquisador reconhecer no registro arqueológico os sinais diacríticos dessas diferenciações?

No caso das pesquisas em sítios Tupi, como já vimos, os arqueólogos têm tentado preencher as lacunas interpretativas através do uso de analogias etnográficas e etno-históricas, sendo possível nesse caso, devido à idéia de continuidade entre as populações pretéritas e atuais. Na minha concepção as analogias etnográficas, desde que não forem feitas de forma direta, podem nos dar pistas a respeito dos demarcadores sociais e étnicos presentes na cultura material.

Para que o pesquisador possa refletir acerca das questões étnicas em arqueologia, é necessário considerar, de acordo com a premissa de Barth (2000) que, em razão dos indivíduos selecionarem apenas alguns traços, expressos tanto em termos ecológicos quanto culturais, para marcar seu pertencimento étnico, nem sempre é possível conceber as variações nos conjuntos de artefatos como critérios para a diferenciação dos grupos em termos de identidade étnica.

Assim, temos que ter em mente que os demarcadores de fronteiras étnicas são bastante fluídos e circunstanciais, ou seja, dois sítios arqueológicos podem ter culturas materiais semelhantes, mas, no entanto, tratar-se de grupos com identidades étnicas distintas, nesse caso, a semelhança cultural pode estar relacionada ao fato do grupo habitar o mesmo nicho ecológico ou manterem trocas de objetos, mulheres etc.

Portanto, cultura e grupo étnico não necessariamente se equivalem. Esse fato é demonstrado por Schaan (2007)¹⁴⁵, segundo a qual a cultura marajoara não correspondia aos grupos que a constituía, e as pequenas distinções presentes no registro arqueológico representam a necessidade dos grupos se diferenciarem do todo. Portanto, existia uma cultura marajoara, mas dentro da cultura mais geral, existiam pequenas variações estilísticas ou tecnológicas, relacionadas a fatores de ordem ecológica ou demográfica, assim como, poderiam representar uma complexificação nas relações sociais e políticas e não, estarem ligadas à migração ou contato com povos vindos de fora.

A partir desse exemplo, suponho que processos semelhantes possam ter ocorridos com os produtores da cerâmica classificada na tradição Tupiguarani, ou seja, haveria uma cultura Tupi, mas no processo de expansão, com a divisão em grupos menores espalhados por diferentes nichos ecológicos e em contato com povos não Tupi, resultariam no surgimento de distintos grupos, que passaram a demarcar suas fronteiras em termos de diferentes culturas. Isso pode ter ocorrido com os Tupi do baixo-médio Tocantins que, segundo Almeida (2008), têm uma ligação com a cerâmica Tupiguarani do litoral brasileiro, mas, no entanto, apresentam variações regionais.

Nesse caso, o papel da arqueologia seria o de tentar identificar os sinais diacríticos da identidade na cultura material Tupi, investigando as características que revelam as

¹⁴⁵ SCHAAN, D. P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além-e apesar- das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2007.

permanências e as mudanças culturais. No entanto, um primeiro passo para identificar as razões na variabilidade dos artefatos, seria não pensar as diferenças culturais em termos de fases arqueológicas, que por sua vez, são analisadas enquanto representantes de grupos étnicos e sociais. As análises devem ser feitas no sentido de perceber as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que geram as semelhanças e diferenças nos artefatos.

Assim, se durante o processo de expansão os grupos adquiriram características particulares que os diferem da cultura Tupi mais geral, não faz sentido qualificar o registro arqueológico desse povo na tradição Tupiguarani, nem tão pouco resolveria a questão pensá-los apenas como Tupinambá e Guarani, como sugere a classificação de Brochado (1984). Usar essas categorias significa continuar persistindo em classificações generalizantes, uma vez em que o termo Tupinambá refere-se a muitos povos habitantes da costa brasileira à época da conquista e não somente a um grupo étnico, assim como, por Guarani são identificados vários sub-grupos, esses sim constituindo grupos étnicos. E para finalizar a lista de motivos para não utilizar a sub-divisão Tupinambá e Guarani, basta lembrar que a família lingüística Tupi-Guarani é composta por vários outros grupos étnicos e lingüísticos.

Sugiro que cada sítio seja pensado em sua especificidade, assim como indicam os trabalhos de Almeida (2008) e Prado (2008), porém considero necessário abandonar a categoria tradição Tupiguarani, usando-se apenas a denominação sítio Tupi, até que com os avanços das pesquisas em termos quantitativos e qualitativos possam ser criadas outras formas de classificação que levem em conta a polissemia contida na variabilidade artefactual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da bibliografia arqueológica referente aos ceramistas Tupiguarani pude verificar que, devido às semelhanças tecnológicas e decorativas da cerâmica e do padrão de assentamento as populações habitantes da costa brasileira à época da invasão portuguesa, essas foram classificadas em uma única tradição ceramista denominada Tupiguarani, posteriormente relacionada aos povos pertencentes à família lingüísticas Tupi-Guarani do tronco Tupi com a mesma distribuição espacial dos vestígios da referida tradição arqueológica.

Dessa forma as teorias sobre o centro de origem e as rotas de expansão dos Tupi do período pré-colonial foram feitas a partir de uma correlação direta entre cultura material, língua e etnia. A partir das discussões antropológicas iniciadas por Frederik Barth em 1969 a respeito das questões referentes ao processo de criação e manutenção das fronteiras étnicas, procurei contestar associação direta de uma cultura material classificada pelo PRONAPA como Tupiguarani com os falantes da família lingüística de mesmo nome, de modo a mostrar que a semelhança na cultura material não se constitui critério suficiente para determinar a pertença étnica de um povo.

Portanto, é necessário ter em mente o fato de que os grupos utilizam sim características culturais para demarcar suas fronteiras étnicas em relação a outros grupos; porém, os elementos utilizados para assinalar tal diferenciação são bastante fluidos e circunstanciais, cabendo aos membros do grupo a escolha das características distintivas de sua identidade em relação aos demais grupos, sendo que em alguns momentos tais sinais são utilizados para demarcar as fronteiras étnicas e, em outros momentos, esses mesmos elementos podem perder sua relevância.

Outro fator relevante a ser considerado na associação entre cultura material e grupo étnico-lingüístico é que grupos étnicos distintos podem apresentar características culturais semelhantes em razão de ocuparem paisagens semelhantes. De mesmo modo, o mesmo grupo, ao passar a habitar regiões ecologicamente distintas, ou devido a estarem em contato com grupos de outras etnias mantendo trocas culturais entre, podem apresentar diferentes tipos de organização sociocultural. Sugiro que algo semelhante possa ter ocorrido com os falantes da família lingüística Tupi-guarani. Assim, durante o processo de expansão territorial teria

ocorrido uma diferenciação, refletindo as diferenciações ambientais, mas, porém, aspectos mais importantes da cultura originária teriam se mantido ao longo do tempo.

Dessa forma, acredito que o estudo dos Tupi do período pré-colonial deva ser direcionado de modo a utilizarem uma perspectiva da “longue dureé”, no sentido de percebemos as mudanças históricas sofridas por estes povos, assim como, as estruturas mentais, cosmológicas, sociais inalteradas ao longo de mais de 2,500 do início das expansões.

Outra questão relevante na arqueologia Tupi é o fato da correlação entre cultura material e grupo etnolinguístico ter favorecido o uso de fontes históricas, como as crônicas do período colonial, para preencher as lacunas interpretativas em relação, principalmente, ao padrão de assentamento, organização espacial e à problemática da localização do centro de origem e das rotas de expansão dos Tupi pré-coloniais. Fiz uma discussão a respeito da pertinência de se conceber as informações dos cronistas dos séculos XVI e XVII como uma única etnografia dos Tupinambá, sem a devida relativização das fontes. Assim como, a maneira uniforme pela qual os diversos grupos Tupinambá foram concebidos, como se representassem uma única etnia.

Meu objetivo foi mostrar que, ao contrário do que alguns autores apresentam, as fontes históricas são fruto de diversos agentes e épocas distintas, com concepções intelectuais, formas de financiamento das expedições e objetivos diversos. Ao criticar a uniformidade da categoria “cronista”, pretendi demonstrar a diversidade por trás da denominação “cronistas”, a qual inclui missionários, escriturários, representantes de governo Português, cronistas franceses etc. Porém, não só os cronistas são concebidos de maneira uniforme, como além deles, os Tupinambá de todo o litoral norte do Brasil foram vistos como se formassem um Povo, quando na verdade trata-se de vários grupos étnicos, que não se percebiam como uma só etnia, nomeados de forma genérica de Tupinambá.

Além disso, a enorme similaridade entre a cultura material dos povos classificados na tradição ceramista Tupiguarani, levou à percepção por parte dos pesquisadores do PRONAPA de uma cultura Tupi homogênea, ou seja, todos os grupos etnolinguísticos da família Tupi-Guarani foram idealizados como um só povo. Assim, as diferentes dinâmicas históricas e os processos sociais diferenciados pelos quais os vários grupos passaram foram desconsiderados nas abordagens. Defendo a idéia de uma continuidade entre os Tupi pretéritos e os contemporâneos, assim como Brochado (1984), mas não de forma homogênea, ou seja, concordo na existência de traços culturais, lingüísticos, sociais ligando os Tupi do presente e

do passado, mas não os percebo como um único bloco cultural homogêneo, mas como vários povos possuidores de uma cultura que os aproxima de maneira geral, porém detentores de alguns traços distintivos usados para demarcar as fronteiras étnicas entre os grupos.

Na arqueologia as características distintivas utilizadas pelos autores como demarcadores de fronteiras culturais e étnicas foram concebidos em termos de fases e tradições. Durante a atuação do PRONAPA esses conceitos passaram a ser utilizados como finalidades últimas da pesquisa e não como um meio para se entender os processos históricos sofridos pelas populações pretéritas. No entanto, foi possível verificar nas pesquisas atuais em sítios Tupi a continuação do velho hábito de se enquadrar os sítios pesquisados na Tradição Arqueológica Tupiguarani a partir de traços muito gerais, que, como já me referi, não são capazes de indicar a pertença étnica dos povos que habitam os sítios. Considero inadequada tal postura, pois o uso do conceito de tradição Tupiguarani levou a considerar os povos Tupi de forma homogênea, enquadrando em um único bloco cultural povos de etnias diferentes, analisando os vestígios arqueológicos a partir das semelhanças entre a cultura material, e menosprezando as diferenças e as especificidades de cada grupo social.

Quanto ao uso das analogias etnográficas, as considero válidas, desde que não sejam feitas de forma direta, mas como um meio de mostrar ao pesquisador os diferentes processos de classificação dos artefatos ligados a fatores sociais econômicas, políticos, cosmológicos, a fim de nos dar pistas a respeito dos processos de permanência e mudanças culturais ocorridos no passado.

Assim, o primeiro passo a ser dado é deixar de usar classificações generalizantes e pensar os povos Tupi do período colonial em suas especificidades, deixando as classificações para quando ocorrer o aumento no número de pesquisas qualitativas e quantitativas em sítios Tupi as quais possam nos oferecer um quadro mais definido do processo de expansão e de mudança e permanência cultural desses povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBEVILLE, C. d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- ALBUQUERQUE, M. Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. **CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História, Recife**, n. 6, p. 109-112, 1984.
- _____. Composição da forma em cerâmica Tupiguarani. **CLIO - Série Arqueológica**, número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, p. 121-122, 1991a.
- _____. A Organização do espaço habitacional em aldeias Tupiguarani no estado de Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, p. 119-120, 1991b.
- _____. Ocupação Tupiguarani no estado de Pernambuco. **CLIO - Série Arqueológica**, número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, p. 115-116, 1991c.
- ALMEIDA, F. O. **O complexo Tupi na Amazônia Oriental**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil: Avaliação e proposta. **CLIO - Série Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 7, p.11-60, 1990.
- ANCHIETA, J. **Cartas informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1554.
- ANDRADE LIMA, T. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, Bertha G. (Coord.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes; [Rio de Janeiro]: FINEP, 1986. v. 2. p. 173-230.
- ARAÚJO-COSTA, F. **Projeto Baixo Tocantins: salvamento arqueológico na área de Tucuruí (PA)**. 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

- ASSIS, V. S. **Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbyá/Guarani**. 2006. Tese (Doutorado) - PPGAS-UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- _____. **Da espacialidade Tupinambá**. 1996. Dissertação (Mestrado) - PUC-RS, Porto Alegre, 1996.
- AZARA, D. F. de. **Apuntamientos para la Historia Natural de los Quadrúpedos delParaguay y Rio de la Plata**. Madri: Imprensa de la Liuda de Ibarra, 1802.
- BARTH, F. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O GURU, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000: 25-57.
- BEAUDRY, M., L. COOK, L. and MROZOWSKI, S. Artifacts and active voices: material culture as social discourse. In: R. H. McGuirre e R. Paynter (Ed.). **The Archaeology of Inequality**. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, 1991: 150-91.
- BELTRÃO, M. C. M. C. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. 276 p.
- _____. **Documentos sobre a pré-história dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1500-1953)**. São Paulo: USP, 1976. v. 2. p.13-79 (Coleção Museu paulistas. Série Arqueologia).
- BELTRÃO, M. C. M. C.; LARAIA, R. B. O método arqueológico e interpretação Etnográfica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 203-217, 1969.
- BOAS, F. Os métodos da Antropologia. In: CASTRO, C. (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005: 41-52.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: **Escritos sobre a história**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1978: 41-78.
- BROCHADO, J. P. Um modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do sul. **Clio, série arqueologia**, número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Recife, n. 4, p. 85-88, 1991.
- _____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição Policrômica amazônica. **Dédalo**, São Paulo, n.27, p. 65-82, 1989.

- _____. **An Ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South América.** 1984. Tese (doutorado) - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1984.
- _____. **Alimentação na floresta tropical.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977, 103p. (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Caderno n. 2).
- BROCHADO, J.P; CALDERÓN, V; CHMYZ.I; DIAS, O; EVANS, C; MARANCA, S; MEGGERS, B,J; MILLER, E,T; NASSER, N; PEROTA,C; PIAZZA, W.; RAUTH, J.; SIMÕES, M. Arqueologia brasileira em 1968, Belém, **Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.**
- CABEZA DE VACA, A. N. **Naufragios y comentarios.** Madrid: Historia 16, 1984.
- CADOGAN, L. El concepto Guaraní del “Alma”. Su interpretación semántica. **Folia Lingüística Americana.** EX, v. 1, n. 1, p. 31–34, 1952.
- _____. La encaración y la concepción; la muerte y la resurrección en la poseía sagrada “Esotérica” de los Jeguaka-Va Tenondé Porã-Gué (Mbyá-Guarani) del Guairá, Paraguai. **Revista do Museu Paulista.** Nova Série. v. 4, 1950, p. 233–246.
- _____. Síntesis de la Medicina Racional y Mística Mbyá-Guaraní. v. 9. **América Indígena.** México: Instituto Indigenista Interamericano, n. 1, p. 21-35, 1949.
- _____. Los índios Jeguaká Tenondé (Mbyá) del Guairá, Paraguay. **América Indígena.** México: Instituto Indigenista Interamericano, vol. 8 p. 130-139. 1948.
- CAMINHA, P. V. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** Rio Grande do Sul, Ed. Silvio Frota, LPM Ed., 1985 (1500).
- CARDIM, F. **Tratado da terra e da gente do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1978 (1625).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1976: 1-31.
- CARNEIRO DA CUNHA, M., (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. & VIVEIROS DE CASTRO. E. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. **Anuário Antropológico.** n.85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

- CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966.34 p. (Manuais de Arqueologia, 1).
- CLASTRES, H. **Terra sem mal**: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro, Livraria F. Alves, 1978.
- COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Volume 49. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1977: 165 pp.
- DAVID, N.; Kramer, C. Teorizando a etnoarqueologia e a Analogia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n.18, p.13-60, dezembro de 2002.
- D'EVREUX, I. **Viajem ao norte do Brasil. Viagem ao norte do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca de escritores Maranhenses, 1929.
- D'ORBIGY, A. **El hombre americano considerado em sus aspectos fisiológicos y morales**. Trad. Alfredo Cepeda. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944.
- DIAS, A. S. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n.1, p.59-76, jan./abr., 2007.
- EHRENREICH, P. Die Einteilug Verbreitung der Volerrstamme Brasiliens nach dem gegenwartigen Stande unsrer Kenntnisse. **Patermanns Mitteilungen**, Gothingen, v. 37, n. 81/91, p. 114-24, 1891.
- EVANS, C. Introdução. In: SIMÕES, M., (Ed.). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**: Resultados preliminares do primeiro ano (1965-1966). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. p. 7-13.
- FAUSTO, C. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001. 287p.
- _____. **Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERNANDES, F. Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas. In: **A investigação: Etnologia no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975:191-289.

- _____. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Pioneira, 1970.
- _____. **A organização social dos tupinambá**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1963.
- FIGUEIREDO, N. A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série – Antropologia, Belém, n. 27, 17, 1965.
- FORD, J. A. **Método quantitativo para estabelecer cronologias culturais**. Washington: Union Panamericana, 1962. 122 p.
- GANDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil: História da província de Santa Cruz**. São Paulo, Obelisco, 1964. (Caderno nº 2).
- GOULD, R. A. ; WATSON, P. J. A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. **Journal of Anthropological Archaeology**. n.1, p.355-381, 1982.
- GOULD, R. A. **Living archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- HECKENBERGER, M, J. **The ecology of Power : culture, place, and personhood in the southern Amazon**, A.D. 1000-2000. Londres: Routledge, 2005.
- _____. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 D.C. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Orgs). **Os povos do Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 2001: 21-62.
- HECKENBERGER, M. J; NEVES, E. PETERSEN, J. B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 41, n.1, p. 69-96 1998.
- HILBERT, P.P. **Archaeologische Urnengraber am Mittleren Amazonas**, Marburger Studien zur Volkerkunde, Berlin, n.1, 1968.
- HILBERT, K. “Cavem Canem!: Cuidado com os “pronapianos”. Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p.117-130, jan./abr. 2007.
- HODDER, I. **Theory and Practice in Archaeology**. New York: Routledge, 1995.

- _____. **Interpretación en Arqueologia.** Corrientes Actuales. Tradução Maria José Aubet. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, 236p.
- JONES, S. Ethnicity and material culture. In: **The archeology of ethnicity.** London: Routledge, 1997. p. 106-127.
- LARAIA, R. B. **Tupi: índios do Brasil atual.** São Paulo: FFCLH/USP, 1986.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LATHRAP, D. W. **O Alto Amazonas.** Lisboa: Verbo, 1975.
- LEITE, I. B. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. 269p.
- LEMLE, M. Internal classification of the Tupi-Guarani linguistic family. In: BENDOR-SAMUEL, D. **Tupi studies**, 1:107-29, Norman, Summer Institute of Linguistics, 1971.
- LEROI-GOURHAN, A. Os Símbolos da sociedade. In: _____. **O gesto e a palavra: memória e ritmos.** Trad. Emanuel Godinho. Lisboa: Edições 70, 1965. p. 121-173.
- LERY, J. **Viajem à terra do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- LIMA, T. A. Cerâmicas Tupiguarani e Marajoara; elementos estruturais comuns. **Ciência Hoje.** v. 36, n.213, p.30-33, 2005.
- MARTIUS, K. F. O estado de direito dos autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 11, p. 20-82. 1. ed., 1832, 1907.
- _____. Etnografia americana: o passado e o futuro do homem americano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v.9, p. 534-562. 1.ed., 1838, 1905.
- _____. **Beitrag zur Ethographie and Sprachengkunde Sudamerika's zumals Brasiliens**, vol. I, Leipzig, Friederich Fischer, 1867.
- _____. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 389-411, 1845.

MEGGERS, B. J. Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation. In: **diversification in the tropics**. Ghilleen Prance (Ed.), Columbia University Press, New York, 1982: 483-496.

_____. Climatic oscillation as a factor in prehistory Amazonia American. **Antiquity**, v.44, n.2, p. 252-266, 1979.

_____. Vegetation fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazonia: Some tentative correlations. **World Archeology**, v. 8, n.3, p.287-303, 1977.

_____. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MEGGERS, B. J. **A reconstrução da pré-história Amazônica**. Universidade de São Paulo, 1974:1-19.

_____. **Prehistoric América**, Chicago: Aldine Publishing Press, 1972.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. A reconstituição da pré-história Amazônica: algumas considerações teóricas. In: SIMÕES, Mario. F., (Ed.). **O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, , 1973. p.51-69. (Publicações Avulsas n.20)

_____. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**: manual para arqueólogos. Washington, D.C., Smithsonian Institution, 1970.

_____. **Guia para prospecção arqueológica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1965. 57p.

_____. An experimental formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: Samuel K. L. et. al. (Ed.). **Essays in Pre-Columbian Art and Archeology**. Cambridge: Harvard University, 1961: 372- 388.

MELIÁ, B. **O Guaraní**: uma bibliografia etnológica. Porto Alegre: PUC-BCE; Santo Angelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1989. 448p.

MÉTRAUX. A. The Tupinamba, In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948. v. 3, p. 95-133. (Bulletin 143).

_____. **La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani**. Paris: P. Geuthner, 1928.

- _____. Migrations historiques des Tupi-guarani. **Journal de la Société de Américanistes**, Paris, n.19, p. 1-45, 1927.
- MONTOYA, A. R. de. **Tesoro de la Lengua Guarani**. Viena-Paris, 1876.
- NEVES, E.G. N. O velho e o novo na arqueologia amazônica. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, dez./fev. p.86-111, 1999-2000.
- _____. **Paths in the dark waters: Archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon**. 1998. Tese (doutorado) - Indiana University, 1998.
- NIMUENDAJÚ. C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- NOELLI, F.S. The Tupi Expansion. In: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William H. (Eds.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 659-670.
- _____. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and historical linguistics. **Antiquity**, n. 72, p. 648-663, 1998.
- _____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de dispersão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.39, n. 2, p. 7-53, 1996.
- _____. **Sem Tekohá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí)**. 1993. Dissertação (Mestrado) - IFCH-PUCRS, Porto Alegre, 1993.
- NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.1239-1264, set./dez, 2007.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de. Elementos para uma Sociologia dos Viajantes. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987: 84-148.
- PARSSINEN, M. Quando começou, realmente, a expansão Guarani em direção às Serras Andinas Orientais? **Revista de Arqueologia**, n. 18, p. 51-66, 2005.

- PEINANO, M.G.S. A Antropologia esquecida de Florestan Fernandes: os Tupinambá. **Anuário antropológico/82**, Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEREIRA, E.; SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. C. L.; COSTA, C. J. C. A; MACHADO, C. L. A Tradição Tupiguarani na Amazônia. In: PROUS, A. & LIMA, T.A. (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Sigma, 2008: 49-66.
- POMPA, C. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, CNPq-ANPOCS/EDUSC, 2003, 444 p.
- PORRO, A. História indígena do alto e médio Amazonas. In: _____. **O Povo das Águas**: Ensaio de etno-história Amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995: 37-73.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 250p.
- PRADO, M. **Particularidades da Tradição Tupiguarani na Amazônia: o Sítio Bom Jesus2, na bacia do rio Tocantins, leste do Pará**. Monografia de Especialização. Universidade Federal do Pará, 2008.
- PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora UnB, 1992: 405-390.
- RENGGER. J. R. **Naturgeschichte der Sagethiere von Paraguay**. Basel, Buchandling, 1830.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. El uso de la analogia en la etnoarqueologia brasileira. In: POLISTIS, G.; INCUAPA. **Teoria arqueológica en América del Sur**. UNICEN, 2004: 167-184.
- _____. Arqueologia e metades clônicas: um exercício de análise no sítio Bonsucesso. Goiás. **Revista de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2000.
- _____. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 8, 1998b. p. 287-294.

- _____. **Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: Origens e desenvolvimento.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996a. 232 p.
- RODRIGUES, A. D. Relações internas na família lingüística Tupi-guarani. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n.27-28, 1984.
- _____. A classificação do tronco lingüístico Tupi. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 11, n.1-2, p. 99-104, 1964.
- _____. RODRIGUES, C. I. **Entre os Jê e os Tupi.** 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, 1995.
- ROHR, J. A. O Sítio Arqueológico de Armação do Sul. **Pesquisas**. São Leopoldo, RS, 1969.
- _____. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes. **Pesquisas** n° 19. São Leopoldo, RS, 1969.
- _____. Os Sítios Arqueológicos do Município de Jaguaruna. **Pesquisa** n° 22 São Leopoldo, RS, 1969.
- _____. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. **Pesquisas**, São Leopoldo, RS, 1966.
- SANTOS, C. Mobilidade espaço-temporal da tradição Tupiguarani: considerações lingüísticas e arqueológicas. **Clio Arqueologia**. Recife. v.1, n. 8, p.89-130, 1992.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. **A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá:** fontes arqueológicas e etno-históricas. 1990. Tese (Doutorado) – USP/FFLCH, São Paulo, 1990.
- _____. Arqueologia e etno-história: cronistas do século XVI. **Dédalo**, São Paulo, v.1, p.135-9, 1989. (Publicações avulsas).
- SCATAMACCHIA, M. C. M.; MOSCOU, F. Análise do padrão de estabelecimento Tupi-Guarani fontes etno-históricas e arqueológicas. **Revista de Antropologia**, v. 32, São Paulo: USP. p. 37-54, 1989.
- _____. **Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani.** 1981. 301 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

- SCATAMACCHIA, M. C. M.; CAGGIANO, M. A.; JACOBUS, A. L. O aproveitamento científico de coleções museológicas: proposta para a classificação de vasilhas cerâmicas da tradição Tupiguarani. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1., 1987, Recife. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1991. p. 89-94. (Clio Série Arqueológica, n. 4).
- SCHAAN, D. P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além-e apesar- das fases e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2007.
- _____.Resenha: HECKENBERGER, M. The ecology of Power : culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000. Londres: Routledge, 2005.In: **Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul- Americana. Vol.1, n.2**, 2005: 248-254.
- SCHADEN, E. **Aspectos Fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- SCHIAVETTO, S. N. O. **A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. 138 p.
- SCHIMDL, U. & FEDERMANN, N. **Alemanes en America**. Madrid: Historia 16, 1986.
- SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani. In: KERN, A. A. (Org.). **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991: 295-330.
- _____. Industrias líticas en el sur de Brasil. **São Leopoldo**, v.14, n.47, 1978: 103-129.
- _____. Grandes complexos de Estudos Leopoldinenses cerâmica indígena no sul do Brasil. **Pesquisas**, série antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.18, 1968:127-140.
- _____. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina e a cerâmica da Base Aérea. **Pesquisas**, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.3,1959: 267-324.
- _____.Um paradeiro guaraní no Alto Uruguai. **Pesquisas**, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, v.1, 1957: 122-142.

- SILVA, F. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Assurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n.1, p.91-103, jan./abr. 2007.
- _____. **As tecnologias e seus significados: um estudo etnoarqueológico da cerâmica dos Assurini do Xingú e da cestaria dos Kayapó-Xikrin do Cateté.** 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia, São Paulo, 2000.
- SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. C. L.; OLIVEIRA, E.R.; LOSIER, L. Seqüência Cronológica de Ocupação na Área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 2008.
- SIMÕES, M. F. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 7, n. 3, p. 165-188, 1977.
- _____. **Fases arqueológicas brasileiras, 1950-1972.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi 1972. 26 p. (Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 18).
- SIMÕES, Mário F.; ARAÚJO COSTA, Fernanda. Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Tocantins (Pará). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n.1, p. 11-27, 1987.
- SIMÕES, Mário F.; CORRÊA, Conceição G.; MACHADO, Ana Lúcia. Achados arqueológicos no Baixo Rio Fresco (Pará). In: SIMÕES, Mario F. (Ed.). **O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário.** Belém: CNPq. INPA. MPEG, 1973. p. 113-142. (Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 20).
- SLAVETICH, A.O. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES.** Ano VI. n. 19. Pp. 45-64, 1966.
- SOUSA, G.S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo, Ed. Nacional, 1971.
- SOUZA, A. M. **Dicionário de Arqueologia.** Rio de Janeiro: ADESA, 1997. 140p.
- THEVET, A. **As singularidades da França Antártica.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974 (1558).
- TIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.
- STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974.
- VARNHAGEN, F. **História Geral do Brasil.** 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Imagens da natureza e da sociedade.” In: _____. **A inconstância da alma selvagem.** São Paulo, Cosac & Naify, 2002: 317-345.

- _____. Introdução. In: NIMUENDAJU. C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. Bibliografia básica Tupi-Guarani, **Revista de Antropologia**, v. 27-28, p.7-24, 1984-1985.
- VON DEN STEINEN, K. **Brasilien Expedition Zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884**. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1886.
- URBAN, G. On the geographical origins and dispersion of Tupian Languages. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.39, n. 2, p. 7-53, 1996.
- _____. A história das culturas brasileiras segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M., (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- WAGLEY, C. & GALVÃO, E. **Os Índios Tenetehara**, MEC/Serviço de Documentação.1961.
- WILLEY, G.; PHILLIPS, P. **Method and theory in American Archaeology**. Chicago: Chicago University Press, 1989. p. 56-63.
- WOBST, H. M. The archaeo-ethnographic of hunter-gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. **American Antiquity**, n. 43, 1978.
- WYLIE, A. The reaction against analogy. **Advances in Archaeological Method and Theory**, n.8, p. 63-11, 1985.
- WÜST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: O caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.2, p. 13-26, 1992.
- _____. **Aspectos da ocupação colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: Tentativa de análise espacial**. 1983.357 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.